



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO CENTRO
DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
MEMÓRIA SOCIAL – PPGMS

JONATAN DA SILVA RIBEIRO

ENTRE MEMÓRIA E CONFLITO. A CASA DA MORTE EM PETRÓPOLIS COMO
LUGAR DE MEMÓRIA DA RESISTÊNCIA

Rio de Janeiro
2022



JONATAN DA SILVA RIBEIRO

ENTRE MEMÓRIA E CONFLITO. A CASA DA MORTE EM PETRÓPOLIS COMO
LUGAR DE MEMÓRIA DA RESISTÊNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como pré-requisito para a obtenção do grau de Mestre em Memória Social.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª Maria Amália Silva Alves de Oliveira.

Rio de Janeiro

2022

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

R82 Ribeiro, Jonatan da Silva
Entre Memória e Conflito. A Casa da Morte em
Petrópolis como Lugar de Memória da Resistência /
Jonatan da Silva Ribeiro. -- Rio de Janeiro, 2022.
151

Orientadora: Maria Amália Silva de Oliveira.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Memória Social, 2022.

1. Casa da Morte. 2. Memória. 3. Movimentos
Sociais. 4. Petrópolis. 5. Patrimônio. I. Silva de
Oliveira, Maria Amália, orient. II. Título.

JONATAN DA SILVA RIBEIRO

ENTRE MEMÓRIA E CONFLITO. A CASA DA MORTE EM PETRÓPOLIS COMO
LUGAR DE MEMÓRIA DA RESISTÊNCIA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social. Linha de Pesquisa: Memória e Patrimônio

Orientadora: Profa: Maria Amália Silva Alves de Oliveira

Aprovado em: 03.08.2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Amália Silva de Oliveira (Orientadora).
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Javier Alexandro Lifschitz.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Jonas Henrique de Oliveira.
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

A memória de todos que um dia sonharam com a democracia no Brasil e lutaram por um país justo e igualitário.

Aos que resistiram e permaneceram até o fim.

Aos jovens de minha geração que precisam ter consciência dos atos nefastos que já aconteceram nesse país.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Adilson e Ana Carla que sempre com esforço e dedicação me possibilitaram condições de seguir os meus estudos.

À Diego Grossi, grande amigo e professor que com paciência e maestria me possibilitou acesso à pesquisa e a leitura.

Agradeço de coração minha orientadora Maria Amália de Oliveira que sem medir esforços contribuiu sobremaneira em minha formação.

Agradeço aos meus entrevistados e a todos que contribuíram para a elaboração desse trabalho.

À toda comunidade acadêmica da UNIRIO, em especial o Programa de Pós-Graduação em Memória Social.

Letícia Cristina amiga, companheira e confidente de todos os momentos.

As minhas sobrinhas Laura e Lara que me inspiram a viver cada dia mais.

E a todos que um dia lutaram para a redemocratização desse país.

RESUMO

Localizada no município de Petrópolis na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente no bairro Caxambu, a Casa da Morte, como ficou conhecida, funcionou durante a década de 1970 como um dos principais centros clandestinos do Governo Militar, em que os que não concordavam com o Regime Militar eram presos, torturados e mortos. Inês Etienne Romeu foi a única sobrevivente da Casa da Morte, o que possibilitou que futuramente ela pudesse contar a história de sua prisão. Após Inês ter sido liberada de seu cárcere, cedeu um depoimento a Ordem dos Advogados do Brasil descrevendo todas as barbaridades que sofreu na chamada Casa da Morte.

Com os depoimentos de Inês e a descoberta do funcionamento de um centro de tortura em Petrópolis houve uma enorme repercussão na sociedade brasileira e principalmente petropolitana a partir do final da década de 1970, porém o assunto volta com grande força em 2010, tornando-se pauta de vários movimentos sociais de Petrópolis que se juntaram para lutar pela desapropriação e tombamento da Casa da Morte, exigindo o estabelecimento de uma Comissão da Verdade na cidade, para investigar os crimes e violações dos direitos humanos ocorridos durante o Regime Militar em Petrópolis.

Esse trabalho tem por objetivo mostrar as ações realizadas pelos movimentos sociais que lutam para a transformação da Casa da Morte em lugar de Memória e traz a debate o pensamento e interesses de um outro grupo que não concorda com o tombamento do imóvel, nesse sentido podemos afirmar que a Casa da Morte deve ser considerada um espaço com diversas narrativas e disputas por memórias. Assim a proposição a que me intenciono é fazer uma reflexão da construção da Casa da Morte de Petrópolis enquanto lugar de Memória, identificando as memórias em disputa, demonstrando sua relevância social para a memória coletiva nacional, bem como para a memória do município de Petrópolis. É fundamental abordar aqui a “Casa da Morte” como um lugar de memória, a fim de que posteriormente seja reconhecida como patrimônio histórico da memória social.

Palavras-chave: Casa da Morte. Movimentos Sociais. Petrópolis. Memória.

ABSTRACT

Located in the municipality of Petrópolis in the mountainous region of the State of Rio de Janeiro, more specifically in the Caxambu neighborhood, house of death, as it became known, operated during the 1970s as one of the main clandestine centers of the Military Government, in which those who did not agree with the Military Regime were arrested, tortured and killed. Inês Etienne Romeu was the only survivor of the house of death, which made it possible for her to tell the story of her imprisonment in the future. After Inês was released from her prison, she gave a statement to the Brazilian Bar Association describing all the atrocities she suffered in the so-called house of death.

With the testimonies of Inês and the discovery of the operation of a torture center in Petrópolis, there was a huge repercussion in Brazilian society, and especially in Petropolitan, from the end of the 1970s, but the subject returns with great force in 2010, becoming the agenda of several social movements in Petrópolis that came together to fight for the expropriation and tipping of the house of death, demanding the establishment of a Truth Commission in the city, to investigate the crimes and violations of human rights that occurred during the Military Regime in Petrópolis.

This work aims to show the actions carried out by social movements that fight for the transformation of house of death in place of Memory and brings to debate the thought and interests of another group that does not agree with the tipping of the property, in this sense we can say that house of death should be considered a space with diverse narratives and disputes over memories. Thus, the proposition that I intend is to reflect on the construction of the house of death de Petrópolis as a place of Memory, identifying the memories in dispute, demonstrating its social relevance to the national collective memory, as well as to the memory of the municipality of Petrópolis. It is essential to approach the "House of Death" here as a place of memory, so that it is later recognized as a historical heritage of social memory.

Keywords: House of Death. Military dictatorship. Petrópolis. Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fachada da Casa da Morte.....	64
Figura 2 – Fotografia de Inês Etienne Romeu.....	68
Figura 3 – Ato em Frente à Casa da Morte.....	79
Figura 4 – Foto da ex-presidente Dilma Rousseff e Inês.....	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UDN – União Democrática Nacional
ALN – Aliança Libertadora Nacional
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária
CIA – Central Intelligence Agency
MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PSD – Partido Socialista Democrático
CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
CNV – Comissão Nacional da Verdade
FMP – Frente de Mobilização Popular
Ibad – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
TFP – Tradicional Família e Propriedade
FGV – Fundação Getúlio Vargas
CEMDP – Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos
CCPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil
FHC – Fernando Henrique Cardoso
CMVP – Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis
CIE – Centro de Informações do Exército
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
MDB – Movimento Democrático Brasileira
RFCMVP – Relatório Final da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
RJ – Rio de Janeiro
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
CCDT's – Centros Clandestinos de Detenção e Tortura
PDT – Partido Democrático Trabalhista
TDE – Terrorismo de Estado-Maior
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
ONU – Organização das Nações Unidas

PT – Partido dos Trabalhadores
UNESCO – A Organização das Nações Unidas Para Educação, a Ciência e a Cultural
MPF – Ministério Público Federal
SMVJ – Semana da Memória, Verdade e Justiça
APE – Associação Petropolitana dos Estudantes
AI – Ato Institucional
HGTP – História, Geografia e Turismo de Petrópolis
ARNS – Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Paulo Evaristo Arns
UJS – União Jovem Socialista
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
MEB – Movimento de Educação de Base
ABI – Associação Brasileira de Imprensa
PCB – Partido Comunista do Brasileira
CPL – Comitê Petrópolis em Luta
CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos
VIP – Vamos Importunar os Petistas
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
UNE – União Nacional dos Estudantes
AP – Ação Popular
CPC – Centro Popular de Cultura
JEC – Juventude Estudantil Católica
JUC – Juventude Universitária Católica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: A CASA DA MORTE EM PETRÓPOLIS: UM BREVE CONTEXTO	25
1.1 SITUANDO A CASA DA MORTE NO TEMPO.....	25
1.2 O DIREITO À MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA.....	41
1.3 A COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE PETRÓPOLIS E A CASA DA MORTE.....	52
1.4 VOLTANDO A INÊS ETIENNE ROMEU, UMA FIGURA CENTRAL NO CONTEXTO DA CASA DA MORTE.....	65
1.5 CAPÍTULO II: UMA LUTA POR MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA. OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM TORNO DA CASA DA MORTE	70
2.1 DISCUTINDO MOVIMENTOS SOCIAIS.....	70
2.2 POR MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA. A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	75
2.3 UMA IMERSÃO NO CAMPO: OBSERVANDO OS ATORES ENVOLVIDOS.....	87
CAPÍTULO III: A CASA DA MORTE: O DESEJO DE UM LUGAR DE MEMÓRIA E AS DISPUTAS EM TORNO DE UM MESMO OBJETO	109
3.1 UMA REFLEXÃO SOBRE A CONCEPÇÃO DE PATRIMÔNIO.....	109
3.2 O PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL.....	112
3.3 OS LOCAIS QUE REPRESENTARAM O HORROR. A CASA DA MORTE EM PETRÓPOLIS UM PATRIMÔNIO DA RESISTÊNCIA TRAUMÁTICA.....	114
3.4 UMA NOVA-VELHA TENDÊNCIA NO CENÁRIO POLÍTICO, CULTURAL E SOCIAL BRASILEIRO.....	126
3.5 OS IMPASSES NA DESAPROPRIAÇÃO E TOMBAMENTO. A CASA DA MORTE E SUAS MEMÓRIAS EM DISPUTA.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143

INTRODUÇÃO

Criada com a função de servir como um centro clandestino para fins de repressão política, a Casa da Morte foi um dos principais locais em que o Regime Militar no Brasil, utilizou sua força e violência para reprimir os que lutavam contra as medidas políticas adotadas pelo governo da época, por meio da Casa da Morte muitos opositores e resistentes ao Estado sofreram e experimentaram grandes violações aos direitos humanos.

Meu interesse pela Casa da Morte, surgiu a partir de um desejo que sempre tive de ingressar na pesquisa acadêmica, fiquei sabendo da Casa, por um amigo advogado que trabalhou na conservação e análise dos documentos relativos a Casa da Morte e o Governo Militar em Petrópolis. Através desse incentivo passei a me debruçar em tudo que tinha ligação com a Casa da Morte.

Busquei documentos, reportagens, entrevistas, movimentos sociais. E acabei descobrindo em pesquisa que diversos grupos se uniram para lutar pela desapropriação da Casa da Morte e sua transformação em Centro de Memória, Verdade e Justiça. Foi a partir das atividades desses movimentos sociais, que comecei a problematizar a questão e levar para o meio acadêmico, haja vista, a carência de trabalhos de pesquisa que contemplem os grupos em torno da Casa da Morte como Lugar de Memória.

Os movimentos sociais envolvidos com a Casa da Morte realizaram diversas atividades como ocupar as ruas, criar eventos, mobilizações reivindicando a desapropriação da Casa da Morte e sua transformação em Lugar de Memória da Resistência. Em resposta a esses grupos o atual proprietário do imóvel, que não acredita ter havido um centro clandestino na Casa e nem que foi utilizado com fins de prisões, assassinatos, e torturas durante o Governo Militar, direcionou meu olhar para a análise de um outro tema, envolvendo o mesmo objeto (Casa da Morte) as memórias em disputa, entre os movimentos sociais e suas reivindicações para a desapropriação e o proprietário da Casa e suas colocações sobre a manutenção de sua propriedade privada.

Tentar compreender as memórias em torno da Casa da Morte, foi um dos primeiros objetivos de minha pesquisa para esta dissertação. Dialogando com autores que discutem patrimônio, memória e Ditadura Militar, acabei finalizando meu anteprojeto com características e proximidades que me levariam ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da Unirio, mais especificamente a linha de pesquisa Memória e Patrimônio.

A afinidade com os interesses de pesquisa do PPGMS, em relação ao meu objeto de análise foram explícitas, assim que uma amiga me falou sobre o Programa. Prestei seleção e

meu anteprojeto foi aprovado e ingressei no Programa a fim de dar continuidade a minha pesquisa, que eu já vinha realizando de maneira informal.

Durante as pesquisas, outras questões e situações foram surgindo. Sobre os movimentos sociais em prol da transformação da Casa em museu, acabei observando diante dos resultados colhidos, que não se tratava de um movimento, mas sim de movimentos coletivos e até individuais com seus pormenores, peculiaridades e objetivos em torno da Casa Morte. Tais descobertas serão melhores explicitadas a partir do capítulo dois desse trabalho.

Goldenberg (2002), mostra que ao ter contato, conceituar, questionar e construir algo sobre um objeto de pesquisa, o pesquisador possui diversas maneiras, caminhos e instrumentos metodológicos. “O que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe onde quer chegar”. (GOLDENBERG, p-14, 2002).

Abordando a pesquisa documental, que foi muito útil na elaboração desse trabalho, é interessante comentar que o uso de documentos, de acordo com Cellard, deve ser valorizado e apreciado na pesquisa, pois permite relacionar a noção de tempo junto a compreensão da ideia de imaginário social. Analisar um documento pode contribuir para o entendimento da sociedade no tempo, na medida em que favorece a interpretação da evolução de indivíduos, grupos, ideias, noções, conceitos em seu próprio tempo e espaço. (CELLARD, 2008).

Seguindo essa linha de raciocínio é preciso lembrar que a pesquisa documental é composta por diversos métodos e técnicas para se chegar aos resultados pretendidos, por meio da análise de diferentes tipos de documentos, levando assim a uma possível compreensão do que pode estar ocorrendo, nesse viés a pesquisa bibliográfica acaba não se diferenciando da pesquisa documental, pois ambas têm o documento como pressuposto de investigação. Quanto ao documento em sua função de fonte de pesquisa ele pode ser escrito e também se manifestar de forma não escrita, por meio da oralidade por exemplo. (SÁ-SILVA, 2009). Le Goff (1985), trazendo a ideia do uso das fontes para além dos documentos escritos e materiais, faz uma importante reflexão:

(..) quando os documentos escritos faltam à História, ela deve pedir as línguas mortas os seus segredos e, através das suas formas e palavras, adivinhar o pensamento dos homens que as falaram. A história deve perscrutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação, todas essas velhas falsidades sob as quais ela deve descobrir alguma coisa de muito real, as crenças humanas. Onde o homem passou e deixou alguma marca de sua vida e inteligência, aí está a História. (apud LE GOFF, 1985, p.219).

Ainda que a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica tragam o documento como objeto principal, algumas distinções entre elas não podem deixar de ser mencionadas, pois no que se trata de trabalhar com a análise de documentos de cunho científico como artigos, livros, teses, dissertações, periódico etc. A pesquisa bibliográfica trabalha sem a necessidade de buscar fenômenos da realidade social, obtendo seus resultados a partir de fontes já trabalhadas por outros pesquisadores. Quando se têm documentos, cujas as informações nunca receberam qualquer tipo de “tratamento científico” como notícias de jornais, filmes, revistas, cartas, entrevistas fotografias entre outras fontes, a pesquisa documental é quem auxilia no trabalho do pesquisador. Mesmo sendo semelhantes na forma de trabalho o que mais difere a pesquisa documental da pesquisa bibliográfica é a origem das fontes a serem analisadas. Cabendo ao pesquisador estar mais atento na pesquisa documental, pois suas fontes ainda não passaram por nenhuma forma de trabalho científico. (OLIVEIRA, p.69, 2007).

Na pesquisa documental as fontes primárias são dados que possuem um caráter singular, e tem uma relação direta com os fatos propostos para análise, sendo papel do pesquisador interrogar tais fontes, já as fontes secundárias são aquelas que foram trabalhadas por outros pesquisadores, um dado já experimentado por algum estudioso. (OLIVEIRA, p.69.2007). Assim pode-se considerar a afirmativa do historiador dos anais ao dizer que “os documentos e os testemunhos só falam quando sabemos interrogá-los” (FEBVRE, 2011, p. 82).

É complexo conceituar a categoria de documento. Cellard (2008), busca compreender o termo “documento” como uma testemunha escrita do passado, oficialmente reconhecida em um dado momento e que consegue de alguma maneira provar um acontecimento, fato ou estado, na escola positivista o documento possuía um caráter oficial, escrito, produzido formalmente. (CELLARD, p.296. 2008).

A partir do século XX, com a Revista Francesa dos Anais, a ideia de documento é ampliada. Tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho passa a ser concebido como documento ou fonte, sejam textos escritos, de origem iconográfica e cinematográfica ou de qualquer outro tipo de testemunho, registro, objetos do cotidiano. Dentro dessas condições é possível defender que até relatórios de entrevistas ou anotações, feitas durante uma observação podem ser concebidas e aceitas na categoria de documento. (CELLARD, 2008).

Nesse trabalho pude utilizar de diversas fontes documentais, pois os movimentos sociais conseguiram repercussão municipal e a nível nacional em diferentes tipos de mídias como a impressa, a digital, as atuais redes sociais, tendo seus anseios e posicionamentos publicados em

jornais, processos na Justiça, televisão, rádio, relatórios (principalmente o da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis – CMVP) entre outras diversas tecnologias da informação a serem mostradas ao longo da obra. Não posso deixar de mencionar as fontes produzidas por Renato Firmento de Noronha (atual proprietário do imóvel) nos diferentes estilos midiáticos, além de seu processo enviado à Justiça contra o tombamento, desapropriação e transformação da Casa da Morte em Centro de Memória, Verdade e Justiça.

Durante o tempo em que realizei a pesquisa pude estar presente na cidade de Petrópolis, local onde abriga a Casa da Morte, tive a oportunidade de visitar o imóvel, observar, ficar por determinado tempo sentado em frente à Casa, fazendo observações, relatando em diário de campo, olhando os arredores, a vizinhança o aspecto da rua, das pessoas que ali passavam. Selecionei envolvidos com o processo de tombamento, logo após transcrevi as conversas gravadas, mapeei os lugares a serem observados, buscando dar sentido ao conceito que Geertz (2008) orienta sobre a pesquisa de campo. Tais observações e escritos em meu diário de campo foram fundamentais e tornaram-se documentos como descreve Cellard (2008) fontes imprescindíveis para o desenvolvimento do trabalho, levando em consideração orientações feitas por autores a serem discutidos abaixo.

Quanto a ida ao campo o pesquisador Clifford Geertz, faz importantes reflexões na questão da prática etnográfica. Geertz entende que aplicar a etnografia é criar e produzir relações, buscando informantes, estando atento aos dados levantados, transcrever textos, levantar genealogias, selecionar campos a serem pesquisados, manter um diário e assim por diante. Para o autor praticar a etnografia é como tentar ler na intenção de criar um sentido ao que se está lendo. Dessa maneira tudo passa a ser considerado estranho, de origem questionável, passível de interpretação. (GEERTZ, 2008).

Nesse sentido, a descrição etnográfica trata, pois, de articular o olhar, o ouvir e a escrita, construindo uma “interpretação densa” dessa experiência, buscando dar conta de algumas de suas estruturas de significado. E a etnografia é a inscrição dessa interpretação de tudo que vemos e ouvimos no campo. A descrição etnográfica é, dessa perspectiva, a apreensão e a inscrição de uma determinada realidade cultural a partir dos olhos e dos ouvidos do antropólogo. (CUNHA, VALPASSOS, p.39. 2012).

Geertz mostra que compreender a cultura, os modos de vida e as concepções de um povo traz à tona a descrição de suas próprias realidades sem, no entanto, excluir suas singularidades e diferenças. A etnografia na concepção do autor é uma descrição densa e os etnógrafos são aqueles que fazem a descrição. A etnografia para Geertz é interpretativa e microscópica. (GEERTZ, 2008).

Lévi-Strauss (1975), numa tentativa semelhante à de Mauss de travar um debate sobre o método de observação e investigação antropológica, destaca que a etnografia consiste na observação e na análise dos grupos humanos em suas particularidades a fim de reconstituir fielmente a vida de cada um deles. O conhecimento dos fatos sociais só é possível a partir de uma investigação concreta e minuciosa dos grupos sociais, contextualizados em seu tempo e espaço, a fim de se alcançar as estruturas mais inconscientes do pensamento humano. Segundo Lévi-Strauss (1975), o inconsciente possui função simbólica, por estar sujeito às leis que estruturam a sociedade e por produzir símbolos que são eficazes por ordenarem a estrutura do pensamento simbólico (GEERTZ, 2008, p.5).

Fundada em 1929, por Marc Bloch e Lucien Febvre a Revista dos Annales, foi um movimento de grande importância para a revolução da pesquisa acadêmica, os historiadores ligados a revista de forma explícita ou implícita, até então nunca haviam experimentado um eixo teórico de forma tão profunda. Bloch e Febvre eram unidos por um objetivo, que seria romper com a história factual, iam contra a história historicizante e quebravam elos com o positivismo em conceitos como os da racionalidade, progresso e ordem, que ainda eram muito fortes na historiografia. Esses intelectuais propunham uma história-problema, que se resumia no conceito de hipóteses explícitas pelo historiador. (DOSSE, 1997). Criticando o velho método da História enquanto ciência, Lucien Febvre, traz a reflexão uma interessante metáfora:

Muitos historiadores, e dos bens formados e conscientes, o que é pior, muitos historiadores se deixam ainda perder pelas próprias lições dos vencidos de 1870. Ah, eles trabalham muito bem! Eles fazem história do mesmo modo que suas avós se dedicavam à tapeçaria. Pontinho por pontinho. Eles são aplicados. Mas quando lhes perguntamos por que este trabalho todo, a melhor resposta que conseguem dar, com um sorriso de criança, é a palavra cândida do velho Ranke: “Para saber exatamente como é que as coisas aconteceram”. Com todos os detalhes, naturalmente (Lucien Febvre, *Contra o vento: manifesto dos novos Annales*, 1946). (FEBVRE, 2011, p. 82)

As hipóteses abertas serviam de fio condutor para a pesquisa, na concepção dos pesquisadores dos Anais, permanecendo a História uma ciência em construção. Os pensadores da Escola dos Annales, são caracterizados por uma tentativa de um “retorno as fontes”, afirmam e fazem uma dura crítica em que os historiadores por muito tempo estiveram a serviço do poder real. (DOSSE, 1997).

A “história-problema”, uma canção nova no alvorecer do século XX, continuou a ser uma canção útil em meados deste mesmo século, e mesmo além. Era ainda útil até mesmo evocar o velho inimigo, os “velhos metódicos” – os historiadores historicizantes que dominavam o universo institucional francês em 1870 – e que no texto manifesto de Febvre aparecem referidos na passagem sobre “as lições dos vencidos de 1870”. (BARROS, p.311.2012).

Dão um valor científico do discurso historiográfico e ao deslocamento das fontes do historiador, que não mais pode contentar-se em privilegiar apenas documentos escritos, oriundos da esfera política, mas deve ampliar as fontes e os métodos. Para eles o historiador constrói seu próprio material, documentos em séries inteligíveis, que o próprio pesquisador integra em seu quadro teórico e adapta a sua pesquisa, fazendo uma confrontação dos documentos coletados com as hipóteses levantadas. “Nada caminha por si mesmo. Nada é dado. Tudo é construído.” (DOSSE, 1997).

A revolução dos historiadores dos Anais introduziu de uma vez por todas o problema no processo de construção do conhecimento histórico, definindo, portanto, a própria história como um fazer, uma fabricação conduzida pelo historiador. E mais: essa condução é ativa, isto é, o historiador conduz a elaboração da história com técnicas e ideias. Desde então história científica é história problema. (CAVALCANTE, MAUAD. p.27.2012).

O filósofo Michel Foucault discute a genealogia como forma de se conceber a escrita da história com o sentido de pergunta/problema, rompendo com a noção de uma história contínua e linear, teleológica. O autor questiona o modelo do fazer histórico, trazendo novos temas e problemas, priorizando a prática sobre as teorias. Propõe uma história problematizadora, que é entendida a partir de um pensar em constante questionamento que possui um verdadeiro estranhamento diante dos vestígios e acontecimentos, tal prática do fazer histórico está nesse sentido imbricado em constantes construções e desconstruções dos fatos e das evidências. Assim a tarefa do pesquisador seria interrogar os documentos-acontecimentos. (FOUCAULT, 1984, p.15-37).

Retomando, a pesquisa etnográfica, que foi essencial para a elaboração do capítulo dois, por conta de minha inserção no meio dos movimentos sociais e atores envolvidos com as memórias da Casa da Morte, ela pode ser vista como uma construção discursiva, tendo sua base na Antropologia com o objetivo de sintetizar e elaborar interpretações sobre o que as pessoas fazem em um determinado espaço, as consequências de suas interações e como essas pessoas compreendem o que estão fazendo. (WATSON-GEGEO, p. 576.1988).

Nessa dimensão é interessante pontuar que a etnografia é um tipo de pesquisa que tem por função principal descrever a forma de pensamentos particulares e coletivos difundidos entre pessoas que possuem determinados comportamentos dentro de um contexto específico, ou seja, em sua respectiva cultura. (HORNBERG, p.688, 1994).

Não existem verdades completas, inquestionáveis e absolutas que tem peso para sustentar uma forma de julgamento, assim sempre que um conhecimento for apresentado ele

pode ser contestado, pois as realidades sociais são construídas discursivamente. Nessa categoria a pesquisa etnográfica leva a um contato bastante próximo com os sujeitos pesquisados, o objetivo principal da etnografia seria descobrir e representar fielmente a verdadeira natureza do fenômeno social. (HAMMERSLEY, p.44, 1993).

Nesse sentido a pesquisa etnográfica toma como função o papel de compreender o ponto de vista do outro, em lugar de apenas julgar com olhares recheados de critérios de verdadeiro ou falso. (GEERTZ, 2008). “[...] a pesquisa científica requer flexibilidade, capacidade de observação e de interação com os pesquisados. Seus instrumentos devem ser corrigidos e adaptados durante todo o processo de trabalho, visando os objetivos da pesquisa” (GOLDENBERG, 2007, p. 79).

A História Oral¹ também foi muito importante como metodologia de pesquisa para a produção desse trabalho, por meio dela pude gravar as conversas com os entrevistados, o que enriqueceu a pesquisa e o fio condutor do problema.

Sobre a História Oral, que realço novamente, foi fundamental para alcançar os resultados desse trabalho, por meio de entrevistas gravadas com os atores que se envolvem no contexto de produção de memórias a respeito da Casa da Morte. Antônio Vieira (2013), destaca que a “seleção, realização e cruzamento” de entrevistas estão em muitos casos relacionadas com a memória que é fundamental para a dinâmica do processo de entrevistas, dessa forma quando o entrevistador por meio dos depoimentos recebidos elabora suas interpretações irá construí-las de acordo com seus objetos de interesse definidos ou pré-definidos. Nesse sentido é preciso destacar que a pessoa a ser entrevistada também possui algum tipo de interesse, um motivo para ceder a entrevista, nesse momento é tarefa do pesquisador buscar compreender os objetivos e motivações, analisando o que levou a pessoa a prestar a entrevista, é nesse ponto que é possível entender o pesquisador como um “produtor de memórias”, totalmente envolvido dentro do processo da entrevista pois ele levanta questões, estimula memórias e constrói uma problemática em torno do objeto. Para Vieira é inadmissível o pesquisador forjar fatos, ao reunir dados, sua função é analisar, por meio de ferramentas científicas e situar as informações guiado por aspectos históricos. (VIERIA, 2013).

¹ A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Começou a ser utilizada nos anos 1950, após a invenção do gravador, nos Estados Unidos, na Europa e no México, e desde então difundiu-se bastante. Ganhou também cada vez mais adeptos, ampliando-se o intercâmbio entre os que a praticam: historiadores, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos e outros. Fundação Getúlio Vargas. CPDOC. Acesso 30.08.2019 <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>

Deve-se abordar o entrevistado com a intenção de trazer-lhe um pensamento, uma lembrança que há muito tempo está escondida, como se estivesse lhe proporcionando um simples objeto que ele já havia deixado de experimentar, segundo Maurice Halbwachs (1995) ao ter contato com esse objeto, seja um livro que se gostava na infância, é possível novamente ter a experiência próxima daquele estado de sensações que se viveu, em uma espécie de reconstrução de um passado. Para Le Goff, a memória “é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja a busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” (LE GOFF, 1996, p.476, conforme citado por VIEIRA, 2013, p.38).

Vieira (2013) mostra que quando realizamos uma entrevista, o indivíduo não pode ser entendido em um isolamento, deve-se, portanto, considera-lo dentro de seu meio social e de seus grupos com suas interseções. O pesquisador, sob a ótica do autor, ao selecionar seus entrevistados necessita conhecer historicamente o grupo no qual o indivíduo está inserido. (VIEIRA, 2013).

No caso dos atores sociais entrevistados por mim, pode-se afirmar de prontidão que eles estão imbricados com o contexto relacionado ao Regime Militar no Brasil e suas violações aos direitos humanos, aos grupos que resistiram ao governo vigente da época, a busca por memória, verdade e justiça, assim como a reparação simbólica das vítimas que resistiram as ações políticas do período (1964-1985) por meio do tombamento, desapropriação e transformação da Casa da Morte em Centro de Memória, Verdade e Justiça, fazendo com que esses sujeitos tornem-se importantes objetos de pesquisa e fontes essenciais para buscar compreender a Casa da Morte em Petrópolis como Lugar de Memória. Vieira (2013) lembra que os pesquisadores que utilizam a memória como ferramenta de pesquisa e elaboração de interpretações devem ter a compreensão de que “a memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento: em suma, ela é humana e social” (Huysen, 2000, p.37 conforme citado por Vieira, 2013, p.42). Nesse sentido é possível afirmar que uma memória verdadeira e única é uma ilusão.

Retomando a prática do entrevistador é preciso mencionar que ele ao utilizar a dinâmica da entrevista não deixe passar noções essenciais para a compreensão dos fatos, como os aspectos sociais que se instituem a partir de um trabalho de pesquisa, as memórias evocadas e estabelecidas durante o percurso traçado, assim como a necessidade da utilização de meios tecnológicos para a concretização de uma entrevista, desse modo o local escolhido para a realização da entrevista cria laços, envolvendo gravadores, microfones, câmeras que convivem com o entrevistado e o entrevistador sempre influenciando na conversa e na paisagem do

ambiente acabam contribuindo para que haja a construção de um novo Lugar de Memória, pois todo esse processo o tempo inteiro produz memórias, dando peso e caráter a entrevista, assim como uma importância que vai além de uma conversa informal. (VIEIRA, 2013).

Tudo aquilo que pertence a este novo lugar colabora a sua artificialidade; contudo, não se deve ter a ilusão de que iremos fazer um resgate ou uma reprodução de um passado fidedignamente. “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos [...]” (NORA, 1993, p. 13), logo, o espaço onde se realiza a entrevista também é um lugar de memória, pensamos, pois, o que se faz é criar arquivo (oral) de uma memória que não é espontânea, mas estimulada. Por mais fiéis que possam parecer os registros de áudio e vídeo, seríamos incautos se acreditássemos que esses arquivos não são artificiais durante toda a sua produção (incluem-se aqui os momentos de pré e pós-produção). (VIEIRA, p.42, 2013).

Assim é possível questionar se de forma consciente ou inconsciente o entrevistado não se pergunta: Em que posição estou falando ao entrevistador ou ao microfone? Vieira (2013) defende que não se pode falar em entrevista “espontânea”, pois antes de sua realização temos a preparação dos materiais tecnológicos, um local e data pré-estabelecidos, suscitando no pré-produção da entrevista o imaginário na relação de dinâmica narrador/entrevistado. Não se pode desprezar que o entrevistado antes da realização da entrevista já estaria de sobreaviso a respeito do que seria o tema central da conversa o que inevitavelmente traz lembranças e memórias antes que haja de fato a entrevista, dessa maneira o estado do entrevistado é de alerta buscando uma forma de articular as ideias em relação ao passado, na tentativa de trazer a lembrança histórias consideradas como relevantes, interessantes, engraçadas, tristes entre outras. Tem que se considerar, então, que é na aproximação anterior entre entrevistado e entrevistador que ocorre a primeira noção de construção de um novo lugar de memória estabelecido. (VIEIRA, p.42, 2013).

Da parte do pesquisador/historiador oral podemos considerar que desde o seu interesse pelo objeto; levantamento dos dados biográficos do indivíduo entrevistado, bem como de seu grupo; estabelecimento do local da entrevista; clareza que desde o primeiro contato estabelecido com o entrevistado, por sua parte, este se integra pelo envolvimento com o assunto; enfim, durante toda essa fase de pré-produção a entrevista, estar-se-á ‘arquitetando’ um novo lugar de memória que se concretizará no ato da entrevista. Este novo lugar de memória não se dá apenas em seu aspecto físico, tudo o que o envolve – inclusive em suas abstrações – colabora a sua construção; é este conceito de lugar (lieu de mémoire) que defende Pierre Nora (1998).

O contexto, o tempo e também o espaço em que a entrevista se situa é um ponto importante a ser destacado, pois ela tem por função e objetivo evocar um passado sob a

perspectiva e interesses do presente em que a entrevista está acontecendo. Significa dizer que seja uma “memória enquadrada” (POLLAK, 1989), uma síntese de uma história de uma dada sociedade, assim como entrevistas de histórias de vida colhidas por um entrevistador estão sempre passíveis de serem apresentadas e interpretadas de diversas maneiras, por conta, principalmente da conjuntura em que está relacionada. (VIEIRA, p.44, 2013).

Alguns fatores devem ser considerados dentro da realização de entrevistas: como os motivos que levam a entrevista, a pesquisa do tema proposto dentro de seu recorte temporal, as pessoas envolvidas no processo, assim como o tempo presente suas implicações e suas divergências e complexidades devem ser vistos pelo pesquisador como pontos importantes e fundamentais para a compreensão do que está acontecendo. Buscar entender as práticas históricas do grupo em que o indivíduo está inserido, selecionar o ambiente em que a entrevista acontecerá, tendo já a noção de que esse local tomará a forma de um outro lugar de memória, construído e estabelecido pelos sujeitos unidos pelo motivo da entrevista, sempre observando de maneira essencial os interesses e objetivos do pesquisador que está conduzindo a conversa, assim como os do que está cedendo a entrevista. Contando com um aparato tecnológico e uso de metodologias estabelecidas previamente dentro de uma estrutura é importante trazer a compreensão qual seria o valor científico de tudo que foi construído e a veracidade de todos os dados e informações levantadas. (VIERIA, 2013).

Ricoeur faz uma crítica aqueles que condenam a memória atrelando a ela uma ambição e uma pretensão de ser fiel ao passado. Para o autor, criticamos tanto a memória porque ela é a única forma que possuímos para significar o passado que declaramos com nossas lembranças. A imaginação, por exemplo, não sofre as mesmas críticas já que nasce irreal, fictícia e envolvida pelo campo das possibilidades. Usando um conceito já proposto por Henri Bergson, Ricoeur (2000) nos propõe uma divisão entre hábitos (memoria-habito) e memória (memoria-lembrança). O habito é aquilo que vivenciamos cotidianamente, aquilo que se repete sem que nos demos conta e do qual lembramos de forma livre e espontânea, mas que está na memória, pois é do passado. E a memória é aquela que não está no corpo cotidiano, é aquela que precisa ser estimulada e que a resgatamos ou evocamos através de imagens que construímos do passado. (VIEIRA, 2013. p.44, 2013).

Durante as pesquisas foram entrevistadas doze pessoas, ao discorrer do texto foram usados nomes fictícios para designar esses indivíduos. Sendo esses sujeitos o escopo desse trabalho, por conta de sua forte ligação com a Casa da Morte em Petrópolis, com a luta por sua desapropriação, tombamento e transformação em Centro de Memória, Verdade e Justiça. Com distintas observações, experiências, e maneiras de pensar e se expressar, trazendo ao longo das entrevistas declarações passíveis a interpretação. É preciso deixar claro que nem todos os entrevistados participaram ativamente de algum grupo, mas mesmo assim estavam

assiduamente pleiteando memórias em relação à Casa da Morte e que não existe um pensamento homogêneo, havendo inclusive divergências, é sim de consenso a transformação da Casa da Morte em museu.

Ainda na questão metodológica, por meio de Ferraz e Porto (2017), é possível defender uma Antropologia Digital, que se torna ferramenta essencial no trabalho etnográfico, principalmente no contexto dos novos tempos de pandemia da Covid-19 e isolamento social.

[...] desprezar a condição digital da cultura contemporânea, a qual se alastra em todas as esferas das relações sociais (se apresentando também como campo e/ou objeto de pesquisa) é ignorar as recentes mídias no cotidiano das relações sociais como o fato social da nossa era. E tornar perecíveis os métodos antropológicos tradicionais para certas culturas, por não darem conta de explicar as relações culturais intoxicadas pelas tecnologias nas relações sociais e materiais. Na Antropologia clássica, livros, informantes e percursos terrestres eram tidos como a condição para os contatos preliminares no início da pesquisa, no entanto, na esfera atual das relações sociais em rede, são comumente substituídos por ícones em telas conectadas via online. Portanto, é a partir da entrada nos sites de busca e nas redes sociais, onde se abarcam as referências preliminares das diferentes temáticas do estudo, correspondendo ao lugar onde se inicia o emprego da etnografia. E a internet, como tal portal, pode convergir sobre o caminho da proposta etnográfica tradicional de Mauss que está na ação do etnógrafo em observar e classificar os fenômenos sociais, pois as diversas formas de olhar, agora em rede digital, que de antemão proporcionam o contato com um universo de possibilidades de estudos. (FERRAZ; PORTO, 2017, p. 6-7).

Nesse sentido é interessante abordar a etnografia digital que Skageby (2013) mostra com os seguintes procedimentos de coleta de dados:

b) Observação online – É o primeiro exercício para a coleta de dados, e se dá sob diferentes técnicas, tais como ingressar e observar os grupos de discussões, os arquivos compartilhados, as mensagens publicadas, os perfis de membros das comunidades e páginas estudadas, a procurar destacar as diversas manifestações sociais que emergem deste campo. A combinação das fontes de dados disponíveis nas diferentes plataformas de redes sociais e/ou de busca, é ideal, segundo o autor, para o trabalho dos cientistas que pretendem investigar a atuação dos atores sociais nas diferentes atividades sociais da internet. c) Entrevistas online – No campo online, as entrevistas podem ser sincronizadas ou não. Isso quer dizer que, quando sincronizadas, são feitas em tempo real com câmeras ou com mensagens escritas instantâneas. Cabe acrescentar que a câmera e o áudio garantem a veracidade do entrevistado e trazem outros elementos sobre a atuação e comportamento do ator social em rede, os quais também servem de dados passíveis de análise. Quando não sincronizadas, as entrevistas são as enviadas por e-mail ou mensagens fechadas nas redes sociais e, no caso, são as menos indicadas, pois o tempo do entrevistado para responder pode não ser tão urgente quanto o tempo do pesquisador para desenvolver a sua pesquisa. (FERRAZ; PORTO, 2017, p. 20).

A pesquisa de campo foi marcada por surpresas e indícios que me levaram cada vez mais a imergir no tema que me despertou tanto interesse, conversar com as pessoas

compreendidas no processo, visitar a rua do atual imóvel que abrigou a Casa da Morte na década de 1970, me fizeram rejubilar e me aprofundar nos problemas envolvidos.

Esse trabalho encontra-se separado em três capítulos:

No Capítulo I por meio de uma vasta pesquisa bibliográfica, é explicitado inicialmente o contexto político. A complexa conjuntura do cenário político, econômico, social e ideológico que teve como consequência a instauração do Regime Militar no Brasil iniciado em 1964 são discutidos nesse primeiro tópico.

Durante essa seção ocorre uma breve discussão do contexto social, político e econômico atravessados pelo Brasil no período compreendido entre 1961 a 2019. Com objetivos de situar a Casa da Morte no tempo, dando sentido e atribuições para seu funcionamento e existência.

O segundo tópico desse capítulo trata de abordar os termos da Justiça de Transição e as lutas por Memória, Verdade e Justiça que partem dos mais diversos setores da sociedade e dão início a movimentos que objetivavam investigar os crimes cometidos pelo Regime Militar, as violações aos direitos humanos, assim como uma reparação pecuniária e simbólica as vítimas e familiares que sofreram durante o Governo Militar, tal contexto favoreceu a instauração de Comissões da Verdade por todo país, favorecendo pesquisas e esclarecimentos sobre a situação e função da Casa da Morte enquanto um centro clandestino do aparato de torturas de Estado, por meio da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis (CMVP). A terceira seção explana a forma como Inês Etienne Romeu tornou-se uma figura central na descoberta da Casa da Morte e uma das principais pessoas envolvidas em todo o processo. O capítulo estende-se discutindo a história da Casa e seu complexo contexto e busca dialogar com autores que já escreveram sobre a Casa da Morte.

O capítulo dois inicialmente discute o conceito de movimentos sociais fazendo reflexões com autores que apresentam esse tema. Essa parte do trabalho se propõe a expor os movimentos sociais e suas ações em prol da transformação da Casa da Morte em Centro de Memória, Verdade e Justiça, descrevendo cada movimento e suas peculiaridades, assim como diferenças e expondo entrevistas que pessoas cederam a mim ao longo de minha pesquisa, encerro o capítulo fazendo um relatório de tudo que passei com as pessoas que entrevistei que possuem relacionamento direto com a Casa da Morte e analisando as ações dentro da conjuntura desse movimentos que reivindicam a transformação da Casa da Morte em Lugar de Memória.

O terceiro e último capítulo desse trabalho objetiva abordar o conceito de patrimônio cultural e o caminho para que seja-se transformado em patrimônio cultural no Brasil, pois é a maior reivindicação desses movimentos sociais que vão para as ruas, ao mesmo pé que a Casa da Morte tem um grande impasse, pois é de propriedade privada e seu atual dono nega a

existência de um centro clandestino durante o Governo Militar naquele imóvel, fazendo várias intervenções, trazendo uma memória complexa a ser discutida.

CAPÍTULO I

A CASA DA MORTE EM PETRÓPOLIS: UM BREVE CONTEXTO

1.1. Situando a Casa da Morte no Tempo

Desde que a Casa da Morte em Petrópolis foi denunciada por Inês Etienne Romeu em 1979, por meio dos depoimentos prestados a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), nunca mais ela deixou de ser comentada, pela mídia, órgãos públicos, pessoas, familiares de desaparecidos políticos, indivíduos que não compactuavam com o Regime Militar, sujeitos que resistiram a ele durante seu tempo de vigência entre outros. A partir da história e exposição sobre os acontecimentos durante a prisão clandestina de Inês, a Casa da Morte passou a ser alvo de muitas discussões. Cabe nesse tópico lembrar de maneira resumida a conjuntura que levou os militares a assumirem o poder, seus desdobramentos durante os mais de 20 anos que estiveram no governo, sua saída e os presidentes que a ele sucederam, inclusive o grande marco temporal da redemocratização da política brasileira que foi a Constituição de 1988. Importante mencionar ao longo do texto os 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) que durante o Regime Militar mostrou-se um forte opositor, angariando as massas para o seu lado, sendo esse governo um dos fatores que contribuíram para a busca de esclarecimentos do que houve na Casa.

O século XX foi um período extremamente importante na historiografia brasileira, muitas transformações sociais, culturais, políticas e econômicas ocorreram. O conturbado contexto político no pré-64 é motivado por grandes disputas em um clima de enorme tensão e polarização que levou ao Golpe de 1964. A renúncia de Jânio Quadros e a posse de seu vice João Goulart (o Jango), são alguns dos principais processos históricos relacionados a esse período. Como assinalou Reis Filho (2014), é possível perceber uma grande problemática da memória no que diz respeito ao período militar, assim como construções sociais, “mais ligadas a memória do que a empiria dos estudos históricos”. (REIS FILHO, p.12, 2014).

A complexa conjuntura do Regime Militar é discutida pelo historiador Marcos Napolitano (2014) perpassando por diversas temáticas, como a grave crise do governo João Goulart, a participação civil, conflitos internos no centro do poder e o papel da cultura no cerne da resistência, o autor parte de referências documentais e de diversas leituras sobre o período. Na concepção de Napolitano o final de 1963 é marcado por um galopante conflito entre Legislativo e Executivo, sendo visto como mais complexo e abominável no governo Jango, sua

proposta das Reformas de Base que incluíam a reforma agrária, a reforma política, o voto do analfabeto. Assim em 1963 o governo de João Goulart perde totalmente sua sustentação política, acreditava-se que o presidente estaria preparando um golpe para fechar o Congresso Nacional. (NAPOLITANO 2014).

Independente dos eventuais erros e acertos do presidente João Goulart é nesse conturbado e antagônico quadro político que os militares assumem o poder a partir de 1964 mantendo um regime que perdurou por mais de vinte anos no Brasil. Em que as eleições para presidente da República eram feitas de maneira indireta, ou seja, um pequeno grupo escolhia quem seria o chefe do Executivo e o poder era cada vez mais concentrado nas mãos do presidente da República, acompanhando uma forte tendência autoritária em que o Estado impôs medo através de suas ações à sociedade civil.

A cultura do medo tinha três importantes componentes psicológicos: o primeiro era o silêncio imposto à sociedade pela rigorosa censura. O segundo foi o isolamento daqueles indivíduos que sofriam diretamente com a repressão. Por fim um sentimento de total desesperança passou a prevalecer naqueles indivíduos que eram contrários à ditadura militar. O silêncio, o isolamento e a descrença faziam parte dos elementos da cultura do medo (ALVES, 1984: 205-206).

O autoritarismo imposto pelos militares possuía dois objetivos básicos na concepção de Napolitano, que seriam destruir a elite intelectual reformista e cortar os laços dessa elite com os movimentos sociais, especificamente o movimento operário e o camponês. (NAPOLITANO, 2014).

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente à idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentavam sobre relações efetivas de parentesco. Assim crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos (ARNS, 1987, p. 43).

O primeiro presidente do Regime Militar, o marechal Castelo Branco teria para Napolitano um papel de “Construtor institucional do regime”, sendo por meio dele editados quatro Atos Institucionais (AI), que abriram caminho para o AI-5² com forte repressão e controle por parte do Estado. (NAPOLITANO, 2014).

² O Ato Institucional Número 05 foi o quinto de dezessete decretos emitidos pelo Governo Militar, sendo esses atos as maiores formas de legislação do regime. O AI-05 foi o ato mais duro, emitido em 13 de dezembro de

Para resguardar-se de que forças de apoio ao governo de João Goulart (1961-1964) tomassem iniciativas, o regime militar suspendeu garantias individuais consagradas pela Constituição de 1946, sendo cassados direitos políticos e mandatos parlamentares. E passou a fazer uso e incorporar em seu governo a Lei de Segurança Nacional. Pouco tempo depois da posse dos militares surgem as primeiras denúncias de torturas praticadas pela polícia e por setores das Forças Armadas. (CORRÊA, ALMEIDA, p.129,2013).

A Lei de Segurança Nacional definiu os crimes contra a Segurança Nacional e a ordem pública e social, os processos de julgamento e as penas impostas em cada caso. Continha disposições bastante duras relativas à imprensa, responsabilizando criminalmente o editor, o proprietário do jornal e o jornalista pela veiculação de notícias ou opiniões que infringido algum artigo da lei. Os crimes de insurreição armada, a tentativa de mudar por ato violento a Constituição, a prática de atos destinados a provocar a “guerra revolucionária” ou “subversiva” e o impedimento do funcionamento de serviços essenciais, administrados pelo Estado, quando resultassem em morte, eram passíveis de prisão perpétua e pena capital. (CORRÊA, p.85. 2013)

A partir do ano de 1965, a extinção do sistema de partidos levou a constituição do bipartidarismo. A oposição “consentida” à ditadura passou a ser exercida pelo Movimento Democrático (MDB). Com o AI-5 em 1968 foi suspenso o direito de habeas corpus, endureceu o regime, aumentando excessivamente a violência de Estado e um fortalecimento da “comunidade de informações e segurança” que tratava de reprimir a oposição. (CORRÊA, ALMEIDA, p.129,2013).

Após o AI-5 os movimentos contrários ao Regime Militar foram considerados ilegais pelo governo, e passaram a agir na clandestinidade (1968). Ridenti lembra que “vários operários foram suspensos, demitidos e perseguidos”. Nasce uma sociedade com uma cultura do medo, que restringia a participação em atividades religiosas, sindicais e políticas. (RIDENTI, 2014).

Nesse contexto de rompimento com a democracia surgem as mais diversas resistências de inúmeros setores da sociedade. O movimento estudantil da década de 1960, que já vinha militando antes mesmo de fomentar-se as muitas questões que levariam ao golpe de 1964. Como João Roberto Martins Filho (2007) aponta, que a partir da greve de maio de 1962 nasce um movimento universitário de amplitude nacional, que estava intimamente ligado ao debate das “Reformas de Base”, que incluía a reforma universitária. O meio estudantil criou grande afinidade com o discurso nacionalista e a agenda de esquerda defendida pela União Nacional

1968 pelo presidente Arthur Costa e Silva, tendo como consequências a perda de mandatos de parlamentares contrários ao regime, intervenções do presidente nos municípios e estados, suspensão de garantias constitucionais, o fechamento do Congresso Nacional e Assembleias Legislativas dos estados, suspensão de habeas corpus por crimes de motivação política, censura prévia da música, televisão, rádio, cinema, teatro e de outras formas de comunicação, poder concentrado no Executivo entre outras medidas.

dos Estudantes (UNE). A mobilização estudantil em oposição ao regime contou também com o fortalecimento de correntes ligadas a Igreja Católica, como Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), que lutavam por jovens com problemas sociais. Em 1962, militantes das organizações de estudantes católicos separaram-se da direção da Igreja e fundaram a Ação Popular (AP) que buscava uma transformação radical da estrutura social brasileira do capitalismo para o socialismo, assumiram a direção da UNE, e os estudantes formaram o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, no Movimento de Educação de Base (MEB) que lutava para alfabetizar as classes populares. Uma outra vertente interessante de se abordar, provinda do movimento estudantil foi a dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que buscava denunciar a violência da ditadura, promovendo inúmeras manifestações. (CORRÊA, ALMEIDA, p.130, 2013).

No dia 28 de fevereiro de 1968 a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, em manifestação pelo melhoramento da alimentação do restaurante estudantil Calabouço, duramente reprimida pela Polícia Militar, deu oportunidade para um realinhamento dos diversos setores de oposição ao regime. Cada vez mais protestos eram reprimidos com prisões e violências efetuadas pelo Estado. A Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro fora o último evento das grandes manifestações de rua. (CORRÊA, ALMEIDA, p.135, 2013).

Um balanço ainda precário registra a prisão de 50 mil pessoas. Pelo menos 20 mil sofreram torturas. Além dos 320 militantes da esquerda mortos “desaparecidos”. No fim do governo Geisel existiam cerca de 10 mil exilados. As cassações atingiram 4.682 cidadãos. Foram expulsos das faculdades 243 estudantes (CHIAVENATO, 1997, p. 131).

Com inspiração nos exemplos da Revolução Cubana e da luta anti-imperialista que vinha ocorrendo no Vietnã do Norte, contra os norte-americanos em seu território, esquerdas revolucionárias brasileiras optaram pela luta armada. As pessoas que se manifestavam contra o regime militar e foram perseguidas tinham o objetivo de lutar e reivindicar seus direitos, eram organizados em grupos populares, movimentos sociais e sociedade civil em geral. (HERKENHOFF, p. 185, 1997).

O dirigente comunista Carlos Marighella da Aliança Libertadora Nacional (ALN), cujo objetivo desse agrupamento contrário ao regime militar, era “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução” conquistou a posição de um dos grupos mais importantes na oposição ao Regime Militar. A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) liderada por Carlos Lamarca, ex-militar, também teve grande destaque na resistência ao Regime Militar. (HERKENHOFF, p. 185, 1997).

A vitória da revolução cubana, em 1959, e argeliana, em 1962, o processo de independências nacionais na África negra e no mundo árabe e muçulmano, a luta revolucionária no Vietnã, retomada a partir do começo dos anos 60, entre muitos outros acontecimentos, conferiram novo alento aos movimentos nacional-estatistas latino-americanos. (REIS FILHO. p.17.2005).

As organizações armadas acabaram tomando atitudes ousadas, como o assalto ao trem da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, pela ALN, a explosão de uma bomba no Quartel-general do II Exército que vitimou um soldado, pela VPR, o assassinato de um suposto agente da CIA, o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, no Rio de Janeiro, em setembro de 1969, planejado e executado por uma aliança entre a ALN e do MR-8, que só concederam a libertação do embaixador exigindo a libertação de quinze presos políticos e seu envio para o exterior. (CORRÊA, ALMEIDA, p.138, 2013).

Entre 1969 e 1971 as forças da esquerda revolucionária foram esmagadas pela repressão, mas foi na década de 1970 que o Pcdob deu forma a mais duradoura experiência de luta armada no campo com a Guerrilha do Araguaia, derrotada em 1974. (CORRÊA, ALMEIDA, p.138, 2013). O sociólogo Marcelo Ridenti lembra:

Para não fugir de uma proposição sintética, apesar dos riscos, parece pertinente considerar as experiências guerrilheiras, vistas hoje, experiências de resistências armada. Independente das intenções revolucionárias, os grupos armados não tinham a menor condição social, política, econômica ou militar de enfrentar o poder da ditadura. Nesse sentido, foi uma luta de resistência – é mais prudente não usar o adjetivo “democrática”, que pode dar margem a equívocos. Uma resistência contra a ditadura, ainda que, em geral, os projetos dos grupos guerrilheiros fossem ofensivos. Eles fizeram parte da “grande recusa” – para usar o termo de Marcuse para caracterizar as lutas de 1968 em todo o mundo – que, no caso brasileiro, não era só da ditadura, mas também da organização social e econômica capitalista que ela garantia. (RIDENTI, 2007).

De acordo com Dantas:

É papel dos estudantes levantarem as bandeiras democráticas e das liberdades numa perspectiva de fazerem-nas coincidir com as reivindicações dos trabalhadores [...]. Entendo que foi nessa perspectiva que os estudantes empunharam bandeiras de luta contra a ditadura, desde o seu primeiro momento em 1964. Aliados a outros setores pequenos burgueses, como intelectuais, artistas etc... levaram-na num crescendo até 1968 – onde se deu o grande impasse³

Com a permanência do governo militar e sua posição antidemocrática, muitas mobilizações contra o Estado tiveram seu ápice principalmente a partir de 1968, momento em

³DANTAS. Altino. A reorganização da UNE após o golpe de 1964. In Santos Nilton (org.). História da UNE v.1 depoimentos de ex-dirigentes. Coleção história presente v.4: São Paulo: editorial Livramento, 1980, p. 46.

que por meio do AI-5 os militares tomaram medidas severas para lidar com a oposição. Os movimentos de esquerda lançaram-se em atitudes urbanas, tais como “expropriações” e sequestros de diplomatas estrangeiros, iniciando também atividades de longo tempo no campo, que foram as guerrilhas rurais. (CORRÊA, ALMEIDA. p.186 2013).

A luta armada contra o Governo Militar no Brasil pode ser compreendida na medida em que procura-se entender o próprio desenvolvimento político do regime. É necessário fazer uma reflexão sobre como as esquerdas e o Estado utilizaram a violência no sentido de legitimar seus planos políticos e conjunto de pensamento ideológico na segunda metade do século XX. Os militares, desde que assumiram o poder buscaram legitimar suas ações ora por uso do aparato repressivo, ora por meio de um discurso que garantisse a aceitabilidade da ditadura. (ARAÚJO, 2009).

Para consolidar seu poder o Governo Militar usava de um “ideário” de que estavam condicionados a missão de defesa da democracia, da ordem social, e lançava a tese da defesa da família, contra a corrupção e o comunismo., ganhando assim a simpatia de uma parcela significativa da sociedade brasileira, porém não demorou muito para que o novo regime começasse a mostrar sua face autoritária, por meio dos Atos Institucionais, os poderes do Executivo foram fortalecidos, a partir do AI2 o poder se concentrou ainda mais nas mãos do presidente da República. (ARAÚJO, 2009).

Esse cenário de restrição da participação política e o aumento da repressão por parte dos militares contribuiu para que os movimentos de esquerda pegassem em armas contra a ditadura. Para Denise Rollemberg os militantes foram vencidos pelo poder dos militares, mas continuaram guerreando pela preservação da memória. (ROLLEMBERG, 2014).

Existem disputas por memória, quando o assunto é a luta armada no Brasil contra a ditadura, quanto aos motivos que levaram à esquerda a empunhar armas contra o Regime Militar não existe um consenso entre os historiadores.

Um enunciado histórico sobre o regime militar, bastante aceito, destaca o endurecimento da repressão após o AI-5 (dezembro de 1968). Ele é verdadeiro (...), mas de modo algum encobre o fato de que, desde o início, o regime foi extremamente rigoroso com seus “inimigos”, praticando muitas prisões arbitrárias e tortura no Nordeste, por exemplo, logo após o golpe. Esse enunciado costuma estar acompanhado da crença de que foi a opção pela “luta armada”, por parte da esquerda, que levou ao AI-5 ou, quando se trata da memória da própria esquerda, teria sido o Ato Institucional de dezembro o motivo da opção pela “radicalização”. A história naturalmente, não está imune a essas disputas entre memórias divergentes, mas ela deve procurar não estabelecer explicações simplistas, baseadas em relações lineares de causa e efeito. De fato, vários setores de esquerda, dentro e fora do Brasil, supunham que a luta pelo comunismo deveria ter como estratégia a deflagração de uma “guerra popular”, estabelecida através de focos de guerrilha rural e incentivada por ações de “guerrilha urbana”.

(..) Do mesmo modo, a criação, pela ditadura de um “setor especificamente repressivo” não foi apenas uma consequência da “luta armada”, mas um projeto que se integrava ao estabelecimento de outros suportes básicos do regime (espionagem, censura, propaganda) e com os quais se pretendia, em síntese eliminar ou ocultar tudo que dissentisse da “utopia” autoritária expressa na diretriz geral da “segurança nacional.” (FICO, 2003, p.181-182).

Problematizando a resistência ao governo militar é plausível salientar que o pleito partiu de diferentes âmbitos, o dos intelectuais, da música, do cinema e com mais ênfase na luta armada. A sociedade foi silenciada pela força e pelo medo da repressão. Uma das grandes motivações da luta armada, seria também não somente a superação da ditadura, mas do capitalismo no Brasil, tais organizações acabaram funcionando como uma espécie de “braço armado”. Várias tendências surgiram no movimento de oposição ao Regime Militar, a liga camponesa de Francisco Julião, Brizola com a Frente Ampla Popular entre outros. (REIS FILHO 2007).

Embora guardassem diferenças nas suas origens, análises e propostas, a maioria destas organizações nasceu nos anos 60 em meio ao intenso debate político e ideológico que envolveu o campo da esquerda brasileira e cujos temas centrais foram à atualidade da revolução socialista no Brasil e o papel da luta armada no processo revolucionário (HABERT, 1994, p. 33).

Retomando as ações das Forças Armadas durante seu tempo de governo, compreende-se que o aparato repressivo pode ser concebido com características importantes, como o controle sobre a oposição, com vários setores que atuavam na repressão, divididos em órgãos de informação e órgãos operativos da polícia política que fortaleceram e cuidaram de legitimar o Regime Militar, dessa maneira a repressão estatal pode ser vista como muito bem organizada e centralizada assim estar participando da resistência ao governo vigente seria considerado uma mancha política. (ALMEIDA, p.84, 2013).

Nesse contexto de opressão política consolidaram-se, ainda que de forma heterogênea, diversos agentes de resistência, tais como a luta armada, resistência civil organizada (partido de esquerda), organizações confessionais (CNBB), movimentos sindicais, organizações intelectuais movimentos artísticos e culturais, famílias políticas (comunistas, socialistas, liberais, católicos de esquerda). Siglas como ABI (Associação Brasileira de Imprensa), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) aparecem na oposição ao Governo Militar, nesse interim o conceito de sociedade civil começa a se fortalecer. (ALMEIDA, p.84, 2013).

Intensos momentos surgem contra o Governo Militar, com atores políticos de instituições da sociedade civil, setores da Igreja Católica, Ordem dos Advogados do Brasil e a

Associação Brasileira de Imprensa (ABI), intelectuais e até mesmo o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) buscavam promover o retorno da democracia no Brasil. Ganharam força as campanhas pela anistia e revogação do Ato Institucional nº5⁴, Lei de Imprensa⁵ e a Lei de Segurança Nacional.⁶ (CORRÊA, ALMEIDA, p.138, 2013).

Entre outras características, o Governo Militar foi marcado pela perda do salário-mínimo, concentração de renda e um aumento da desigualdade. Seu quadro político foi composto por cinco presidentes, mais uma Junta Militar, esses chefes de Estado foram escolhidos em momentos diferentes por um colégio eleitoral pelo voto indireto. (NAPOLITANO, 2014).

É interessante mencionar a divisão de três grandes fases do Regime Militar esboçadas por Napolitano:

. O período compreendido entre 1964-1968 é conceituado como “Pré-Ato Institucional nº05” nessa fase, considerada por muitos como “moderada” devido a relativa liberdade de expressão, mesmo diante de inúmeras cassações de mandatos políticos, intervenções em sindicatos, violência contra movimentos sociais, fechamento do Congresso.

. “Os anos de chumbo”, entre 1969 e 1974, em que começaram a vigorar o Ato Institucional de número 05 são defendidos por Napolitano como um golpe dentro do golpe (1968), com políticas de tortura, terror de Estado contra os opositores, sequestros, prisões clandestinas e a montagem de um Estado policial altamente terrorista e repressivo.

. Os anos de 1975 a 1985, são considerados pelo historiador “Distensão e abertura”, como características o abrandamento da censura e da repressão, projeto de autorreforma e saída negociada do poder. O presidente Ernesto Geisel anuncia uma “distensão lenta, gradual e segura”.

Coube aos liberais moderados conduzir a transição, o pressuposto da teoria dos dois demônios foi amplamente divulgado, o Regime Militar era um demônio da direita e a luta armada um demônio da esquerda. (NAPOLITANO, 2014).

O historiador Daniel Aarão Reis Filho em suas reflexões sobre o Regime Militar entende que as políticas implantadas pelo Regime foram preponderantes para ferir as desigualdades

⁴Baixado em 1968, vigorou até 1978, deu poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os inimigos do governo. (FGV -CPDOC). <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em 03/03/2021.

⁵Fora um conjunto de normas legais, reunidos na Lei 5.250, entrou em vigor em março de 1967, durante o Governo Militar, buscava regular os vários aspectos da categoria. (FGV-CPDOC). <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-imprensa>. Acesso em 03.03/2021.

⁶Definia crimes contra a ordem política e social, com regime rigoroso, foi promulgada em 1935. (FGV - CPDOC). <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional>. Acesso em 03/03/2021.

estruturais da sociedade brasileira, o Governo Militar conseguiu mudar o Brasil entre 1964 e 1979 no quesito economia, cultura e sociedade. Mesmo que de forma autoritária o país atravessou para um novo desenvolvimento do capitalismo. (REIS FILHO 2007).

O Governo Militar teve sua consolidação, seu apogeu e enfraquecimento com a gradativa perda de apoio dos mais diversos setores da sociedade, que em um outro momento apoiaram o golpe e o legitimaram. Filho (2007), frisa que o processo que culminaria no fim do Governo Militar, acaba em uma sociedade que se agarrou a valores democráticos, negando ter colaborado e apoiado os acontecimentos do período ditatorial. (REIS FILHO 2007).

A partir de 1979, com a revogação dos Atos Institucionais, tem início o período de transição democrática que termina com a Constituição de 1988, nesse percurso de mudança já não existia mais uma ditadura, mas também não podia se falar da consolidação de uma democracia. O ano de 1979 é marcado pelo fim do Regime Militar e início de um período de Estado de Direito autoritário, findo em 1988. (REIS FILHO 2007).

De acordo com REIS FILHO (2007) a memória desse passado é concebida como abominável e dolorosa, fruto de uma cultura política do nacional estatismo, em que ambicionava-se construir uma única identidade nacional, sendo o Estado o melhor instrumento histórico para articular o desejo da nação na direção de um processo de modernização. (REIS FILHO 2007).

O autor anteriormente citado mostra em suas reflexões que é complexo libertar-se de tal época, sem pensar nela, uma “batalha de memória” tem sido travada nos últimos anos com visões totalmente diferentes de grupos distintos sobre o período militar, percebe-se uma problemática na construção dessas memórias. (REIS FILHO 2007).

O sociólogo Marcelo Ridenti faz conotação a mudanças expressivas no contexto do Regime Militar, como avanços no processo de industrialização e urbanização. Ainda abordando o pré-64, o autor ressalta que metade da população vivia no campo e não podia votar porque era analfabeta, os direitos dos trabalhadores urbanos ainda não haviam sido conquistados pelos trabalhadores rurais. (RIDENTI, 2014).

Diante de pressões vindas dos mais diversos setores da sociedade, ainda na gestão do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) é anunciada uma abertura “lenta, gradual e segura”, uma “distensão” política do regime. A luta pela anistia ganha força em 1975 com o surgimento do Movimento Feminino pela Anistia, e com a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), com representações em vários estados e também no exterior.

No ano de 1978, o general João Baptista Figueiredo foi empossado presidente da República, pelo Colégio Eleitoral. Líderes empresariais contestavam a centralização exagerada

das decisões no Executivo Federal, exigindo maior liberdade de atuação para os grupos econômicos, liberdades democráticas e a restauração do estado de direito. O sindicato dos trabalhadores também questionava a legitimidade do regime ditatorial. Uma grande greve na fábrica de caminhões e ônibus Scania, liderada pelo então sindicalista Luiz Inácio da Silva, o Lula, presidente do sindicato, ganha uma enorme repercussão nacional. “Braços cruzados, máquinas paradas” foi o título da manifestação dos trabalhadores. (CORRÊA, ALMEIDA, p.147, 2013)

O “novo sindicalismo” associou-se às lideranças dos trabalhadores da indústria metalúrgica da região do ABC paulista, no final da década de 1970. Seus dirigentes construíram uma nova identidade que os diferenciava dos dirigentes considerados como “pelegos” (representantes do “populismo” varguista) e dos comunistas. Buscavam uma efetiva intervenção no cenário político. (CORRÊA, 2013, p-189)

Como afirma Aarão Reis (2007), para esses militantes o surgimento de um partido organizado pelos próprios trabalhadores representava uma atualização da utopia revolucionária enunciada no Manifesto Comunista de Marx e Engels. O processo de redemocratização, ganha o novo nome de “abertura política”, no governo de João Figueiredo (1979-1985), com a aprovação da anistia e a reforma partidária, em 1982 já é possível perceber a cogitação de eleições diretas para a presidência da República. (REIS FILHO ,2007).

No início do governo de João Figueiredo (1979-1985), em resposta a mobilização popular foi encaminhada para o Congresso Nacional o projeto da Lei da Anistia. Em 1979 com medidas complementares é aprovada a Lei da Anistia que levou a libertação de todos os presos políticos. (CORRÊA, ALMEIDA, p.138, 2013).

A ditadura fora uma noite. Mas triunfara a manhã, confirmando a profecia do poeta Thiago de Melo. “Faz escuro, mas eu canto, porque a manhã vai chegar”. Em 1979 a manhã chegou, finalmente. E a sociedade brasileira pôde repudiar a ditadura, reincorporando sua margem esquerda e reconfortando-se na ideia de que suas opiniões pela democracia tinham funda e autênticas raízes históricas. (REIS FILHO, p.09.2005).

Com a aprovação da Lei da Anistia, foram libertos militantes da oposição e agentes de órgãos oficiais envolvidos em crimes de tortura e assassinato.

Em fins dos anos, 1970 e início da década de 1980, o processo de abertura política marcou a história do Brasil e importantes modificações ocorreram no país. De acordo com Evandro Lins e Silva, a Lei nº 84.143, de 31 de outubro do mesmo ano, garantiu o retorno dos anistiados aos seus postos e funções. Vale destacar que a aprovação da lei pelo Congresso Nacional foi realizada com restrições e garantiu importante concessão aos militares ao beneficiar, também, os torturadores. Em contrapartida, a

lei garantiu a volta dos exilados políticos e, isto sim, foi um passo importante na ampliação das liberdades públicas no Brasil. Até o final de 1979, todos os presos políticos foram libertados e abriu-se o caminho de volta para os que estavam exilados ou haviam tido seus direitos políticos cassados. (CORREIA, p.117.2013).

Embora exagerando o argumento, Diniz (1986) parece ter razão ao afirmar que a “abertura política” é o resultado de duas dinâmicas que atuam simultaneamente no sistema político: a dinâmica das negociações no universo das elites e a dinâmica das pressões da sociedade (camadas médias, classe operária) sobre o Estado militar.⁷

Uma grave crise econômica, disputas entre oficiais linha-dura e moderados em volta da abertura e grandes manifestações nas ruas, já demonstravam um possível processo de redemocratização.

[...] manifesta uma descrença generalizada. Nos governantes, na existência de saídas, enfim, na possibilidade de tudo se ajeitar. Havia responsabilidade nos pronunciamentos políticos e nas atitudes de grande parte dos governantes. Como acreditar nas boas intenções do poder público se elas são, diariamente desmentidas pelos fatos? (RODRIGUES, 1999, p-64).

Após a saída “lenta, gradual e segura” dos militares do poder, foram realizadas eleições para nova composição de membros das assembleias legislativas estaduais, da Câmara dos Deputados e de um terço do Senado, representando um divisor de águas na política de “distinção”. (CORREIA, ALMEIDA, p.143, 2013)

O propósito do governo Geisel (1974-1979) foi promover uma distensão, isto é, um relaxamento dos controles políticos impostos à sociedade. A censura prévia foi parcialmente suspensa, os resultados eleitorais, depois de algumas manipulações das regras, foram admitidos, os protestos dos empresários contra o “modelo econômico” foram, embora com reservas, tolerados e as inesperadas reivindicações operárias, surgidas a partir de 1978, foram um efeito não antecipado da ação liberalizante. (CODATO,2005).

Entre os militantes de esquerda e a oposição ao regime, consolidava-se a esperança de mudança no quadro político, por meio das eleições. De acordo com Codato (2005), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) deu ênfase a três parâmetros essenciais: a justiça social e a denúncia da concentração de renda estimulada pelo governo militar, as liberdades

⁷CORREIA, Maria Leticia. História do Brasil IV.v2 /Maria Leticia Corrêa, Mônica Piccolo Almeida – Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2013.

civis e a violação dos direitos humanos, e a ameaça da desnacionalização, diante da invasão estrangeira na economia do país.⁸

O autoritarismo militar contemporâneo no Brasil não eliminou as tradicionais formas de expressão política. Adotou-se uma ordem política híbrida na qual formas autoritárias de poder conviviam com a limitada autonomia das instituições liberais representativas. Todavia, foram introduzidas mudanças no quadro partidário e o sistema eleitoral foi manipulado de modo que a competição política fosse reduzida e os resultados eleitorais garantissem vantagens ao partido governamental. (CARVALHO, 2005).

Acentua-se a situação em 1984 quando o PMDB⁹, liderado por Ulysses Guimarães mobiliza uma campanha mais intensa a favor das diretas. Grandes manifestações ocorreram em Curitiba, Porto Alegre e Salvador. Um grande comício em São Paulo, com mais de 200 mil pessoas, e a presença de Leonel Brizola, de Luiz Inácio Lula da Silva e Ulysses Guimarães, liderado pelo governador Franco Montoro. (CORRÊA, ALMEIDA, p.186, 2013)

A luta pelas eleições diretas para presidente torna-se o ponto essencial da agenda política nacional. Um grande conjunto de iniciativas, ultrapassando as organizações partidárias, com forte apoio popular e na sociedade civil, obtendo a aceitação da maioria da sociedade. (CORRÊA, ALMEIDA, p.138, 2013)

A campanha das Diretas foi, portanto, um encontro entre duas tendências diferentes do processo de democratização: um proveniente do MDB, oposição consentida ao regime, enquanto o outro fora forjado em diversos movimentos de base por todo o país, mas principalmente nas grandes cidades e que seria galvanizado em torno do PT (Partido dos Trabalhadores). (CORRÊA, 2013).

Os estrondosos comícios das “Diretas Já” expressavam expectativas reprimidas por duas décadas. As eleições diretas para a presidência da República eram enxergadas como a solução para os grandes problemas sociais como baixos salários, a falta de segurança e a inflação. (CORRÊA, ALMEIDA, p.138, 2013)

Segundo Thomas Skidmore (2008), a campanha das diretas terminou por gerar um ímpeto próprio. Em cidade após cidade, o público reagia entusiasticamente aos discursos pronunciados pelos líderes do PMDB, do PDT e do PT. Fortaleceu-se o uso de símbolos cívicos, como o Hino Nacional e as cores verde e amarelo. A presença de artistas e personalidades do show business –como o compositor Chico Buarque, a cantora Elba Ramalho, o locutor Osmar Santos e o jogador de futebol Sócrates –

⁸Diretório Nacional do MDB. MDB em ação nos comícios, rádio e televisão: democracia com desenvolvimento e justiça social. Brasília: Senado Federal, Serviço Gráfico, 1972, p. 14-27.

⁹Antigo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que fazia oposição ao Regime Militar.

transformava os comícios em megaeventos culturais, reforçando seu caráter suprapartidário. (CORRÊA, 2013, p.192).

Por meio de eleições indiretas, através do Colégio Eleitoral, no dia 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves e José Sarney tem vitória como presidente e vice-presidente da República. Receberam 480 votos de um total de 686. Paulo Maluf recebeu apenas 180 votos.

Esta reunião do colégio eleitoral (...) assume grande significado simbólico, pois marca o fim de todo um período da História do país. Sua importância reside assim conforme anseia a Nação, precisamente em ser a última. A eleição de Tancredo para Presidência da República marcou o fim de um ciclo na vida política brasileira. (FOLHA DE SÃO PAULO, 15/01/1985, p. 2).

Mesmo sendo eleito para a presidência da República, Tancredo Neves não conseguiu assumir o mandato como esperado, no dia 15 de março de 1985, pois sofreu de uma grave doença e faleceu no dia 21 de abril do mesmo ano. Coube ao vice-presidente eleito na chapa, José Sarney, assumir o problema de governar o Brasil depois de mais de vinte anos de Ditadura Militar e a enorme frustração dos brasileiros, por conta da derrota pela não realização de eleições diretas para a presidência e a morte sem precedentes de Tancredo Neves. (CORRÊA, ALMEIDA, p.198, 2013)

[...] o presidente dizia que a Nova República “instalou-se entre esperança e angústia. A esperança da liberdade, das mudanças e da democracia e a angústia da tutela estrangeira sobre a nossa política econômica. ” No auge do seu pronunciamento, Sarney conclamou o povo a ajudá-lo: “Não bastará a nossa firmeza, se faltar a coragem do povo. Foi a coragem do povo que nos reintroduziu na democracia”.¹⁰

A chegada de José Sarney à presidência da República foi resultado de caminhos trilhados anos atrás. Em 1983, foi constituída uma frente única que reuniu partidos e entidades de oposição numa campanha que tomou o país, reivindicando eleições diretas para o cargo de chefe do Executivo. Era a campanha das “Diretas Já”, apresentada como uma emenda constitucional – a Emenda Dante de Oliveira, que privilegiaria o voto direto para a presidência. Apesar da imensa mobilização que as campanhas das “Diretas Já” desencadearam, a emenda não foi aprovada. Em abril de 1984, 298 deputados votaram a favor, 65 contra, 3 abstiveram-se e 112 não compareceram à votação. Faltaram apenas 22 votos favoráveis para que os dois terços necessários para sua aprovação ocorressem. (BRITO, 2013).

¹⁰JB, “Sarney conclama o povo para guerra contra a inflação”, 1/3/1986.

Em novembro de 1985, as eleições municipais ocorreram em mais de duzentas cidades brasileiras, inclusive as capitais dos estados e territórios brasileiros. O partido PMDB obteve um satisfatório resultado em tal pleito, ganhando em dezenove das vinte e cinco capitais e em mais da metade nas outras cidades brasileiras. (CORRÊA, p-117.2013).

A posse do presidente eleito vai marcar, em 15 de março, uma fase de ordem, de paz, de participação e de progresso. Uma fase de avanço institucional, político e social. Ela será iluminada pelo futuro poder constituinte que, eleito em 1986, substituirá as malogradas instituições atuais por uma Constituição que situe o Brasil no seu tempo (...) Vamos, com a graça de Deus, presidir o momento histórico (Veja, nº 846, 21/11/1984, “A Nova República, o projeto de um velho moderado”:37).¹¹

O governo do então presidente José Sarney possuía como grandes e essenciais tarefas: reestabelecer a democracia e lutar contra a crise inflacionária. No dia 1º de fevereiro de 1987, instaurava-se a Assembleia Nacional Constituinte, que deu início a suas atividades sob a liderança do deputado Ulysses Guimarães. A nova Constituição foi promulgada em 05 e outubro de 1988, tendo sido a mais democrática da história brasileira. A Carta estabeleceu eleições diretas em dois turnos para presidente, governador e prefeitos, adotou o presidencialismo como forma de governo, afirmou a independência dos Três Poderes, restringiu a atuação das Forças Armadas, estendeu o voto aos analfabetos e maiores de 16 anos, universalizou o direito de greve, entre outras novas medidas. (FAUSTO, 2013). “É um texto moderno, com inovações de relevante importância para o constitucionalismo brasileiro e até mundial. Bem examinada, a Constituição Federal, de 1988, constitui, hoje, um documento de grande importância para o constitucionalismo em geral.” (SILVA, 2001, p. 89).

O texto de prefácio da Constituição de 1988 é uma amostra do momento histórico de seu nascimento e de suas aspirações:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundamentada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil (CONSTITUIÇÃO. 2001, p.11).

¹¹MENDONÇA, Daniel. A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e a posição política dos semanários Veja e Isto É ALCEU -v.5 -n.10 -p. 164 a 185 -jan. /jun. 2005.

A reflexão sobre o avanço que aconteceu no Brasil é notável no texto constitucional de 1988, principalmente na área de extensão de direitos sociais e políticos dos cidadãos em geral e às ditas minorias, como a situação dos indígenas. No caso do direito dos trabalhadores, importantes medidas foram adotadas e muitas conquistas ocorreram. (BRITO, 2013).

No primeiro pleito eleitoral com voto direto para presidência da República, o cargo foi conquistado por Fernando Collor, que brigou em segundo turno com Luiz Inácio Lula da Silva, que não negava suas origens nordestinas e revelava-se um grande apoiador da causa operária, com a fundação de um partido político de massas.

Fernando Collor acabou sofrendo um impeachment em 1992, com muitas complicações econômicas e polêmicas em seu governo, assumindo o seu vice Itamar Franco. (CORRÊA, ALMEIDA, p.194, 2013).

No fim da mesma década, parte da burguesia brasileira passou a defender a redução da presença do estado na economia, sobretudo os setores próximos ao capital internacional; porém, tal posição não era dominante devido aos interesses vinculados às medidas protecionistas: subsídios, renúncias fiscais e reservas de mercado. A grande imprensa estava alinhada com a primeira posição, assim como a candidatura de Collor nas eleições de 1989, que associou um discurso moralista com um programa de medidas neoliberais (LATTMANWELTMAN, 1994: 50). O consenso das elites em torno da agenda neoliberal só foi consolidado com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994. Assim, o mandato de Collor pertence aos momentos finais da crise de hegemonia (ALMEIDA, 2011: 48).

Tal processo de consolidação do neoliberalismo no Brasil volta ao desgastante quadro de profunda crise econômica dos anos 1980. No esforço de recuperação da economia, que forçosamente passava pelo controle sobre os elevados índices inflacionários e pela redução da área de atuação estatal, os governos Collor (1990-1992) e, em seguida Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), levaram em consideração a agenda elaborada pelo “Consenso de Washington”¹² (CORRÊA, ALMEIDA, p.196, 2013).

No dia 03 de janeiro de 2003, Luís Inácio da Silva (Lula) é empossado presidente da República.

Sua ascensão significou a primeira grande mudança de elites governantes no país desde o final do regime militar, em 1985. Até então o PT fora o único dos sete maiores partidos brasileiros que sempre estivera na oposição no âmbito federal. Ainda que o novo governo se sustente numa coalizão que inclui partidos que já compartilharam o poder nos últimos dezanove anos, a mudança nos quadros dirigentes federais por ele promovida foi bastante profunda. (ALMEIDA. P.7, 2004).

¹²O Consenso de Washington foram grandes medidas a serem tomadas com regras básicas, formulada em 1989 por economistas, tornando-se política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990.

O PT ascender ao poder com propostas que conseguiram sair do papel, com prioridade para as políticas de transferência de renda aos mais pobres, grandes mudanças ocorreram no país, inclusive na forma de gestão. Lula e seus aliados tinham um discurso forte e eficaz, que se baseava em lutar contra a pobreza e as desigualdades no Brasil. (CORRÊA, ALMEIDA, p.199, 2013)

[...] o PT lançou o Programa de Governo Lula para Presidente, um Brasil para todos, com destaque em grandes tópicos para: o crescimento, emprego e inclusão social, desenvolvimento, distribuição de renda e estabilidade, infraestrutura, desenvolvimento sustentável e faz muitas críticas sobre o endividamento do setor público.¹³

Lula conseguiu conquistar uma parcela significativa da população brasileira, principalmente nas classes de baixa e média renda, o presidente apostou pesado no crescimento econômico por meio do aumento do poder de compra (derivado do salário-mínimo), nos programas sociais proporcionados pelo governo, especialmente o Bolsa Família e na expansão do crédito. (JUNIOR, p-75, 2017).

As ações no governo Lula, acabaram por recuperar a estabilidade macroeconômica, e permitiram os ganhos de renda advindos do cenário internacional, transmitindo esse cenário favorável para a maioria da população brasileira, possibilitando um crescimento, baseado na expansão do mercado interno, até 2008. Uma crise internacional em 2008 tornou complexo o desenvolvimento do país, porém as decisões do governo Lula, mais uma vez colaboraram com a recuperação da economia brasileira, sem perder as conquistas sociais do período anterior. (BARBOSA, p.70. 2013).

Lula termina seu mandato em 2011:

Foram oito anos que permitiram que a gente, ao concluir, pudesse dar de presente ao Brasil a eleição da primeira mulher presidenta. Essa foi outra coisa muito difícil de fazer. Eu sei o que eu aguentei de amigos meus, amigos mesmo, não eram adversários, dizendo: “Lula, mas não dá. Ela não tem experiência, ela não é do ramo. Lula, pelo amor de Deus”. E eu: “Companheiros, é preciso surpreender a nação com uma novidade. Fazer a mesmice, todo mundo faz. Agora vamos surpreender o Brasil com a novidade.¹⁴

¹³(PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa de Governo Coligação Lula Presidente.2002; disponível em:<<http://www2.fpa.org.br/uploads/programagoverno.pdf>>. Acesso em 10.02.2021.

¹⁴(PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa de Governo Coligação Lula Presidente.2002; Disponível em:<<http://www2.fpa.org.br/uploads/programagoverno.pdf>>. Acesso em 10.02.2021.

Com a reeleição de Lula em 2006, acompanhada da vitória da presidenta Dilma Rousseff em 2010 e os dados levantados por pesquisas mostraram os elevados níveis de aprovação do seu governo, confirmados em 2012 pelas diferentes pesquisas de opinião, mostrando que as mudanças foram muito bem-vistas pelos brasileiros. As transformações sociais foram capazes de ampliar a justiça e a coesão social e se tornaram grandes motivações do sucesso do governo liderado pelo PT. (MATTOSO, p.01, 2013).

O conjunto de programas e ações do Estado, tais como os de garantia de renda (seguridade social e Bolsa Família, por exemplo), de garantia de bens e serviços (saúde, água, luz, entre outros) e de regulação (como o salário-mínimo), mesmo que ainda demandando melhor articulação, conformou uma maior mobilização de recursos fiscais e uma nova política social, capazes de enfrentar a pobreza e a desigualdade endêmica e favorecer a ampla recuperação do mercado interno. (MATTOSO, p.05,2013).

Diante do contexto descrito nesse tópico o trabalho avança para a próxima sessão em que serão abordadas as situações de luta de grupos por reparação, memória, verdade e justiça em relação ao período de Governo Militar em que como dito muitos foram torturados, assassinados e tidos como desaparecidos até os dias atuais, a conjuntura do processo de Justiça de Transição será debatida para em seguida chegar a discussão da Casa da Morte em Petrópolis.

1.2 O Direito à Memória, Verdade e Justiça

O Regime Militar conforme já exposto assumiu em 1964 e deixou o Governo em 1985, totalizando 21 anos de governo, governo esse que utilizou de seu poder para reprimir, torturar, prender, exilar e assassinar opositores, usando todo um ideário para legitimar suas ações, porém como dito no tópico anterior esse regime de governo composto pelas Forças Armadas no Brasil encontrou resistência. Esses braços que lutaram contra o Governo Militar sofreram as mais diversas violações dos direitos humanos e também junto a sua luta deixaram um legado, memórias, familiares e amigos vivos e pessoas que se identificavam com a luta de resistência, que atravessou gerações o que com o decorrer dos anos desencadeou em uma série de ações que serão discutidas abaixo. Não posso deixar de citar que tal contexto favoreceu o levantamento de mais dados sobre a Casa da Morte em Petrópolis e seu funcionamento.

Passados pouco mais de 30 anos desde o fim do Regime Militar no Brasil, muitos fatos ocorridos durante esse período continuam encobertos. Dessa maneira é possível perceber vácuos entre o passado e o presente no que tange as heranças do Regime Militar e a memória

dos que resistiram a ele e sofreram violações no que diz respeito aos Direitos Humanos. (JELIN, 2002, p. 43-44).

No Brasil, o debate historiográfico e a reflexão sobre o Governo Militar ainda são uma espécie de área incompleta e tomada de tentativas de silenciamento e restrições. O processo para o estabelecimento da democracia (década de 1980) deu-se através da imposição de um silêncio entre as elites civis e os militares, após terem a plena garantia de limitações quanto aos esclarecimentos sobre as décadas anteriores. (JELIN, 2002, p. 43-44).

A falta de responsabilização histórica, que se traduziu não apenas em uma versão oficial distorcida desse passado recente, foi preservada, de modo geral, por todos os governos democráticos que sucederam a ditadura. Esses assumiram discursos baseados em uma suposta lógica da “reconciliação”, que silenciou as demandas por justiça das vítimas em nome da governabilidade da jovem e supostamente frágil democracia, impondo na constituição do novo regime uma política de esquecimento. Com efeito, características peculiares da transição política brasileira consagraram certas cláusulas aparentemente inegociáveis e irretiráveis, que deram salvaguarda não apenas aos autores dos crimes contra a humanidade que foram amplamente cometidos, por meio de institutos como anistia e prescrição, mas que preservaram intactas boa parte das práticas autoritárias e das violências cotidianas herdadas da cultura política autoritária do passado, tanto do lado do Estado quanto do seio da própria sociedade. (QUINALHA. p.181-204.2013).

Tal acordo teve como consequência: a contenção do esclarecimento dos crimes cometidos pelos militares no poder e a construção incompleta das memórias sobre aquele período e seus acontecimentos. As transições políticas interferem diretamente na constituição da herança do regime político anterior, ao passo que esses momentos de transformação na relação Estado e sociedade espelham “atos fundacionais” nos quais entram em conflito novas e velhas leituras do passado. (JELIN, 2002, p. 43-44).

Nesta mudança, podemos compreender muito da sociedade brasileira, seus valores e referências, rompendo com essa dicotomia opressores e oprimidos que as esconde, as dissolve. Podemos refletir por que as esquerdas querem heróis e lendas; por que insistem na tese da resistência da sociedade à ditadura, aos seus princípios e práticas; por que têm negado o conhecimento da realidade. (ROLLEMBERG, 2007, p. 14)

Com a passagem institucional de um governo de exceção para um democrático ocorrem diversos fenômenos como a utilização de manobras de impunidade, tais como anistia, a graça, o indulto, a prescrição e a imunidade. Assim muitos Estados buscaram sanar seus erros com o simples esquecimento. O Estado frente a uma mudança tem o dever de cumprir certas

obrigações para com a sociedade civil, necessárias a uma transição justa e legítima que possibilite uma democracia permanente. (VALCAREGGI, 2011).

Justiça de Transição foi o nome dado ao conjunto de medidas consideradas indispensáveis para a superação do período de graves violações aos direitos humanos ocorridas no contexto de conflitos armados ou de regimes autoritários, implicando na adoção de determinadas providências a serem adotadas pelo Estado. Pode-se afirmar que a sociedade tem constitucionalmente buscado assegurar o direito de conhecer a verdade e de construir a memória. (VALCAREGGI, 2011).

ARTIGO 5º: [...]

5º

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (BRASIL, 1988).

A reparação as vítimas do Estado e seus familiares vai além da questão de um pagamento em dinheiro, ela também busca valorizar a necessidade de que o Estado reconheça que errou em suas medidas adotadas, nessa categoria de reparação as vítimas o objetivo fundamental do Governo seria redimir-se com seus cidadãos. (VALCAREGGI, 2011).

A Justiça Transicional incorporou a anistia em sua prática. Em sua origem semântica o termo “anistia” assim com “amnésia” derivam da palavra grega amnésia que significa esquecimento. A anistia provoca um esquecimento do crime, isto é, cria uma ficção jurídica como se o delito nunca houvesse sido praticado. Ela não tem por objetivo único apagar a punição, mas também acabar com o próprio crime em sua totalidade somando a isso todos os seus efeitos penais. (VALCAREGGI, 2011).

No contexto da corajosa resistência da sociedade civil ao regime militar que surgiram os Comitês Brasileiros de Anistia, que foram responsáveis por elaborar manifestações públicas, conversas, apresentações e uma série de atividades, mesmo sob o forte aparato militar. No final de 1978, ocorreu em São Paulo o I Congresso Nacional da Anistia, em que foi lançada a palavra de ordem “anistia ampla, geral e irrestrita” aos presos, cassados, exilados e demais perseguidos políticos, em 28 de agosto de 1979 foi promulgada e publicada a Lei nº6.683, que amparou a não punição de agentes torturadores e de opositores políticos. (VALCAREGGI, 2011).

ARTIGO 1º: É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo

com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º Consideram-se conexos, para efeito deste 1º artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º Exceuem-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.¹⁵

A redemocratização brasileira aconteceu de forma conciliada, sem grandes impasses em acordos entre as elites civis e militares, após terem a plena segurança do esquecimento de crimes praticados durante o Governo Militar (1964-1985). (TELES, 2010).

A Justiça de Transição¹⁶ tem a justiça, a verdade, a memória e a reformulação das instituições como eixos orientadores. No sistema de justiça brasileira há uma série de mecanismos e instrumentos judiciais e extrajudiciais para o fortalecimento da memória das vítimas e para a revelação e difusão da verdade sobre as violações de direitos humanos ocorridas no Governo Militar, existindo a possibilidade de realização de justiça no plano não-penal e o conhecimento da memória e verdade pela sociedade. Dessa forma tais mobilizações possibilitam a dignidade das vítimas por conta de sua força reconciliadora, podendo transformar a opinião pública no que diz respeito as ações do Estado, contribuindo sobremaneira com a compreensão do passado violento e para que as situações mais nefastas do período não voltem a acontecer. (SOARES, 2011).

Os mecanismos da justiça de transição visam assegurar a justiça, verdade e reparação material e imaterial, integrando um pacote de medidas institucionais destinadas a contemplar as vítimas diretas do regime militar e a sociedade como um todo em relação a interesses coletivos e difusos. (SOARES, 2011).

O Brasil inseriu a discussão acerca do tratamento que deve ser dado as violações de direitos humanos ocorridas no período ditatorial em sua agenda atual. É possível afirmar que o Estado Democrático de direito brasileiro está estruturado para cumprir as etapas da justiça de transição, tendo ela o objetivo de garantir a efetividade do direito à memória e a verdade,

¹⁵ BRASIL. *Lei nº 6.683*, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683compilada.htm>. Acesso em: 20.11.2021.

¹⁶ 3A justiça de transição é definida pela ONU como o conjunto de abordagens, mecanismos (judiciais e extrajudiciais) e estratégias adotado por cada país para enfrentar o legado de violência em massa do passado, para atribuir responsabilidades, para exigir a efetividade do direito à memória e à verdade e para fortalecer as instituições com valores democráticos (não repetição das violações de direitos humanos). UN Securite Council, *The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies*. Report Secretary-General, S/2004/616, 23 August 2004, transitional Justice, parágrafo 8, p.44ICTJ, ¿Qué es la justicia transicional? <http://www.ictj.org/es/tj/>, acesso em 21.11.2021

trazendo assim recursos e mecanismos que possibilitem o esclarecimento de violências cometidas pelo Estado, dispondo de um aparato legal que possibilite a responsabilização dos agentes públicos envolvidos nos desrespeitos aos direitos da pessoa humana, adotando ações que visem a reparação material e simbólica das vítimas e de seus familiares. (SOARES, 2011).

A análise dos valores e princípios estabelecidos pela Constituição de 1988 indica a existência de instrumentos que permitem o atendimento da finalidade precípua da justiça de transição em seus três feixes: justiça, verdade e reparação. No entanto, esse aparato constitucional convive com uma produção infraconstitucional que torna o percurso adotado em nosso processo de justiça de transição um caminho incerto e difícil, caracterizado pela heterogeneidade, com poucos avanços e muitas lacunas. (SOARES, p.01, 2011).

Uma das características mais relevantes da justiça de transição, para Soares (2011), é o de fornecer elementos para decidir como a geração presente vai se comportar em relação ao seu passado. No Brasil tais elementos não são trazidos ao conhecimento da coletividade como decorrência natural da experiência democrática, é fundamental que no ambiente da justiça de transição sejam elaboradas e implementadas políticas públicas para a proteção, promoção e criação de bens culturais com traços democráticos. (SOARES, 2011).

O termo “justiça de transição” faz referência a uma resposta concreta ao legado de violência deixado por regimes autoritários e/ou conflitos civis em escala. Seu objetivo é o (re) estabelecimento do Estado de direito, o reconhecimento das violações aos direitos humanos suas vítimas e atores, e a promoção de possibilidades de reconciliação e consolidação democrática. A justiça transicional é uma forma de justiça na qual as sociedades transformam a si mesmas depois de um período de violação generalizada dos direitos humanos [...] A utilização e combinação estratégica dos mecanismos de justiça de transição [um dos quais, as políticas de memória] estão condicionados aos contextos políticos e as características das transições políticas de cada sociedade. [...]. Trata--se de um fenômeno social, histórico e mutante. (ABRÃO; GENRO, 2013, p. 579).

Na justiça de transição brasileira o desaparecimento dos presos políticos durante o regime militar é um dos fortes legados de violência que permanecem em aberto para toda a sociedade e com o qual o governo democrático lida com bastante dificuldade. Após a mudança para a democracia restou a sociedade conviver com a herança do horror e medo decorrentes do desaparecimento de pessoas provocado pelo próprio Estado. (SOARES, 2011).

Soares dá sentido à função da justiça de transição como uma maneira de engendrar responsabilidades e assim exigir a consolidação do direito à memória e a verdade, fazendo valer o fortalecimento das instituições democráticas, dando-lhe maior importância e enfatizando a

não repetição das violações de direitos humanos. O acesso a verdade passa a ser direito, dando ao Estado a função de manter todos os instrumentos para a busca de esclarecimentos e os meios para que a verdade dos fatos seja conhecida e os acontecimentos revelados. Tal normativa considera o direito a verdade inalienável efetivando-se com o pleno conhecimento a respeito de crimes do passado. (SOARES, 2011).

O pós decretação da anistia e o fim do Governo dos Militares no final dos anos 1970 e por toda a década de 1980 foram marcados pela construção de uma memória conciliadora, junto a anistia existiu uma tentativa por parte do poder público de decretar o silêncio e acusar aqueles que não esquecem de revanchistas. Na Lei 9.140 de 5 de dezembro de 1995, conhecida como Lei dos Desaparecidos em nenhum momento de seu texto observa-se qualquer referência ou alusão a punição dos torturadores, assassinos e os responsáveis pelos desaparecimentos, muito pelo contrário fica sempre clara uma tentativa de reconciliação e participação nacional, os mesmos objetivos que já haviam sido negociados em 1979 pelos militares durante a transição. (FERRAZ, SCARPELLI, 2013).

Desde a década de 1990 é possível perceber um esforço por parte dos setores do Estado brasileiro em lidar com o legado de violência de forma mais transparente com atenção as vítimas, exemplo disso é a abertura pelo Governo Federal de vários arquivos do período encaminhados ao Arquivo Nacional, abertos a consulta pública. Das iniciativas oficiais relativas à justiça de transição merece destaque o programa de reparação financeira das vítimas, dimensão essa que mais avançou. (SOARES, QUINALHA, 2011).

Mesmo com o importante programa de reparação das vítimas no Brasil, tal ação apresenta algumas distorções causadas pela diferença de tratamento entre as indenizações despendidas aos distintos grupos, por um lado familiares dos mortos e desaparecidos e por outros “anistiados políticos” sendo que esse último recebeu uma indenização maior do que o primeiro provocando injustiças. (SOARES, QUINALHA, 2011).

A reparação simbólica das vítimas e adoção do espírito do Nunca Mais foram passos importantes nas ações do Governo Federal, no âmbito da justiça administrativa, o reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de dissidentes políticos foi efetivada com a Lei nº 140/ 95 que também criou a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos (CEMDP). Essa comissão atuou na reparação dos familiares dos desaparecidos políticos e na valorização da memória dessas vítimas, além de produzir um acervo importante sobre vítimas e sobre as atrocidades sofridas. (SOARES, QUINALHA, 2011).

A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMMDP), com sede em São Paulo, mas articulada em todo o território nacional, também foi um importante movimento que levantou elaboradas reivindicações, reestruturada de maneira independente e responsável por significativos avanços, dentre eles a Lei 9140/99. A pauta levantada pela CFMMDP são até hoje questões defendidas por movimentos sociais. (CAMPOS, FERRAZ, 2018). São as reivindicações:

- a) O esclarecimento detalhado (como, onde, porque e por quem) das mortes e dos desaparecimentos ocorridos;
- b) O reconhecimento público e inequívoco pelo Estado de sua responsabilidade em relação aos crimes cometidos;
- c) O direito de as famílias enterrarem condignamente seus entes queridos, visto caber ao Estado, e não a eles, a responsabilidade pela localização e identificação dos corpos;
- d) A inversão do ônus da prova: é dever do Estado, e não dos familiares, diligenciar as investigações cabíveis, buscando provar não ser ele o responsável direto pelos assassinatos;
- e) A abertura incondicional de todos os arquivos da repressão sob jurisdição da União;
- f) O compromisso de não nomear e de demitir de cargos públicos todos os envolvidos nos crimes da ditadura;
- g) A inclusão de todos os militantes assassinados por agentes do Estado no período entre 1964 e 1985;
- h) A indenização como direito e, principalmente efeito de todo processo de luta. (CAMPOS, FERRAZ, 2018).

Em 2009 outra ação relevante foi a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, que originou o projeto Memórias Reveladas, institucionalizado pela Casa Civil da Presidência da República e implantado no Arquivo Nacional. Ainda no âmbito federal em janeiro de 2010 foi instituído por Decreto Presidencial o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH₃) como compromisso do governo federal para a agenda dos direitos humanos nos próximos anos, o PNDH₃ contemplou o Direito à Memória e à Verdade em um dos seus eixos orientadores e trouxe a previsão de um Grupo de Trabalho para elaborar um Projeto de Lei (PL) para a criação e funcionamento de uma Comissão Nacional da Verdade no Brasil. Em maio de 2011 foi encaminhada ao Poder Legislativo o PL 7.376/11 que criava a Comissão da Verdade (CV), atribuindo a essa dentre outras funções a de “promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria ainda que ocorridos no exterior”. (SOARES, QUINALHA, 2011).

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi efetivada pela Lei nº 12.528/2011 em seu primeiro artigo fica estabelecido que a CNV tem a função de consolidar o direito a memória e a verdade histórica, sendo responsabilidade do Estado trabalhar por esses direitos, utilizando a

Comissão, e também outras ferramentas de origens judiciais e extrajudiciais. (BASTOS, SOARES, 2011).

As Comissões de Verdade são uma possibilidade de explicar o passado, segundo documento produzido pelo Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, informações sobre acontecimentos nefastos do regime militar brasileiro são um dever essencial do Estado para a consolidação da democracia, nesse sentido as comissões de verdade proporcionam a possibilidade de se ter conhecimento a respeito dos abusos dos direitos humanos e podem ser consideradas como fundamentais no processo de transição política de uma sociedade. (BASTOS, SOARES, 2011).

As comissões de verdade possibilitam a chance de trabalhar para se buscar a fundo uma verdade coletiva, incluindo as causas e a história de um país com um passado de violência e repressão. Diversos direitos e conquistas são creditados ao processo de justiça de transição, como o pagamento de indenizações às vítimas do Estado, a reparação simbólica acompanhada do pedido de desculpas, a noção de práticas para conscientizar sobre a não repetição de atitudes que ponham em risco a democracia, a compreensão de um Estado-réu que errou e precisa lutar por um futuro justo, em que haja respeito aos direitos humanos, por meio do uso de mecanismos e abordagens apropriados para lidar com as situações de violação, promovendo a manutenção da paz e consolidação de valores democráticos. (BASTOS, SOARES, 2011).

A Comissão Nacional da Verdade, foi instituída ainda no Governo da presidenta Dilma Rousseff e passou a exercer como função principal a consolidação da democracia brasileira, e uma reconciliação entre o Estado e a sociedade. Através da CNV buscava-se recuperar as memórias daqueles que resistiram e passaram por violações dos direitos humanos durante o Regime Militar. A Comissão investigava um recorte temporal de 1946 a 1988, investigando com mais detalhes o período de governo militar. (VANNUCHI, p.03, 2013).

A perspectiva de reconciliação do Estado com a sociedade brasileira requer sistematização para recuperar a verdade sobre os acontecimentos que marcaram a história recente do Brasil. Entretanto, isso não consiste em apenas trazer à tona os acontecimentos, mas direcionar ações, como: a) publicizar os processos em que o Estado violou os direitos fundamentais de cidadãos comprometidos com as lutas sociais e não garantiu liberdade de expressão nos períodos autoritários; b) dar conhecimento à população do autoritarismo e violações por parte do Estado; c) revelar atos considerados abusivos para que eles não venham a se repetir na sociedade brasileira. Entende-se que não consiste numa meia culpa, visto que os abusos e a violação dos direitos, repetidos tantas vezes, deixaram marcas profundas na memória coletiva. Nesse sentido, acredita-se que gerações que não vivenciaram o momento precisam saber da verdade para compreender qual era o papel autoritário do Estado durante a ditadura militar. (CANABARRO, p. 03,2014).

O cineasta e ex-presos político Renato Tapajós, elaborou um documentário para denunciar a violência praticada no Governo Militar. A forma que o autor denomina a produção é muito interessante, “Fim do Esquecimento”, que atualiza os clássicos depoimentos do seu já tradicional, “Em Nome da Segurança Nacional” realizado em 1984. Vannuchi (2013) faz um comparativo importante, afirmando ser atualmente o Fim do Esquecimento, do capítulo de uma novela que já estava acontecendo há mais de cinquenta anos, sem um roteiro conclusivo”, “nesse capítulo o Brasil decidirá que futuro dará as violações de seu passado ditatorial recente”. (VANNUCHI, p.339. 2013).

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), criada no governo FHC pela Lei n. 9.140, conforme já mencionado, teve funcionamento regular e maior estrutura funcional nos governos Lula e Dilma. Assumiu forte protagonismo com o lançamento, em 2007, do livro relatório Direito à memória e à verdade, que deflagrou a disputa política que resultaria em 2012 na conquista da Comissão Nacional da Verdade. (VANNUCHI, p.341.2013).

A busca pela construção de uma memória sobre governos autoritários é uma prática que depende de investimento e empenho da sociedade civil e do Estado, pois tais ações podem corroborar para que se entenda o que aconteceu e haja uma reconstrução da história. No Brasil consolidou-se uma visão de que a CNV podia ter forças para ligar novamente o Estado à sociedade civil, levantando os atos ocorridos durante o Regime Militar e denunciando as graves violações aos direitos humanos nesse período, assim como apontar a censura, o autoritarismo e a repressão severa a oposição de governo. É preciso lembrar e reforçar que durante os governos autoritários que o Brasil viveu, já estava em vigor a declaração dos direitos humanos, sendo essa declaração por muitas vezes desrespeitada nesse recorte temporal. (CANABARRO, 2015).

As Comissões da Verdade geralmente são criadas pelo Estado para investigar acontecimentos, motivações e consequências das violações aos direitos humanos que aconteceram em determinado período da história de um país. São normalmente instauradas em momentos de transição política, depois de um regime totalitário, por exemplo, consolidando instituições, poderes e valores democráticos. Desde 1974 no mundo já funcionaram cerca de mais de quarenta Comissões da Verdade. Vannuchi (2013) mostra que os objetivos delas geralmente se resumem em: (VANNUCHI, p.09, 2013).

Analisar os contextos sociais e históricos nos quais se passaram os abusos e violações, esclarecendo, na medida do possível, os fatos que muitas vezes foram encobertos ou distorcidos por mecanismos do próprio Estado. Assim, frequentemente as Comissões da Verdade enfrentam uma cultura do esquecimento com que se pretende negar o acontecido e dificultar a apuração das evidências que permitam apontar os responsáveis pelas violações de direitos humanos ocorridas no período. Reconhecer e

proteger as vítimas exigindo que o Estado valorize seus testemunhos como fundamentais para a construção da verdade histórica e repare, mesmo que parcialmente, os danos decorrentes das violências sofridas. Elaborar relatórios e recomendações, com sugestões de reformas institucionais, revisões constitucionais e processos de justiça que possam garantir o aperfeiçoamento da democracia. (VANNUCHI, p.09, 2013).

No Brasil a dedicação para o esclarecimento de crimes cometidos pelo Estado durante o Regime Militar, demorou bem mais em relação a outros países, mesmo assim foi necessária a atuação de diversos movimentos de resistência para que se começasse a investigar o assunto. O movimento “Brasil Nunca Mais”, foi um dos primeiros grupos de resistência a lutar pela busca da verdade a respeito dos fatos obscuros ocorridos por meio da procura de dados e análise de documentos que pudessem esclarecer as torturas e formas de violações” elaborado pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo, com diversas contribuições, esse relatório é composto por mais de 900 mil páginas de processos judiciais elaborados contra presos políticos e buscava impedir que após a abertura política esses arquivos fossem destruídos. Iniciado clandestinamente em 1979 o “Brasil Nunca Mais” descreve as torturas realizadas pelos órgãos de repressão, objetivando resgatar a verdade histórica e aspectos da memória do conflituoso período que estava chegando ao fim. (CANABARRO, 2015).

Desde já devo lembrar que anterior a instauração da Comissão Nacional da Verdade, o Brasil já havia feito algumas tentativas para investigar, localizar e identificar mortos e desaparecidos políticos do regime militar, conforme visto acima, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP), em 1995 e a Comissão de Anistia em 2002, com o objetivo de analisar os pedidos de anistia e reparação econômica e social das vítimas de atos violentos do Estado, investigando as violações aos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. (CANABARRO, 2015).

Somando a essas comissões que antecederam à Comissão Nacional da Verdade, vários movimentos sociais de resistência e organizações de direitos humanos espalhados por todo o Brasil contribuíram com a elaboração de mobilizações sociais, busca por memória e justiça, conscientização de forma pedagógica das atrocidades cometidas pelo Governo Militar, trabalhos de pesquisa entre outras ações. Um exemplo é a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos políticos, citada acima e o Comitê Por Memória, Verdade e Justiça em São Paulo, ampliando o debate as novas gerações. (CANABARRO, 2015).

No dia 12 de maio de 2010 um grupo nomeado pelo Governo Federal elaborou um Projeto de Lei que foi enviado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva ao Congresso Nacional.

A Lei 12528/2011 que criou a Comissão Nacional da Verdade, sendo instalada em 16 de maio de 2012.

A Comissão tinha o papel de investigar, mas não exercer julgamentos com penalidades de cunho judicial sobre os responsáveis e acusados de práticas de tortura, ela teve a missão de ouvir as vítimas, familiares, e suspeitos acusados de crimes de Estado para dar testemunhos, depoimentos e esclarecimentos sobre acontecimentos do período. (CANABARRO, 2015).

A equipe que compunha a Comissão Nacional da Verdade eram sete conselheiros, catorze assessores e diversos profissionais que colaboravam com as mais diferentes áreas do conhecimento na busca por verdade, comunicação, arquivologia, revisão textual, consultoria, peritos etc. Constituída por mais de cem pessoas representando diversas áreas do conhecimento, desempenhando funções diferentes, a Comissão foi dividida em três subcomissões e treze grupos de trabalho (GTs). (BRASIL, 2014).

As subcomissões foram: Subcomissão de pesquisa, geração e sistematização de informações; Subcomissão de relações com a sociedade civil e instituições e Subcomissão de comunicação externa. Os treze GTs se dividiam nos seguintes temas: (BRASIL, 2014).

1. Ditadura e Gênero;
2. Araguaia
3. Contextualização, Fundamentos e Razões do Golpe Civil-Militar de 1964
4. Ditadura e Sistema de Justiça
5. Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical
6. Estrutura de Repressão
7. Mortos e Desaparecidos Políticos
8. Graves Violações de Direitos Humanos no Campo ou Contra Indígenas
9. Operação Condor
10. Papel das Igrejas Durante a Ditadura
11. Perseguição a Militares
12. Violações de Direitos Humanos de Brasileiros no Exterior e de Estrangeiros no Brasil. (BRASIL, 2014).

A Comissão Nacional da Verdade ouviu 1.121 pessoas, que participaram de audiências públicas ou privadas, analisou locais, instituições práticas ligadas as violações de direitos humanos, como prisões clandestinas, uso de violência estatal como torturas, desaparecimentos e assassinatos, estudou documentos, fontes de informações contendo dados importantes sobre o período. A possibilidade de acesso a esses documentos foi a criação da Lei de Acesso à informação de 2011, que permitiu maior liberdade para que a CNV pudesse investigar documentos de instituições militares e também de outras origens do Governo, significando um grande avanço na busca por verdade no quesito das apurações dos acontecimentos no Regime

Militar, assim documentos nunca antes analisados vieram a conhecimento público. (BRASIL, 2014).

Através de seu trabalho a Comissão Nacional da Verdade entregou um relatório com mais de três mil páginas, dividido em três volumes. Por meio desse relatório o Estado reconheceu oficialmente sua responsabilidade por crimes cometidos na história do Brasil, foram 377 pessoas apontadas pela CNV como envolvidos de forma direta ou indireta em crimes cometidos, como torturas e assassinatos. A CNV ainda elaborou 29 recomendações que contribuíram para consolidar a Justiça de Transição no país e garantir a existência de instituições democráticas. (BRASIL, 2014).

São algumas delas:

- Que as Forças Armadas reconheçam sua responsabilidade institucional em graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar.
- A não aplicação da Lei de Anistia para agentes que forem juridicamente responsabilizados por crimes ocorridos no período ditatorial.
- A proibição de realização de eventos em comemoração ao golpe de 64.
- Modificação da formação e ingresso dos militares.
- Desmilitarização das polícias.
- Criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura.
- Desvinculação dos institutos médicos legais e dos órgãos de perícia criminal, das secretarias de segurança pública e da Polícia Civil.
- Garantia de atendimento médico e psicossocial às vítimas de graves violações de direitos humanos.
- Revogação da Lei de Segurança Nacional.
- Continuação das pesquisas da CNV.
- Continuação das buscas pelos mortos e desaparecidos (BRASIL, 2014).

Paralelamente a CNV, no Brasil foram sendo criadas uma verdadeira rede de cooperação para a construção da memória, verdade e Justiça, ramificadas em Comissões Estaduais, Municipais, Universitárias e setoriais que vem complementando e potencializando os trabalhos realizados pela CNV, são mais de 129 espalhadas pelo país e já realizaram importantes trabalhos e articulações. Além de somar contribuições aos trabalhos da CNV, tais comissões auxiliaram na expansão de coletas de testemunhos e investigações locais. (BRASIL, 2014).

No contexto mundial, mais de trinta Comissões da Verdade foram criadas com objetivos de construção de Memória e Verdade, tais comissões variam de acordo com o respectivo contexto de seu país. Nesse sentido pode-se afirmar que as experiências internacionais foram muito importantes para nortear a construção da Comissão Nacional da Verdade no Brasil. Documentos internacionais sobre como devem funcionar uma Comissão da Verdade, dois deles criados pela Organização das Nações Unidas (ONU), O “Princípios Joinet” (1997) e o

“Mecanismos Legais para Estados saídos de conflitos: comissões da verdade” (2006), foram referências na ideia de compreensão e funcionamento de uma Comissão da Verdade. (BRASIL, 2014).

1.3 A Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis e a Casa da Morte

Em maio de 2016 pela Lei Municipal nº 7.207 do dia 23 de julho de 2014 e regulamentada pelo Decreto Municipal nº893 de 11 de dezembro de 2015, foi instaurada a Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis (CMVP) com o objetivo de investigar os desdobramentos e os crimes de Estado cometidos na cidade durante o Regime Militar, composta por uma equipe de seis pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e mais de vinte colaboradores, a CMVP elaborou um relatório de mais de 400 páginas concluído em 2018. (CMVP, 2018).

A proposta ocorreu em um momento em que o país observava a atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada em 2012, e, no plano estadual, a Comissão da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-RIO), instalada em 2013. Além disso, o ano de 2014 foi marcado pelo aniversário dos 50 anos do golpe militar de 1964. Estes fatos contribuíram para que diversos eventos viessem a ocorrer na cidade, mas a existência da Casa da Morte, imóvel organizado e utilizado pelas Forças Armadas como o principal centro clandestino de tortura e execução daquele período, destacou-se pela relevância na história da luta contra a ditadura militar. (CMVP, p.17, 2018).

A CMVP buscou arquivos em diversos âmbitos federal, estadual e municipal e colheu muitos depoimentos de estudantes, trabalhadores, intelectuais, familiares de vítimas do Regime Militar, religiosos, totalizando 34 testemunhos, entre eles de agentes que exerceram funções durante a repressão. Composta por duas linhas de pesquisa principais envolvendo o estudo da repressão por parte dos militares e da resistência durante o Governo Militar entre 1964 e 1985 e foco no funcionamento da Casa da Morte entre 1969-1974. Analisando documentos sigilosos da polícia de Petrópolis, da Câmara Municipal da cidade, do Arquivo do Museu Imperial, da polícia política e diversos tipos de fontes levaram a CMVP a construir conhecimentos e levantar questões sobre a Casa da Morte em Petrópolis. Afirma-se aqui que a criação da CMVP se deu principalmente pela luta de movimentos sociais em Petrópolis que buscavam esclarecimentos quanto as violações aos direitos humanos na cidade e a preservação das memórias construídas na Casa da Morte, friso que são esses movimentos sociais o cerne desse trabalho e serão melhores discutidos a partir do capítulo II. (CMVP, 2018).

A “Casa da Morte”, situada na Rua Arthur Barbosa, número 120, mais especificamente no bairro Caxambu, na cidade de Petrópolis, foi utilizada para exercer a função de um centro clandestino para reprimir os opositores do Regime Militar, comandado pelo CIE (Centro de Informações do Exército) no início da década de 1970. O imóvel foi emprestado ao Regime Militar, por meio do DOI-CODI, sob tutela do Centro de Informações do Exército (CIE), pelo empresário alemão Mário Loddres, filho do empresário Ricardo Loddres, um lugar mais isolado e sem muitos moradores aos arredores, foi um espaço ideal para a prática de torturas. Para a Comissão Nacional da Verdade (2018) o lugar representou um dos principais locais de tortura do Regime Militar, sendo também denominada de a Casa dos Horrores, pois dificilmente alguém conseguia sair vivo, exceto Inês Etienne Romeu, que se livrou com vida e pode contar tudo que ocorreu durante sua prisão na Casa da Morte.

Rosa Cardoso, advogada, professora universitária e membro da Comissão Nacional da Verdade, chegou a assumir a possibilidade de uma relação entre o movimento nazista e a Casa da Morte de Petrópolis em seus trabalhos. Ricardo Loddres identificado em sua ficha no Dops (Fundo Polícia Política APERJ) como corretor de câmbio e ex-cônsul Honorário do Brasil foi o primeiro proprietário da Casa da Morte. Em 1942 teve sua casa no Caxambu depredada e assaltada pela população em uma onda de ataques contra propriedades alemãs ocorridas na cidade, por conta da II Guerra Mundial, nesse mesmo ano foi acusado pelo Governo de Getúlio Vargas por suspeita de espionagem para a Alemanha nazista, tais acusações pesaram para Loddres que foi preso em 23 de agosto daquele ano. Sua ficha no Tribunal de Segurança Nacional, localizada no Arquivo Nacional, mostra que ele foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional denunciado como incurso no artigo. 38 do Decreto 4.766, ganhando pena de dez anos e cinco meses, porém após apelação foi liberado em dezembro de 1943. A empresa de Loddres chegou a entrar na “lista negra” dos Estados Unidos por conta de operações financeiras mantidas com a Alemanha nazista. Faltam informações sobre sua vida a partir de sua absolvição, Loddres faleceu em 1965. (CMVP, 2018). Tal contexto leva a crer que o imóvel de Mário Loddres, herdado de seu pai, não foi escolhido de maneira avulsa pelo aparato repressivo militar, existia toda construção de um pensamento ideológico por trás da escolha.

Loddres, corretor de cambio, havia se mudado do Rio de Janeiro para Petrópolis recentemente e a casa atacada, localizada na Rua Montevideo, s.nº (hoje Rua Arthur Barbosa, nº 120) aconteceu no mesmo ano, 1942. Todavia, o ataque parece ter reforçado as suspeitas contra Loddres, principalmente por dois motivos: a) não houve denúncia do ocorrido por parte do mesmo ou da família para a polícia; b) a polícia, após ir ao local e permanecer ali por conta própria, encontrou materiais que levantaram a suspeita de que teriam potencial para espionagem. (CMVP, p. 289.2018).

Como é possível perceber, o relatório final da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis aponta para uma forte relação entre o imóvel conhecido como Casa da Morte e a família Lodders e sua empresa, a Vista Alegre Mediadora S/A. Ricardo Lodders, o patriarca da família, foi quem iniciou o primeiro projeto de uma casa no terreno, aprovado em 20 de janeiro de 1942, passando a residir no local, no imóvel onde hoje se situa o número 120 da Rua Arthur Barbosa, antiga Rua Montevideu. (CMVP, p.145, 2018).

Nesse mesmo terreno outros imóveis foram edificados, a área foi desmembrada e vendidos lotes, sendo um dos primeiros imóveis a ser construído na região, o que sediaría a Casa da Morte. O espaço foi concedido ao ex-comandante da Panair e ex-interventor da cidade de Petrópolis, Fernando Sérgio Ayres da Motta, que cedeu ao Centro de Informações do Exército (CIE). (CMVP, p.135.2018).

Criada com a função de servir como um centro clandestino de repressão política, a Casa da Morte foi um dos mais cruéis locais de repressão do Regime Militar, onde práticas violentas e cruéis foram constantemente utilizadas para punir os que não aceitavam ações e medidas políticas efetuadas pelo Governo. O imóvel permaneceu por anos servindo de local para a realização de torturas. (CMVP, 2018).

A forma clandestina de organização, a compartimentalização entre as equipes e a competição entre os órgãos de operação direta foram as características adotadas no sistema DOI-CODI¹⁷. Os procedimentos incluíam a orientação para tortura, assassinato e desaparecimento dos corpos dos militantes, implicando a informação e a contrainformação. A Comissão Nacional da Verdade apontou a existência de 17 centros organizados para este fim no país. A Casa da Morte se sobressaiu devido ao conhecimento construído por uma sobrevivente, Inês Etienne Romeu, e todo o processo público gerado a partir de sua resistência. (CMVP. p.123.2018)

A partir da Lei de Anistia no final dos anos 1970 e a liberdade condicional dada a Inês Etienne Romeu, teve-se a chance de ela revelar como foi sua passagem pela Casa da Morte, por meio de um depoimento concedido a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Inês contou com apoio de diversas camadas sociais como parlamentares, advogados, imprensa, amigos, familiares inclusive da própria região de Petrópolis e moveu um processo na Justiça Federal de Petrópolis contra Mário Lodders, tais mobilizações contribuíram para que em 1981, fosse denunciada pela primeira vez a presença do aparato de repressão política do Governo Militar em Petrópolis, que utilizava-se de uma prisão clandestina para a realização de torturas,

¹⁷Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna, órgão subordinado ao Exército de inteligência e repressão, funcionou durante a Ditadura Militar.

assassinatos e outros fins de interesses estatais, esse centro clandestino levou o nome de “Casa da Morte”. (CMVP, p.19.2018).

Em 1985 o vereador Paulo Pires apresentou ofício, aprovado no Plenário da Câmara, ao Ministro da Justiça Fernando Lyra, solicitando uma investigação do assunto, remetendo mais uma vez ao debate da existência de um centro de tortura em Petrópolis, organizado e administrado pelas Forças Armadas, como havia denunciado Inês. Em 2010 o tema voltou a ser motivo de debate municipal e nacional, com as declarações, em entrevistas concedidas a imprensa, do ex-tenente-coronel do Exército Paulo Malhães, falando em detalhes a existência da Casa da Morte em Petrópolis. Tais acontecimentos, assim como a instituição da Comissão Nacional da Verdade em 2011, acabaram por motivar, movimentos sociais e a própria sociedade civil de Petrópolis a discutir a pauta, dessa vez com um objetivo maior, o da desapropriação da Casa da Morte, para fins de utilidade pública, planejando-se ali a criação de um Centro de Memória, Verdade e Justiça. (CMVP. p.20.2018).

A Comissão Nacional da Verdade, instituída (Lei 12528/2011) apresentou ao país seu relatório final em 2014, no contexto dos 50 anos do golpe militar de 1964. A cidade de Petrópolis ganhou destaque por ter sediado, nas palavras da própria CNV, o principal centro clandestino de torturas e execuções do Estado brasileiro ao longo do regime militar, a “Casa da Morte”. As informações do relatório reforçaram ainda mais a campanha mobilizada por diversas entidades da sociedade civil petropolitana em busca de transformar a “Casa da Morte” em local de memória voltado para o não esquecimento dos fatos ocorridos ali, ligados diretamente ao que foi a ditadura militar no Brasil. (CMVP. p.35.2018).

Em relação à Casa da Morte e o depoimento de Inês Etienne Romeu, a Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis (CMVP) ressalta, que não é somente o seu testemunho que confirma a veracidade da existência desse centro clandestino do aparato repressivo do Governo das Forças Armadas, mas uma série de indícios que se unidos entre si mostram que realmente funcionou em Petrópolis uma ativa instituição de repressão e tortura aos opositores do governo vigente. Em primeira questão a CMVP lembra as vítimas, nesse caso Inês Etienne Romeu que como única sobrevivente da Casa da Morte denunciou os horrores vividos por ela no imóvel, reconhecendo com detalhes características peculiares da Casa. Curiosamente Inês ao visitar o local de seu cárcere se depara com Mário Ladders saindo para a rua, e imediatamente o reconhece como quem constantemente frequentava a Casa e seria o possível proprietário do imóvel. Inês também consegue identificar os agentes que trabalhavam na repressão, por meio de fotos, o que mais tarde viria a ser confirmado por pesquisadores da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis. (CMVP. p.150.2018).

Os agentes que trabalharam na repressão, em função do Estado autoritário também são uma prova inexorável da existência da Casa da Morte, como o tenente médico Almícar Lobo, o sargento-médico ligado aos serviços de inteligência, que afirma em seu livro: “ninguém saía vivo do local, sendo, inclusive, os corpos enterrados no mesmo terreno” (LOBO, 1989. p. 71).¹⁸ Os delegados do DOPS¹⁹, Marival Chaves, Cláudio Guerra, e Paulo Malhões do CIE, de codinome “Dr. Pablo”, pertencente ao Movimento AntiComunista (MAC), torturador confesso, que por meio de livros, entrevistas cedidas a imprensa e declarações as comissões da verdade, acabam deletando muitos acontecimentos durante o Regime Militar e confirmando o depoimento registrado de Inês. A declaração de vizinhos da época e contemporâneos, assim como pesquisas divulgadas por estudiosos de diversas áreas, e os relatórios das Comissões da Verdade dão maior credibilidade a existência da Casa da Morte. (CMVP. p.124.2018). Paulo Malhões em seu depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-RIO) dá um sentido para o uso e atribuições da Casa.

Quando o cara entra no quartel ele sabe que está seguro, que ninguém vai matá-lo dentro do quartel. Quando você o leva para uma casa, ‘por que me trouxeram para cá e não me levaram para o quartel? E a gente ameaçava com isto, né? ‘Você já viu que você está preso, mas não está preso no quartel. Você está preso em uma casa. Daqui você pode ir para qualquer lugar. Aqui você não está inscrito em nada. Que tal, vamos conversar? Entrar em um acordo? ’ A casa é para isso. ” (CEV-RIO, p.303. 2015)

Tem- se que afirmar, que a respeito desses agentes envolvidos no funcionamento da Casa da Morte em Petrópolis, havia um sentimento de defesa da pátria, estariam incumbidos de defender o Brasil e os brasileiros do “demônio” vermelho, o dever de uma missão para guardar seu país tomou conta de muitos militares, obviamente não se trata aqui de uma classe homogênea, era possível notar resistências a forma de governo militar, dentro das próprias corporações das Forças Armadas. (REIS, FILHO.p.17. 2014).

Os militares envolvidos com a Casa da Morte atravessaram o momento de instauração e atividades da Comissão Nacional da Verdade, em que investigações a respeito de crimes praticados durante o governo militar voltaram a ser pauta da agenda do Estado, essas pessoas passaram a ser intimadas para comparecer as audiências da CNV e esclarecer através de depoimentos fatos ainda desconhecidos ocorridos durante o Regime Militar.

Segundo o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, possivelmente a Casa teria funcionado entre 1971 a 1974, esse dado foi concluído por meio de comparações com as

¹⁸ LOBO, Amícar. *A hora do lobo, a hora do carneiro*. Petrópolis: Vozes, 1989.

¹⁹Departamento de Ordem Pública Social, funcionou durante o Estado Novo e o Regime Militar.

datas de desaparecimentos e mortes dos presos políticos que lutavam contra o regime, através de pessoas pertencentes a grupos de oposição que possivelmente passaram pelo imóvel como afirmado no depoimento de Inês Etienne Romeu e também as afirmações dos agentes que trabalharam na Casa. Nesse ponto, entre os anos de funcionamento da Casa da Morte, existe uma divergência em relação à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-RIO), pois essa afirma que o centro clandestino de Petrópolis teria funcionado entre 1971 a 1973. E a CNV traz uma outra visão a respeito da data em que a Casa da Morte esteve ativa.

Na interpretação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a Casa da Morte foi resultado de uma mudança na estratégia repressiva da ditadura. De 1964 a 1970, as torturas e execuções de opositores políticos eram encobertas por falsas versões de suicídio, atropelamento ou tiroteio e o corpo da vítima era geralmente entregue aos familiares em caixões lacrados, acompanhado de certidão de óbito atestando uma falsa versão para a morte. (CEV-RIO, p.302. 2015).

As principais funções daquele espaço seriam, torturas, mortes e a busca por informações das fortes lideranças que lutavam contra o governo. Por meio das coletas dessas informações que se obtinham dos presos políticos os militares tentavam de alguma forma enfraquecer os movimentos de esquerda que se opunham ao regime militar. (CMVP. p.129. 2018).

A Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), foi um dos principais centros clandestinos utilizados pelo regime militar para a prática de graves violações de direitos humanos: detenção ilegal e arbitrária, tortura, execução e desaparecimento forçado. As informações mais importantes a seu respeito têm origem no depoimento de sua única sobrevivente, Inês Etienne Romeu, e são complementadas e corroboradas por documentos produzidos pelo próprio Estado, bem como por testemunhos de ex-presos políticos e depoimentos de agentes da repressão (BRASIL, 2014, p. 532).

Durante o Regime Militar foi comum o uso de locais informais para prática de prisões clandestinas, torturas, assassinatos de opositores ao Governo das Forças Armadas, assim como a conversão de militantes em contribuintes e informantes do aparato repressivo, nesse interim a Casa da Morte de Petrópolis ocupou um lugar de destaque no aparato repressivo do governo. São muitos autores que discutem o lugar desses espaços clandestinos na história, sua importância, usos e atribuições, assim como sua materialidade e forma de legitimação do governo vigente.

Os Centros Clandestinos de Detenção e Tortura (CCDT 's), exerceram ao longo do Regime Militar, a função de cuidadores da ordem da pátria e manutenção do governo, tomando como referência a Doutrina de Segurança Nacional, dessa forma os que resistiam à política adotada eram duramente reprimidos e considerados inimigos da nação devendo ser combatidos

a todo custo. (ALVES, 1985. PADRÓS, 2010). Esses espaços foram um instrumento encontrado pelos militares para reprimir, torturar e colher informações de seus inimigos, pode-se dizer que os CCDT's eram lugares altamente organizados e preparados para desestruturar os movimentos de resistência a política vigente na época.

Uma ideia e sensação de medo tomaram conta da sociedade, todos eram suspeitos, qualquer um podia estar envolvido com os movimentos de subversão. Padrós afirma que a violência aplicada conseguia envolver de grande maneira a vítima que sofria as violações praticadas pelos militares. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade, denuncia várias atividades praticadas nesses locais como a identificação de opositores, seu combate e extermínio e que também havia nesses centros uma espécie de recrutamento e infiltração de pessoas nos movimentos de oposição. (CNV, 2014).

A função de um CCDT dentro da lógica repressiva era marcada pelo desenvolvimento de atividades como serviços de inteligência e de combate efetivo aos opositores por meio de sequestros, pelo uso da tortura como forma de interrogatório para obtenção de informações e, em contrapartida, promover a “quebra” dos indivíduos como forma de desestruturação física e psíquica (BNM, 1985; FICO, 2001).

Em relação à Casa da Morte, a Comissão Nacional da Verdade revela os seguintes aspectos:

Funcionou em Petrópolis, RJ entre os anos de 1971 e 1974 Estava ligada ao Centro de Operações de Defesa Interna/Destacamento de Operações de Informações – CODI-DOI – do I Exército (Rio de Janeiro) e ao Centro de Informações do Exército – CIE. Este CCDT atuava como um braço secreto dos DOI's com o objetivo de realizar sequestros, infiltrar agentes nas organizações de esquerda, realizar traslado de presos, interrogatórios sob tortura, assassinatos, ocultação de cadáveres, entre outras atribuições. Houve uma única sobrevivente Inês Etienne Romeu, que permaneceu presa e torturada. (CNV, 2014, p.17-21).

Compreender as práticas de torturas realizadas pelo Governo Militar, torna-se complexo, por conta do contexto em que elas estão inseridas. Com a Doutrina de Segurança Nacional, a ideia de combate ao comunismo e a corrupção, a preservação da moral e da família, somando a isso o forte apoio da sociedade civil acabaram por reforçar a legitimidade do Regime Militar, colaborando para prisões clandestinas e o uso abusivo da violência de Estado. Estado esse que com o anúncio da abertura política lenta, gradual e segura conseguiu manter um apagamento de atrocidades cometidas contra os que se opunham à sua forma de governo. (MENESES, 2013).

Nesse sentido, a lógica do sistema repressivo se tornou eficaz e abrangente, em especial se compreendermos os elementos de Terrorismo de Estado (TDE) como chave da DSN. Estes correspondem a diversa cadeia de mecanismos administrativos, propagandísticos, psicológicos e jurídicos, adotados pelo Estado, que serviram de alicerce às práticas clandestinas ou não. Isto diz respeito à atuação das unidades de inteligência, de informação, de controle e de repressão física explícita aos considerados opositores do regime. (PADRÓS, 2005).

Encontrar, mapear e identificar esses locais de tortura, foi possível em grande parte pelo trabalho e esforço da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que teve de lutar contra resistências amplas que visavam o silenciamento e apagamento desse período da história principalmente no que diz respeito a prática de torturas, sequestros e assassinatos durante o Governo Militar. Esses espaços anteriormente utilizados para tortura e com um passado de violência, também ganharam os mais diversos sentidos e funções no presente, sendo alguns tornados de utilidade pública e outros privados, em que se quer as pessoas envolvidas com imóvel imaginavam já terem ocorridos naquele lugar graves violações aos direitos da pessoa humana. (BARETTA. p.129.2017).

Diego Grossi e Roberto Schiffler Neto em seu artigo intitulado “A Casa da Morte de Petrópolis: A importância da (re)construção de uma memória além da “Cidade Imperial” para a consolidação democrática”, publicado em 2014, mostram que a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), é que se tem a oportunidade de um espaço de esclarecimentos, reflexões e disputas e é justamente nesse contexto que a Casa da Morte ganha destaque. (GROSSI, NETO, 2014).

Descobrir que Petrópolis abrigou um centro clandestino de tortura, causa um tremendo embate entre a construção de uma ideia da tradicional “Cidade Imperial”, construída sobre o município, resguardando uma memória aristocrática e conservadora, pautada em grandes nomes da monarquia, como a Família Imperial e a ideia de que essa mesma cidade foi palco de prisões, assassinatos e torturas na Petrópolis Republicana. (GROSSI, NETO, 2014).

A chamada Casa da Morte foi utilizada pela ditadura empresarial-militar para torturar e executar presos políticos de todo o país na década de 1970 (provavelmente entre 1971 e 1974, conforme indicam os desaparecimentos e mortes das possíveis vítimas). A história desse “aparelho” foi escrita até hoje, basicamente, por conta de relatos de pessoas envolvidas diretamente com os episódios ocorridos ali, merecendo destaque o depoimento escrito por Inês Etienne Romeu (supostamente a única vítima a sair viva daquele imóvel) em 1971 e entregue à OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) em 1979. (GROSSI, NETO, p.6 2014).

Inês Etienne Romeu no período em que esteve presa no imóvel tomou conhecimento de figuras importantes da esquerda brasileira que estiveram presas no local, como Carlos Alberto

Soares de Freitas, o Beto, que fora uma das principais lideranças da VAR Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária. Algumas características interessantes da Casa da Morte são mencionadas por Grossi e Neto (2014): Localizada no final da Rua Arthur Barbosa, sem comércio e com pouca vizinhança nas redondezas, dois imóveis eram de propriedade de Mário Ladders, sendo o principal de número 120, seu local de moradia e a outra casa de número 668 é a que foi emprestada para o CIE (Centro de Informação do Exército). Nela haviam dez cômodos (Três quartos, três banheiros, sala, copa, despensa e cozinha) e a garagem. (GROSSI, NETO, 2014).

Quanto ao número de vítimas na Casa da Morte, o Ministério Público Federal, aponta mais de vinte nomes, além de Inês Etienne Romeu, a sobrevivente que relatou as atrocidades do centro clandestino do aparato repressivo do governo militar. (GROSSI, NETO, p. 14, 2014).

A existência de um “aparelho” de tal magnitude é paradoxal diante da tradicional identidade de “Cidade Imperial”, pela qual Petrópolis é conhecida, já que, além de ressignificar um período temporalmente distante da monarquia brasileira e alvo de pouca atenção pela historiografia local, contradiz o aspecto aristocrático implícito em tal conceito, construído ao longo do tempo em detrimento de outros pontos de destaque na história do município. (GROSSI, NETO, p. 14, 2014).

O imóvel foi de grande importância para a repressão durante o governo militar, levando a Casa da Morte a possuir grande relevância e valor nacional e até mesmo internacional, para que as atrocidades ocorridas nesse local, não caiam no esquecimento. (GROSSI, NETO, p. 15, 2014).

Baretta refletindo sobre a importância da materialidade dos centros clandestinos, cita a Casa da Morte e a enquadra como um aparelho clandestino de repressão que estaria ligado ao Centro de Operações de Defesa Interna/ Destacamento de Operações de Informações – CODI-DOI – do I Exército do Rio de Janeiro e ao Centro de Informações do Exército (CIE). Nesse sentido, devido ao uso contínuo desse aparato repressivo que foi a Casa da Morte, Baretta mostra que a possibilidade de materializar memórias consiste em compreender essa materialidade como um caminho importante, capaz de fazer lembrar. (BARETTA, 2014).

[...] contudo, compreender que a memória é passível de materialização consiste em uma perspectiva analítica própria da compreensão entre as relações estabelecidas entre humanos e o meio material. Seguindo por este caminho, entendo que a relação entre as pessoas e a materialidade desencadeia e auxilia na formação das memórias, pois, muitas vezes, se é capaz de se lembrar de algo a partir de coisas que fazem uma ponte de ligação com o passado e que remete a alguma lembrança (BARETTA, 2014).

Caroline Murta Lemos em sua tese de doutorado discute que os centros de tortura utilizados no Governo Militar, principalmente na década de 1970, construíam a imagem de uma aparente legalidade de Estado, ao pé que tudo permanecia escondido e privado do conhecimento público, refletindo que os centros oficiais traziam a esperança de uma incerteza, os centros clandestinos seriam uma sentença garantida de morte. Lemos toma a Casa da Morte como um interessante exemplo para tal raciocínio, sendo Inês uma exceção que conseguiu sair viva para contar a história. (LEMOS, p-268.2019).

Lemos faz menção ao codinome “Codão” que fora utilizado para designar a Casa da Morte. A autora ressalta um grande problema encontrado durante as pesquisas, que seria a falta de dados, uma carência de informações, mesmo com os amplos trabalhos de pesquisa da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis. (LEMOS, p.70.2019).

A Casa da Morte seria um “centro de conveniência “para transformar presos políticos em infiltrados, além de seu uso para torturas e assassinatos. Em seu trabalho Lemos levanta questões como: De que forma a materialidade dessa casa e o seu espaço foram utilizados enquanto uma tecnologia de poder e repressão para disciplinar os corpos dos detentos? Como era o estar-no-mundo na Casa da Morte? (LEMOS, p.275.2019).

A localização da Casa da Morte acabava por ser estratégica, por conta de estar próxima a estradas que conectavam Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e contava com apoio de integralistas, nazistas e anticomunistas, movimentos esses presentes há décadas na cidade de Petrópolis, tornando o ambiente favorável para a instalação da Casa da Morte, levando Lemos a afirmar que a escolha de montar um centro clandestino de tortura na cidade não fora aleatória e sim estratégica por parte do Governo Militar. (LEMOS. p. 277.2019).

Lemos teve a oportunidade de conversar diretamente com o proprietário e fazer um tour pela Casa da Morte, guiado exclusivamente pelo próprio Renato Firmento Noronha, que negou o tempo todo a existência de um centro clandestino de tortura naquele imóvel. A autora afirma que o tombamento por si só não é suficiente, por conta de ter sido esse um dos principais Centros Clandestinos de Tortura da ditadura militar no Brasil, sendo de grande importância ela ser desapropriada para se tornar um memorial. (LEMOS. p.277.2019).

Muito bem construída, sólida, com uma bela lareira de pedra, com fino acabamento, janelas de peroba e madeira de boa qualidade, além de redondezas muito bem arborizadas, o imóvel seria o local ideal, uma moradia dos sonhos. Uma casa totalmente desejada, que se tornou ainda maior, após as reformas realizadas por Renato, ao adquirir o imóvel, aumentando de tamanho, acrescentando uma área de lazer, com piscina, churrasqueira e um agradável jardim,

cômodos amplos, confortáveis, bem iluminados e ventilados, dando visão as belas árvores que compõe a serra fluminense, motivos esses que talvez, na concepção de Lemos causem resistência por parte do atual proprietário no tombamento e desapropriação. Nesse sentido a memória que ronda a casa torna-se material e sensorial, sendo a materialidade da Casa da Morte importantíssima para a História. Assim Lemos questiona em seu trabalho qual teria sido realmente o papel que a materialidade da Casa da Morte desempenhou na repressão? Compartilhando dessa ideia e levando em conta o contexto em que a Casa da Morte estava inserida no governo dos militares, é possível compreender dentro das características do imóvel seu uso, funcionamento e atribuições nas práticas de torturas, prisões e assassinatos. (LEMOS. p.80.2019).

Um interessante esboço é feito por Lemos, mostrando a espacialidade da Casa da Morte, com uma configuração de espaço não distributiva, dividindo-se em grandes quatro áreas: a área da empregada, área da garagem, área da cozinha e área de uso privado e social da casa, o que leva Lemos a defender que essa casa foi construída para ser uma residência e não um Centro Clandestino de Tortura, porém o aparato militar conseguiu usar e aproveitar muito bem o espaço que a casa possuía para torturar os presos políticos.

Ou seja, a manutenção da aparência de normalidade dependia do isolamento dos presos na casa, o que mostra que a materialidade dessa residência foi fundamental para que os agentes controlassem e disciplinassem os corpos dos detentos ao mesmo tempo em que conseguiam esconder o máximo possível as práticas ali exercidas. (LEMOS, p.295.2019).

A fuga de Inês Etienne Romeu se deu ao passo em que ela fingiu que seria uma infiltrada na organização ao qual fazia parte, durante sua prisão na casa permaneceu atenta as informações visuais e auditivas, que ela tinha acesso, memorizando até mesmo o número de telefone do imóvel, o que possibilitou tempos depois a localização e reconhecimento do imóvel. Mesmo estando debilitada nos quesitos físicos/emocionais/psicológicos, Inês pode ser símbolo de uma resistência na Casa da Morte. (LEMOS. p.298.2019).

Pelo viés da Arqueologia Sensorial e da Arqueologia da Arquitetura Lemos (2019) discute a materialidade da Casa da Morte e a implementação de práticas de repressão nesse espaço. Sendo a materialidade desse local planejada para atuar sobre os prisioneiros, tendo um papel central tanto no emprego de repressão, quanto de resistência. A autora assegura a importância das estruturas materiais dos Centros Clandestinos de Tortura, sendo fundamental para compreender o funcionamento deles, revelando a importância da preservação desses

espaços arquitetônicos e do desenvolvimento da Arqueologia da Repressão e da Resistência. (LEMOS. p.350.2019).

Daniel Gomes e Tiago Cicilio em seu trabalho apresentado nos Anais da XIII Semana Acadêmica do Centro de Teologia e Humanidades da Universidade Católica de Petrópolis, discorrem a respeito dos esclarecimentos da Comissão da Verdade sobre a Casa da Morte, proporcionando e efetivando um direito à verdade, sendo o imóvel palco de memórias da Ditadura Militar no Brasil, que teve como consequência a reivindicação de políticas para a rememoração do que aconteceu na Casa com intuito de preservação da memória e fins de justiça social. (CICILIO, GOMES. p.3. 2019).

Assim, a procura pela verdade e a construção da memória coletiva das violações aos direitos humanos durante a Ditadura Militar, são essenciais na preservação do espaço público comum, o que justifica o trabalho realizado pela Comissão da Verdade. Pode-se afirmar que a relação entre direito, verdade e memória se transforma em um poderoso aliado para a garantia do direito de ter direitos, sendo o esquecimento absoluto e a não busca pela reparação das ofensas aos direitos humanos e o anonimato da Casa da Morte, inviáveis para a consolidação da democracia no Brasil. (CICILIO, GOMES. p.3. 2019).

Não é tarefa fácil encontrar trabalhos bibliográficos acerca da Casa da Morte, esses foram alguns que encontrei e decidi trazer para a discussão. As pesquisas que envolvem a Casa da Morte estão em sua maioria ligadas a Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, havendo ainda uma certa carência de obras acadêmicas que discorram da Casa da Morte. O enfoque que considerarei adequado de acordo com minha pesquisa é o dos movimentos sociais que lutam pelo tombamento e desapropriação da Casa da Morte a partir do ano de 2010, que serão melhores explicitados a partir do segundo capítulo.



Figura 1 Acervo Pessoal. Fachada da Casa da Morte.

1.4 Voltando a Inês Etienne Romeu, uma Figura Central no Contexto da Casa da Morte

“Foi a Inês Etienne Romeu que derrubou a casa de Petrópolis. (...). Entendeu? Derrubou a casa porque ela reconheceu a casa.” (Depoimento de Malhões à Comissão Nacional da Verdade, 2014, conforme citado por LEMOS, SOARES, 2020 p.01)

“Eu não digo que resisti. Eles me quebraram. Durante esses oito anos, eu me senti num processo de colar os pedaços, os meus pedaços. Quer dizer, é claro que a gente nunca vai ser o mesmo vaso (...)” Inês Etienne Romeu, 1979, (conforme citado por LEMOS, SOARES, 2020 p.01)

A libertação de Inês Etienne Romeu em 1979 possibilitou que ela contasse a história de seu cárcere privado em Petrópolis, através de um depoimento prestado a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Inês foi a principal figura na descoberta da Casa da Morte em Petrópolis, nela ficou presa de maneira clandestina e sofreu torturas, estupros e abusos, ferindo de maneira drástica os Direitos Humanos. Com seu depoimento prestado à OAB, a militante conseguiu impactar os mais diversos setores da sociedade civil brasileira

Nascida em 18 de dezembro de 1942 na cidade de Pouso Alegre (MG), desde muito jovem, Inês já participava ativamente do movimento estudantil, demonstrando grande apreço pela causa coletiva, inclusive foi a primeira mulher de Minas Gerais a votar. Dedicou grande

parte de sua juventude a lutas políticas, ingressando em 1961 no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Inês também participou do Comando Nacional da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), movimento esse que buscava resistir ao Regime Militar. Entre outras ações ela também se envolveu no sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher em 1971. Dessa forma Inês mostra-se uma ativa combatente contra o regime militar e a situação política, social e cultural vividas na época (LEITE, 2019).

Após intensas lutas políticas, e o fim do cativeiro do embaixador, o enfraquecimento dos grupos armados e constantes divergências na organização, Inês optou por sair da luta armada e mudar-se para o Chile, seus planos foram rapidamente frustrados antes mesmo de sua saída da VPR, em 05 de maio de 1971 Inês foi presa pela equipe do delegado Sérgio Fleury em São Paulo. Sendo a partir de sua prisão o ponto principal de discussão desse tópico. Em seu depoimento a OAB, Inês descreve o início de sua detenção. (LEITE, 2019).

[...] eu fui levada à sala de torturas, onde me colocaram no “pau de arara” e me espancaram barbaramente. Foram-me aplicados choques elétricos na cabeça, pés e mãos. Queria conhecer meu endereço na Guanabara, mas consegui, apesar de tudo, ocultá-lo, para proteger uma pessoa que lá se encontrava. Para evitar a continuação da tortura, mencionei ter um encontro no dia seguinte, no Rio de Janeiro, às doze horas, em Cascadura. Era a minha intenção suicidar-me tão logo chegasse ao local, pois a perspectiva de continuação de tortura me aterrorizava. À tarde deste mesmo dia fui levada para o Rio de Janeiro, de automóvel. Chegamos por volta de vinte e uma horas, parando, inicialmente, em frente ao Ministério da Guerra, na Av. Presidente Vargas, quando, do carro, desceu um indivíduo que se dirigiu ao interior do Ministério, pela entrada destinada aos carros e lá regressou em companhia de outro, à paisana, que se incorporou ao grupo. [...] No dia seguinte, seis de maio, ao me aprontar para o “encontro”, fizeram-me calçar meias para ocultar as marcas de espancamento, bem visíveis, em minhas pernas. Às doze horas fui ao local e atirei-me sob as rodas de um ônibus (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 1980, p.2).

Em 05 de maio de 1971 inicia o tormento de Inês Etienne Romeu. Na capital paulista passou pelo DEOPS – SP²⁰ onde recebeu choques elétricos na cabeça e espancamento no pau-de-arara, dali foi transferida para o Rio de Janeiro e posteriormente levada vendada para uma casa na região serrana do estado, sem prisão formalizada e sem que seus entes queridos tivessem conhecimento de seu paradeiro. (LEMOS, SOARES, 2020).

Inês passou noventa e seis dias presa na Casa da Morte, deixando a casa pesando apenas vinte quilos, teve sua prisão oficializada em 07 de novembro de 1971. No dia 24 de agosto de 1972 foi julgada pelo Conselho Especial de Justiça e condenada à prisão perpétua com base no artigo 28 da Lei de Segurança Nacional. (LEITE, 2019).

²⁰ Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo.

Fato interessante de mencionar é que em 1975 ocorreu a cerimônia matrimonial de Inês com Jarbas Marques, ex-militante do PCB e também preso político, eles já mantinham contato desde a época em que ela era dona de um bar em Belo Horizonte o Butcheco, em 1963. O casamento foi realizado com o objetivo de proteger Inês e apontar as prisões políticas que vinham ocorrendo no país. Os militares buscaram o noivo no presídio masculino Esmeraldino Bandeira em Bangu (RJ) e em seguida pegaram a noiva na prisão feminina Talavera Bruce no mesmo bairro. O casamento foi acompanhado por um corredor com cerca de vinte policiais, que com metralhadoras faziam a galeria que dava passagem até a sala de matrimônio, foi uma cerimônia muito rápida, em seguida os casados voltaram para o camburão e continuaram suas vidas na prisão. (LEITE, 2019).

Inês Etienne Romeu foi a última presa política liberada no Brasil desde sua libertação da prisão começou a fazer graves denúncias sobre seu cárcere e tortura em Petrópolis. Em 1979 ela apresentou ao Conselho Federal da OAB uma série de documentos com relatos do período em que passou na Casa da Morte, conforme já mencionado. (CMVP, p-64, 2014).

Durante o tempo em que ficou em cárcere privado, sofrendo sevícias Inês conseguiu escutar os últimos dígitos do telefone da Casa em que esteve presa (4090) e constantemente o nome de Mário que fazia visitas ao local com certa frequência. Ela utilizou esses dados oito anos depois para encontrar a Casa da Morte. (CMVP, p.142, 2014).

Após sair da prisão Inês reuniu um grupo de amigos, familiares, parlamentares, advogados, familiares de desaparecidos políticos e jornalistas que acabaram participando do contexto de todo o processo sofrido por Inês na prisão, com o auxílio de amigos descobriu por meio de uma lista telefônica que o número memorizado estava justamente no nome de uma pessoa chamada Mário Ladders, localizada na Rua Arthur Barbosa, bairro Caxambu em Petrópolis. Eram duas casas que ocupavam o mesmo terreno, como já foi dito, sendo um dos imóveis que Inês prontamente reconheceu, o local em que ela e outros presos sofreram torturas. (CMVP, p.142, 2014).

Inês foi liberta após fingir para os militares que atuaria como uma espiã na organização em que fazia parte, buscando informações e entregando os companheiros de luta, assim ela conseguiu uma liberdade vigiada, partindo para Belo Horizonte onde morava sua família. (CMVP, p.147, 2018).

No dia 23 de junho de 2012 Inês sofreu um estranho acidente em sua casa, o que teve como consequência um traumatismo crânio-encefálico, mesmo assim ela conseguiu continuar contribuindo com as investigações até o dia de sua morte em 27 de abril de 2015.²¹

As memórias de Inês Etienne Romeu foram fundamentais na descoberta da localização e do proprietário do imóvel. Em seu depoimento cedido a OAB, Inês indica com precisão dados que levariam ao endereço da Casa da Morte.

[...] jogaram-me numa caminhonete C-14 que estava estacionada no pátio do hospital. Deitada e com os olhos vendados, fui conduzida para uma casa que, com o decorrer do tempo, descobri situar-se em Petrópolis, e cujo telefone é quatro mil e noventa (creio ser uma extensão do telefone do vizinho, ao que parece o locador da casa; diariamente, este indivíduo a quem os agentes chamavam de Mário, visitava o local e mantinha relações cordiais com os seus moradores. Mário é estrangeiro – possivelmente um alemão – e vive em companhia de uma irmã. Possui um cão dinamarquês, cujo nome é Kill; embora não participe pessoalmente das atividades e das atrocidades naquele local, tem delas pleno conhecimento. Seu nome é Mário Ladders. Telefones e endereços atuais: 423254 e 426119 – Rua Arthur Barbosa 120 e 668-A– Petrópolis – RJ (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 1980 p.3).



Figura 2 Inês Etienne Romeu. Arquivo Pessoal

Sobre o período que passou na Casa, Inês mostra graves violações aos Direitos Humanos e uma memória traumática de um tempo complexo:

Dr. Roberto, um dos mais brutais torturadores, arrastou-me pelo chão, segurando-me pelos cabelos. Depois, tentou estrangular-me e só me largou quando perdi os sentidos. Esbofetearam-me e deram-me pancadas na cabeça. Colocavam-me completamente nua, de madrugada, no cimento molhado, quando a temperatura estava baixíssima.

²¹ <https://oglobo.globo.com/politica/vitima-de-misterioso-acidente-ex-guerrilheira-ines-etienne-romeu-tenta-recuperar-fala-o-pensamento-2772977>. Acesso em 14.07.2021 às 20:12

Petrópolis é intensamente fria na época em que lá estive (oito de maio a onze de agosto). Fui várias vezes espancada e levava choques elétricos na cabeça, nos pés, nas mãos e nos seios. Nesta época Dr. Roberto me disse que eles não queriam mais informação alguma; estavam praticando o mais puro sadismo, pois eu já fora condenada à morte e que ele, Dr. Roberto, decidira que ela seria a mais lenta e cruel possível, tal o ódio que sentia pelos “terroristas”. Fui então obrigada a escrever três documentos: uma análise sobre as esquerdas, os motivos de minha saída da organização e uma crítica sobre os órgãos de repressão do governo. Evidentemente as condições em que foram escritos estes documentos não refletem verdadeiramente o que penso sobre os assuntos neles abordados.

O meu estado psicológico era o pior possível. Por outro lado, eu sentia que estava me tornando uma “batata quente” nas mãos dos meus carcereiros. Camarão me disse que o meu nome já estava no Superior Tribunal Militar e que meu “sequestro” já era conhecido de todos. Esta informação contradizia a de seus superiores hierárquicos, que afirmavam que ninguém tinha conhecimento da minha prisão e que minha família não se preocupava com meu sumiço. Pedi-lhes que me entregassem à Justiça Militar, que eu responderia pelos meus atos. Negaram-me com o argumento de que eu sabia demais e em tom de desprezo disseram que o Superior Tribunal Militar é brando no julgamento de casos como o meu. Alguns dias após submetida a verdadeiro horror, apareceu o Dr. Teixeira, oferecendo-me uma saída “humana”: o suicídio. Disse-me que eu tinha sido condenada à morte, mas ao invés de uma morte lenta nas mãos do Dr. Roberto, eu poderia dar cabo de minha vida. Aceitei e pedi um revólver, pois já não suportava mais. Entretanto, Dr. Teixeira queria que o meu suicídio fosse público. Propôs-me então que eu me atirasse debaixo de um ônibus como já fizera. Concordei e no dia seguinte (sete de julho) fui levada para o local. No momento em que eu deveria me atirar sob as rodas de um ônibus, agachei-me e segurei as pernas de um deles, chorando e gritando. Minha atitude começou a despertar a atenção de populares e imediatamente fui reconduzida para a casa. Por não ter me matado, fui violentamente castigada: uma semana de choques elétricos, banhos gelados de madrugada, “telefones”, palmatórias. Espancaram-me no rosto, até ficar desfigurada [...].

Em dezenove ou vinte de julho terminou essa fase de torturas. Dr. Pepe comunicou-me que haviam chegado a uma decisão a meu respeito: eu deveria tornar-me agente da repressão e infiltrar-me em minha organização. Fingi aceitar, pois eu precisava quebrar a minha incomunicabilidade. Estava literalmente reduzida a um verme. O tratamento que me foi dispensado foi o mais cruel e o mais desumano (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 1980, p. 6, 7 e 8).

Tive a oportunidade de entrevistar uma sobrinha de Inês Etienne Romeu, que descreve momentos importantes da trajetória da militante, momentos de reuniões em família e como o cárcere privado de Inês impactou toda a família Etienne Romeu.

É muito difícil para mim. Sabe? Toda a depressão do meu pai. Eu me sinto muito feliz em ser entrevistada, pela honra da Inês, pela honra do meu pai. Eu me lembro de quando Inês reuniu a família, assim que saiu de Bangu, para contar tudo que passou na prisão, ela contou tudo o que aconteceu na Casa da Morte. Isso tudo foi muito pesado, me marcou e marcou a família inteira, foi traumatizante para todo mundo. Houve a Comissão da Verdade que foi um momento muito doloroso, porque começaram a procurar a gente para falar da Inês e eu assisti a tudo, foi muito duro para mim, ver a Inês naquele estado, depois do atentado de 2006. Infelizmente logo depois da Comissão da Verdade ela morreu e isso tudo foi muito ruim. [sic]²²

²²Trecho de entrevista cedida a mim por Marilene Gonçalves. Em 29 de janeiro de 2021. Rio de Janeiro.

Cabe refletir que os relatos de Inês Etienne Romeu, sua luta por memória, verdade e justiça, a dor traçada durante seu caminho de guerrilheira, presa política e lutadora assídua na denúncia de grandes violações dos direitos humanos ocorridas durante o regime militar, somando a isso a persistência de sua família e amigos, em busca de uma reparação do poder público foram fatores preponderantes para motivar movimentos sociais a reivindicar a transformação da Casa da Morte em Petrópolis em Lugar de Memória como será discutido a partir do próximo capítulo.

CAPÍTULO II

UMA LUTA POR MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA. OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM TORNO DA CASA DA MORTE

2.1 DISCUTINDO MOVIMENTOS SOCIAIS

Cabe nessa seção buscar compreender o conceito de movimentos sociais em uma perspectiva sociológica, pois conforme já citado, o ponto principal de análise são os grupos que lutam por memórias em relação à Casa da Morte.

Os grupos revelam múltiplas maneiras de organização, diferentes motivações e demandas, assim sua composição pode se estruturar a partir de processos de identificação com discursos de classe, gênero, etnia, raça, religião etc. O campo teórico sobre os movimentos sociais se dá como um campo aberto a imaginação sociológica, trazendo significado de ações coletivas. (MUTZENBERG, 2011).

A trajetória dos movimentos sociais é reconstruída por Mutzenberg (2011) em três grandes períodos. Os anos 1970 e 1980 são entendidos pelo autor como a presença dos movimentos sociais, em que os olhares se voltaram para eles, fortemente caracterizado por

movimentos populares e de trabalhadores, sendo possível perceber a emergência de “novos movimentos” (de gênero, étnicos, ambientalistas entre outros). (MUTZENBERG, 2011).

Conforme análise de Ruth Cardoso (1996), dois momentos caracterizaram esse período: o da emergência heroica dos movimentos, nos 1970, e o momento da institucionalização dos movimentos nos anos 1980. No contexto autoritário e de luta pela redemocratização, a tônica dos estudos estava na afirmação do caráter espontâneo e autônomo dos movimentos sociais. Nesse momento, eles foram interpretados como protagonistas de uma ruptura com o sistema político tradicional, autoritário e clientelista (CARDOSO, 1996, p. 82). (MUTZENBERG, 2011).

O período entre 1970 e 1980, de acordo com Mutzenberg (2011) foi marcado pela reorganização dos movimentos sociais tradicionais e novos, com uma revitalização do sindicalismo rural e urbano. Novas características expressas, são apontadas pelo autor no que convencionou-se chamar sindicalismo, formação de organismos de apoio a organizações, as ONGS e as diversas mobilizações de distintas instituições da sociedade brasileira. (MUTZENBERG, 2011).

Na década de 1990, os movimentos sociais tomam novos rumos, passando de um nível reivindicatório de oposição ao Estado para implementação de conquistas, que no caso do Brasil se formalizou na Constituição Federal de 1988, por meio da possibilidade de inserção nas diferentes modalidades de conselhos participativos criados a partir da nova ordem constitucional, tal fato levou os movimentos sociais a uma nova posição. Nesse sentido passou-se a ter a exigência de que os movimentos sociais superassem um nível meramente reivindicativo para um nível operacional propositivo, solicitando novas habilidades para o desempenho de atividades de planejamento, implementação e fiscalização de políticas públicas. (MUTZENBERG, 2011).

Uma classificação aproximativa dessa presença pode ser sintetizada como: a) movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais (gênero, geração, portadores de necessidades especiais, imigrantes, territoriais, étnico-raciais, religiosos etc.); b) movimentos de lutas por melhorias nas condições de vida e trabalho, tanto rurais como urbanos (terra, trabalho, equipamentos coletivos, habitação etc.); e c) movimentos globais ou globalizantes. (Fórum Social Mundial, Via Campesina, Jornada Ação Global dos Povos etc.). (MUTZENBERG, 2011).

Mutzenberg mostra que existe uma conformidade entre a heterogeneidade da sociedade civil e a heterogeneidade dos movimentos sociais, que caracteriza um campo plural e dinâmico em que as identidades se redefinem nos processos de articulação. Nesse sentido uma pauta

interessante no campo temático dos movimentos sociais no Brasil é a sua relação com o Estado, diante da tradição do Estado forte na formação da sociedade brasileira e frente a experiência recente com o Regime Militar, houve a necessidade de afirmar a sociedade civil em contraposição ao Estado. (MUTZENBERG, 2011).

Para os movimentos sociais, essa relação com o Poder Público tornou-se ainda mais intrincada e ambígua na medida em que lideranças, oriundas de seus quadros, ou no mínimo comprometidas com as suas demandas, tornaram-se governo em seus diferentes níveis (municipal, estadual e federal). Esse fato levou tanto a um afastamento quanto a uma inserção dos movimentos no âmbito dos governos, ou ainda gerando uma dupla atuação, isto é, manifestações de apoio às administrações públicas e a resistência e mobilização, no sentido de acelerar o cumprimento de demandas postergadas (POLETTTO, 2009).

De acordo com Mutzenberg (2011) a apropriação da noção de cidadania pelos movimentos sociais teria sido um instrumento fundamental, os levando a um protagonismo de uma nova cultura política. É importante ressaltar que o crescente recurso de “bloqueio de rua” com o objetivo de dar visibilidade a demandas locais, tem chamado muito atenção nos últimos anos, o autor conclui que a multiplicidade de manifestações coletivas e a diversidade de suas características impossibilita uma definição geral do conceito de movimentos sociais, sendo necessário considerar que os atores sociais têm um papel ativo na construção do significado de movimento social. (MUTZENBERG, 2011).

Everton Picolotto defende que a noção de movimento social não é consensual nas ciências sociais, sendo dividida em uma interpretação clássica e as mais recentes. O autor aponta Karl Marx como o que ficou conhecido como um grande ideólogo dos movimentos revolucionários no século XIX, tendo reconhecimento por parte dos intelectuais através de sua visão clássica do conceito de movimento social. (PICOLOTTO, 2007).

De acordo com Picolotto (2007) Marx foi muito importante e atribuiu relevantes noções a categoria de pensamento do conceito de movimentos sociais, trazendo contribuições que orientaram inclusive a prática desses movimentos. Nesse sentido Marx trouxe a ideia de uma ligação entre a teoria e a própria ação dos movimentos sociais, abordando o fazer prático, que nada mais seria que a ação dos movimentos sociais e a teoria que discute a concepção de movimento, dessa forma ele consegue compreender movimentos sociais dentro do conjunto de transformações sociais. (PICOLOTTO, 2007). “Assim sendo, o marxismo aplicado ao estudo dos movimentos sociais foi entendido não apenas como uma teoria explicativa, mas como uma

teoria que fundamenta a movimentos e a própria ação destes movimentos. ” (PICOLOTTO,p.158.2007).

A visão marxista, no entendimento de Picolotto (2007), procura nos movimentos “a necessidade de organização da comunidade de interesse de classe; a exigência de uma vanguarda para o movimento; o desenvolvimento de uma consciência de classe e de uma ideologia autônoma, uma proposta e um programa de transformação social”. Sendo esses os principais eixos que compõe os movimentos sociais. (PICOLOTTO, 2007).

Com a crise da abordagem marxista surgiram novas maneiras de compreender o conceito de movimento social, assim a concepção de “Novos Movimentos Sociais”, nasce de uma grave crítica ao marxismo ortodoxo a respeito de seu conjunto teórico, que privilegiava a análise das estruturas sociais, em especial a econômica considerada determinante da ação humana. O paradigma dos “Novos Movimentos Sociais”, com ênfase em analisar os movimentos sociais que surgiram a partir de 1960, principalmente na Europa, considera a visão marxista limitante, por não levar em conta a expressão da subjetividade dos indivíduos, os conceituando apenas por determinações materiais, subestimando as contribuições culturais e a ação criativa dos sujeitos na formação dos movimentos sociais. (PICOLOTTO, 2007).

Alain Touraine define movimento social como “a ação conflitante de agentes de classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica. ” (1977:336). Assim os movimentos sociais se definem pelo “confronto de interesses opostos para controlar forças de desenvolvimento e do campo da experiência histórica de uma sociedade”. (1977:344). Nesse sentido, o autor defende que os movimentos sociais devem ter a função de mediadores entre indivíduo e Estado, os movimentos sociais têm o papel de colaborar com a criação de indivíduos livres e autônomos por um lado e construírem as mediações necessárias entre Estado e os indivíduos por outro. (PICOLOTTO, 2007).

Touraine (1977) propõe que o conceito de movimento social implica a combinação de três princípios, a saber: um (que é a definição do ator por ele mesmo); um princípio de identidade (o ator identifica um adversário); e um (que é a princípio de oposição princípio de totalidade participação no sistema de ação histórica). Dessa forma, o que caracteriza a existência de um movimento social são os três elementos derivados destes princípios: o ator, e seu adversário o que está em jogo no conflito. (PICOLOTTO,p.161.2007).

Picolotto (2007) em seu trabalho traz a discussão a concepção de Castells sobre movimentos sociais, que seriam “ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso transforma os valores e instituições da sociedade”

(2002: 20). Alberto Melucci entende os movimentos sociais como “sistema de ação que operam num campo sistêmico de possibilidade e limites” (1989:52). (PICOLOTTO, 2007).

A definição de movimento social só é útil se permite pôr em evidência a existência dum tipo muito particular de ação coletiva, aquele tipo pelo qual uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de legitimidade. (2003:113).

Os movimentos sociais seriam uma ação coletiva, em que por meio de suas atividades conseguem muitas vezes grandes e importantes transformações sociais, as ações tomadas por esses movimentos sociais geralmente trazem a debate problemas presentes em determinada sociedade, denunciando situações sociais vivenciadas, contribuindo para a elaboração de novos temas para a pauta da agenda do Estado e também da sociedade civil. Os movimentos sociais muitas vezes não possuem recursos suficientes para suas demandas, mas tem em sua essência a organização de mobilizações e uso constante da fala, suas lutas variam de acordo com a motivação de seus interesses que podem se diferenciar entre os diversos atores sociais envolvidos no processo buscando um sentido geral para sua sociedade, sua formação enquanto movimento social ocorre na dinâmica de rompimento que pode estar condicionada a questões identitárias, religiosas, territoriais, étnicas e que corroboram para a estruturação de comunidades de resistência. (PICOLOTTO, 2007).

Cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto na constituição dos movimentos na sociedade: a “identidade legitimadora dá origem a uma, ou seja, um conjunto de organizações e instituições da sociedade civil” reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural; a “identidade resistência, leva à formação de comunidades, [...] dá origem a formas destinadas à comunas, ou de resistências coletivas diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável” a produz os quais, conforme definidos por Touraine, não são identidades de projeto sujeitos, meramente indivíduos, são “o ator social coletivo pelo qual os indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência”(PICOLOTTO.p.167 2007).

Os movimentos sociais são ações de caráter sócio-político e cultural, que revelam formas distintas dos indivíduos e grupos de se organizar e expressar suas demandas, nesse sentido eles estabelecem processos sociais que criam identidades, transformando-se em fontes de criatividade e inovações socioculturais. Indivíduos que antes estavam dispersos e desorganizados ao se integrarem a grupos para manifestar suas causas, começam a experimentar a ideia de um sentimento de pertencimento social. (ALMEIDA, CORRÊA, 2012).

Até o início do século XX o conceito de movimentos sociais aceitável era o de simplesmente uma organização ou luta de causas operárias movidas por sindicatos, ao longo do século, diversas teorias foram desenvolvidas. Passou-se a discutir os movimentos sociais em perspectivas de evolução em que suas origens se davam por meio de divulgações e expansões diversas, propagando os ideais e lutas daquele respectivo grupo, difundindo suas ideias. (ALMEIDA, CORRÊA, 2012).

É essencial a partir desse ponto do trabalho compreender movimentos sociais, embora não exista uma ideia consensual, conforme visto acima, dentro da expressão de Mutzenberg (2011) que busca discutir os movimentos sociais em uma perspectiva identitária que lutam por direitos sociais, políticos e culturais criando forte relação com o Estado estando inclusive em constante contraposição a ele. Nesse contexto o autor defende que a incorporação da noção de cidadania, torna-se uma ferramenta fundamental, sendo os movimentos sociais agentes centrais nas transformações sociais e novas agendas do Estado. Nesse sentido os movimentos sociais que lutam pela desapropriação, tombamento e transformação da Casa da Morte em Centro de Memória, Verdade e Justiça podem ser, desde já, caracterizados como agentes que de alguma forma veem na Casa da Morte, nos depoimentos de Inês Etienne Romeu, nas pessoas que resistiram ao Regime Militar e foram torturadas, assassinadas e vítimas de constantes violações dos direitos humanos uma espécie de identificação, uma forma de se fazer justiça, um apelo por verdade, por memórias e colocam o Estado como órgão que tem a obrigação de fazer valer tais reivindicações, entrando em constantes conflitos com órgãos públicos para que seus direitos sejam exercidos e sua cidadania efetivada. Tais desdobramentos serão melhores esboçados a partir do próximo tópico.

2.2 Por Memória, Verdade e Justiça. A Luta dos Movimentos Sociais e seus Desdobramentos em Torno da Casa da Morte de Petrópolis

Até esse ponto optou-se por utilizar o termo Regime Militar, haja vista, a complexidade e falta de consenso nas discussões historiográficas, porém a partir daqui, por conta das falas das pessoas entrevistadas por mim, tem-se que deixar claro o uso do termo mais convencional e mais citado por eles em entrevistas, notícias, depoimentos entre outros que foi Ditadura Militar.²³

²³ Ver “Ditadura “civil-militar”?: Controvérsias Historiográficas Sobre o Processo Político Brasileiro No Pós-1964 e os Desafios do Tempo Presente” de Demian Bezerra de Melo, 2012.

Na historiografia atual convencionou-se usar o termo “ditadura-civil militar” ou “golpe civil-militar”, como uma suposta forma mais precisa para adjetivar o golpe de 1964 e do regime que a ele seguiu, expandindo o acontecimento para além de uma mera ação das Forças Armadas, tal conceito visa lembrar que também parte dos civis apoiou o golpe e participou da condição do processo político entre abril de 1964 até 1985. Para Demian Melo (2018) utilizar a palavra traz outra interpretação a respeito dos acontecimentos, descolando o processo político para uma determinada camada e uma tentativa de esquecimento dos envolvimento de outras, para o autor esses historiadores trazem ideias nocivas no que diz respeito a compreensão dos fatos e do que realmente ocorreu, responsabilizando dentro desse termo a sociedade civil brasileira como grande motivadora do golpe militar, dessa forma para Melo (2018) a utilização do termo “civil-militar” acaba tendo o mesmo sentido do contexto que envolveu a Lei de Anistia e a busca de conciliação que conduziu a redemocratização da política brasileira. Daqui em diante será comum o aparecimento da expressão Ditadura Militar. (MELO. p.16. 2018).

O assunto Casa da Morte a partir de 2012 ganhou força no cenário político petropolitano e conseguiu repercussão nacional e internacional quando movimentos sociais passaram a aparecer nas ruas, redes sociais da internet e utilizando-se de diversos meios de mídias e novas tecnologias, denunciando os ocorridos no imóvel e reivindicando que a Casa fosse desapropriada, tombada e transformada em Centro de Memória, Verdade de Justiça, dentro desse contexto muitas manifestações no lugar em que o centro de tortura esteve alocado, passaram a acontecer. Em uma das reuniões, manifestantes escreveram no chão, utilizando giz, o nome de vítimas que passaram pela Casa, os grupos também confeccionaram cartazes reivindicando a desapropriação da Casa da Morte. Nesse mesmo dia aconteceu um espetáculo teatral no portão da Casa, rememorando as vítimas que sofreram torturas no Regime Militar. Em dezembro daquele mesmo ano o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro, Waldir Damous, esteve em uma ação com objetivos de defender, mapear e preservar os lugares utilizados para torturas e assassinatos durante a repressão no Governo Militar. A partir daí muitos protestos passaram a ser programados em frente à Casa. (Jornal do Brasil, 2012).²⁴

Em dezembro de 2012 com participação de outras entidades como a Articulação Estadual pela Memória, Verdade e Justiça, ocorreram mais mobilizações a favor da

Ver “O Governo de João Goulart: Novos Rumos na Produção Historiográfica” de Marcelo Badaró Matos, 2008. São Paulo.

²⁴Waldir vai ao ato em frente à Casa da Morte da Ditadura em Petrópolis. Jornal do Brasil. Petrópolis. 08 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.jb.com.br/>. Acesso em 08/02/2021

desapropriação, tombamento e transformação da Casa da Morte em Centro de Memória, Verdade e Justiça. Uma delas foi a reunião que ocorreu no palácio Rio Negro sobre “Lugares de Memória. A Casa da Morte” que teve a participação do coletivo Memória, Verdade e Justiça de Aluysio Robalinho Diretor do Palácio Rio Negro, da Doutora Nadine Borges da Comissão Nacional da Verdade e Justiça, representante da secretaria nacional de Direitos Humanos, da doutora Rosa Cardoso, membro da Comissão Nacional da Verdade e Justiça e Waldir Damous, presidente da OAB-RJ. (OAB/RJ, 2012).

Começando a falar dos movimentos, e separando-os: O Comitê Petrópolis em Luta (CPL), foi um dos movimentos sociais que travou a batalha pela desapropriação da Casa da Morte e sua transformação em Centro de Memória, Verdade e Justiça, em suas atividades em prol da Casa da Morte o grupo colheu mais de quinhentas assinaturas, por meio de abaixo-assinados realizados nas ruas, movimentou palestras e levantou discussões sobre a necessidade de desapropriação da Casa da Morte. Durante as campanhas realizadas pelo CPL várias pessoas incorporam na luta como a banda Controle que permitia em seus shows que o CPL levasse seu abaixo-assinado. (CMVP, p.59.2018).

Miriam Rochedo²⁵ e Diogo Graça foram dois membros do Comitê Petrópolis em Luta,²⁶ movimento esse que toma como objetivo diversas lutas e demandas na região de Petrópolis, pleitos ligados ao meio ambiente, desigualdades sociais, entre outras pautas. Ao longo de sua existência assumiu causas do povo petropolitano. Em 2012, o Comitê Petrópolis em Luta incorporou a luta pela desapropriação e tombamento da Casa da Morte.

[...] a gente entrou pensando o seguinte: precisamos conseguir uma pauta relevante para a cidade, mas que não fique presa à cidade, lembrando que a gente era uma organização ligada ao movimento nacional, tendo que ser uma bandeira de relevância nacional, ideológica, para a gente atrair pessoas que tinham os mesmos ideais que a gente, para crescer enquanto organização para fazer alguma coisa e combinar a pauta local com pauta nacional.

E a gente já tinha desde o começo uma preocupação com um lado da História de Petrópolis que é esquecida, que é pensar Petrópolis além da Cidade Imperial.

O Comitê quando nasceu, uma das propostas dele era fazer com que a população petropolitana se enxergasse além de um grupo que pertence à família imperial, porque a gente entendia que isso tem um impacto na autoestima e na posição política das pessoas. A gente concluiu que uma bandeira importante seria a da desapropriação da Casa da Morte, popularizando essa campanha. [sic]²⁷

²⁵Ao decorrer do trabalho foram utilizados nomes fictícios para representar os entrevistados para evitar qualquer tipo de exposição.

²⁶Ver Blog do CPL, com muitas atividades sociais realizadas pelo grupo.
<http://comitepetropolis.blogspot.com/search/label/Casa%20da%20Morte>

²⁷Trecho de entrevista cedida a mim, por Diogo Graça, líder do CPL em 23 de janeiro de 2021.

O Comitê Petrópolis em Luta foi fundado em 2011 por Diogo Graça (nome fictício). Miriam Rochedo (nome fictício) foi uma das componentes do movimento e participou desde o início, ela lembra como foram os primeiros contatos que teve com o grupo, que em 2012 acabou se incorporando ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis na luta pela desapropriação da Casa da Morte, encerrando suas atividades como CPL.

[...] eram horas e horas na praça comigo e dois jovens, conversando debatendo, construindo e desconstruindo. Eram juvenzinhos com vinte e poucos anos, com idade para ser meus filhos. Participar me fez tão bem que me radicalizei para a esquerda. Daí nasceu o grupo, a gente fazia atuações na cidade sobre os problemas da cidade, tínhamos reuniões mensais para estudar política. Era um grupo aberto, às vezes a gente fazia palestras, panfletagem. [sic]²⁸

O ano de 2012 acabou ficando marcado por conta da semana de comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos, nesse contexto muitas atividades foram promovidas pelos grupos que lutavam pela desapropriação, no dia 21 de agosto do mesmo ano o prefeito Paulo Musturangi (PT), publicou no Diário Oficial do município o Decreto Municipal nº666 de 23 de agosto, que designou a Casa da Morte como um espaço para fins de utilidade pública, com planos para a instalação de um Centro de Memória, Verdade e Justiça, de acordo com as reivindicações dos movimentos sociais de Petrópolis e do Brasil e também de instituições públicas como a OAB e o Ministério Público Federal. (CMVP. p.65.2018).

A madrugada do dia 31 de março para o 01 de abril de 2014 foi marcada pela realização da primeira vigília em frente à Casa da Morte. Esse evento motivou a realização de inúmeras ações naquela semana, tais acontecimentos foram fundamentais para o estabelecimento da Lei Municipal nº 7.398 de 26 de fevereiro de 2016, que inseriu no calendário oficial do município de Petrópolis a “Semana da Memória, Verdade e Justiça”.²⁹

A conjuntura do ano de 2014 foi marcada pelo aniversário dos cinquenta anos do Golpe Militar de 1964, o que contribuiu para que diversos eventos ocorressem em Petrópolis.

Sobre a “Semana da Memória, Verdade e Justiça” Yuri Moura e Roberto Schiffler, dois de seus mentores, no ano de 2014 procuraram o vereador Leonardo Giordano do PT em Niterói, com o propósito de analisar a proposta de Lei Municipal que estabeleceu uma semana de atividades com o mesmo nome naquela cidade. Com inspiração no acontecido em Niterói e readequando o projeto de lei a realidade de Petrópolis, em maio a CMVP apresentou-se ao

²⁸ Trecho de entrevista cedida a mim por Miriam Rochedo. No dia 05 de janeiro de 2021. Petrópolis.

²⁹ Manifestantes protestam em frente à Casa da Morte. Tribuna de Petrópolis. Petrópolis. 08 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://tribunadepetropolis.com.br/noticias/mpf-recomenda-que-casa-da-morte-seja-to-mbada-de-forma-celere/>. Acesso em 08/01/2021.

Poder Executivo e este enviou à Câmara Municipal que aprovou, e reconheceu a importância de reflexão e debate sobre a Ditadura Militar em Petrópolis. (CMVP, 2018, p.65).

Concomitante a I Semana da Memória, Verdade e Justiça aconteceu outra vigília em frente à Casa da Morte, iniciada por uma caminhada que saiu com archotes do centro histórico de Petrópolis em direção ao Caxambu, passando a principal rua do centro a Rua do Imperador, na virada do dia 31 de março para o dia 01 de abril, com participantes de diversas origens como ativistas, trabalhadores do comércio, sindicalistas, estudantes, políticos, pesquisadores e familiares de ex-presos políticos. (Diário de Petrópolis, 2012).³⁰

A Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV- RIO), realizou no dia 18 de junho de 2014 uma audiência e em um gesto simbólico devolveu cargos políticos destituídos pelo Regime Militar. Foram restituídos os cargos dos prefeitos Flávio Castrioto, Rubens de Castro Bomtempo e Paulo Gratacós. Nesse contexto o Partido dos Trabalhadores de Petrópolis (PT) começou a discutir juntos aos movimentos sociais e coletivos de Direitos Humanos a necessidade de se instaurar em Petrópolis uma Comissão da Verdade. Yuri Moura, naquele período presidente do partido enviou para a Câmara dos Vereadores a proposta da Lei nº 7.207 com objetivos de investigar os fatos ocorridos durante a Ditadura Militar em Petrópolis. (CMVP, p.48.2018).



Figura 3 Ato em frente à Casa da Morte. Acervo Pessoal.

³⁰Ato em Frente à Casa da Morte marca início da Programação da Semana da Memória, Verdade e Justiça. Diário de Petrópolis. Petrópolis. 01 de abril de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao>

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (CDDH), foi umas primeiras organizações a ingressar na luta pela desapropriação da Casa da Morte dando início a muitas atividades com o objetivo de transformar a Casa em Centro de Memória, Verdade e Justiça. Utilizando um abaixo-assinado como recurso, tiveram êxito em coletar mais de duas mil assinaturas, fizeram eventos em universidades e cineclubes, realizaram rodas de conversa com Anita Leocádia Prestes, a historiadora e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro que esteve na Casa da Morte, local esse em que muitos de seus amigos, na época presos políticos, morreram. Nessa visita Anita ressaltou a importância e necessidade de transformar o imóvel em lugar de memória, e que reflexões constantes aconteçam ali de forma a conscientizar a população de uma parte obscura da História do Brasil.³¹

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (CDDH) foi inaugurado em 1979, com a finalidade de apoiar e orientar atividades que consolidassem os Direitos Humanos na sociedade petropolitana.

Inspirado no lema “servir à vida”, o CDDH nasceu do movimento de um pequeno grupo de religiosos, que se reunia com o intuito de agregar a fé ao compromisso social. Leonardo Boff, filósofo, escritor e defensor da teologia da libertação é um dos fundadores da organização, da qual hoje é o presidente. A organização atua como multiplicadora de denúncias dos casos de violação de direitos nas sociedades e seus membros trabalham pela defesa dos que vivem à margem, dos excluídos socioeconômicos.³²

O CDDH surgiu em um momento de grande estrondo dos movimentos populares no Brasil e na América Latina, como sindicatos e centrais de movimentos populares. Buscando a conciliação com diversos movimentos sociais, articulando direitos civis, políticos e socioeconômicos, por meio de projetos e programas no município de Petrópolis. Possui uma equipe interdisciplinar, organizada para atender as demandas da cidade. Ele também incorpora a luta pela desapropriação e tombamento da Casa da Morte, assim como sua transformação em Centro de Memória, Verdade e Justiça, fazendo intervenções variadas, dando apoio aos movimentos sociais e se posicionando junto a entidades governamentais como o Ministério Público Federal de Petrópolis.³³

³¹Casa da Morte: Anita Prestes defende desapropriação. Tribuna de Petrópolis. Petrópolis. 13 de junho de 2019. Disponível em: <https://tribunadepetropolis.com.br/noticias/ditadura-militar-cddh-promove-debate-com-anita-prestes-e-leonardo-boff-sobre-as-marcas-que-o-episodio-deixou-na-historia/>. Acesso em 12/03/2021.

³²<http://www.cddh.org.br/p/nossa-historia/>. Acesso em 10.06/2021.15:50

³³<http://www.cddh.org.br/p/artigosteses/>. Acesso em 10.06.2021 19:24

O CDDH inclusive lança uma campanha na internet, em sua página, para arrecadar fundos para a desapropriação da Casa da Morte.

Petrópolis é uma cidade Imperial e sua história perpassa pelo orgulho real e pela colonização europeia, mas, nossas ruas, foram palco de lutas pela democracia, pelos direitos da classe trabalhadora e contra a opressão. Essa história de luta e resistência nos orgulha. Por isso, contamos com sua ajuda para transformarmos este memorial em símbolo de luta, de resistência e de democracia para que o mundo conheça a história da cidade.³⁴

No dia 10 de outubro de 2015 foi promovida em Petrópolis a I Jornada por Memória, Verdade e Justiça, com grande participação da sociedade petropolitana, como movimentos sociais, sindicatos, movimentos estudantis, trabalhadores, parlamentares, membros do poder público como o Procurador-Geral do município, Marcus S. Thiago⁹ e o presidente da Câmara Municipal de Petrópolis, Paulo Igor. O evento começou às 14 horas de um dia frio e com chuva, contando com muitas pessoas, o auditório da Câmara Municipal, ficou abarrotado. “A História de Petrópolis que não quer calar”, foi conduzida por Eduardo Stotz, representante do grupo Pró-Comissão Municipal da Verdade. (Tribuna de Petrópolis, 2015).

O grupo Pró-Comissão da Verdade de Petrópolis teve início em 18 de abril com uma reunião promovida por Eduardo Stotz e Yuri Moura, composta por um grupo de ativistas, pesquisadores e gestores públicos com o objetivo de discutir ações que contribuíssem para a regulamentação da Comissão Municipal da Verdade em Petrópolis, tiveram o apoio do PT, do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, da Câmara de Vereadores e forte divulgação na imprensa local, que teve como consequência a forte amplitude do acontecimento, o Grupo Pró-Comissão Municipal da Verdade passou a estabelecer relações, criando diálogos e caminhos para que fosse instaurada em Petrópolis uma Comissão da Verdade. (CMVP. p.32.2018).

Como já mencionado foi no dia 11 de dezembro de 2015 que a Comissão Municipal de Petrópolis, foi regulamentada, através do Decreto Municipal nº893. Sendo Eduardo Stotz presidente da Comissão, João Carlos dos Reis, Maria Helena, Rafane Paixão, Roberto Schiffler e Glauber Montes como membros e pesquisadores do grupo. A entrega dos cargos ocorreu em sessão solene na Casa dos Conselhos da Prefeitura de Petrópolis no dia 02 de abril de 2016, na abertura da I Semana da Memória, Verdade e Justiça. (CMVP. p.34. 2018)

Em maio de 2016 a CMVP deu início a suas pesquisas, de acordo com a instituição, foi observado desde o início de suas atividades uma forma de medo dos vencidos e uma tentativa

³⁴<http://www.cddh.org.br/assets/docs/Campanmha%20pela%20desapropria%C3%A7%C3%A3o%20da%20Casa%20da%20Morte.pdf> Acesso em 10.06.2021 19:28

de silenciamento dos vencedores, nesse sentido ela passou a reforçar a ideia de que o funcionamento desse centro clandestino de tortura e terrorismo de Estado, (a Casa da Morte) se deu em grande parte através da manutenção de forças locais, principalmente de agentes do Estado e de pessoas que de alguma maneira se identificavam com o nazismo, anticomunismo e torturas ao longo da década de 1970.(CMVP, p.46.2018).

Após dois anos de atividades da Comissão da Verdade em 2018 ela foi encerrada com uma importante vitória, no dia 21 de novembro de 2018 o Conselho Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico de Petrópolis deu ganho de causa a demanda da Comissão apresentada um ano antes, que reivindicava o tombamento do imóvel que funcionou como a Casa da Morte, para que fosse instalado em Petrópolis um lugar de memória da repressão e da resistência à Ditadura Militar. (Folha de São Paulo, 2018).³⁵ É importante frisar que a Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis deve ser compreendida como uma conquista da luta dos movimentos sociais da cidade.³⁶

A CMVP junto a função de conduzir pesquisas, reunir informações, depoimentos e analisar os crimes ocorridos com graves violações de direitos humanos na Ditadura Militar em Petrópolis, passou a defender que seria necessário tornar público os dados levantados durante as investigações, assim como os resultados obtidos a partir dessas fontes e suas conclusões, tornando a população de Petrópolis ciente dos fatos acontecidos durante o Governo Militar na cidade e suas implicações. (CMVP.p.65. 2018).

Membros da Comissão foram a escolas, e visitaram diversos setores da sociedade civil, buscando levar a conhecimento popular a existência da Casa da Morte dando-lhe cada vez mais destaque, com esforço nos trabalhos da Comissão explicando as formas que a Ditadura Militar utilizou para atingir a democracia. Através de suas ações a CMVP ganhou reconhecimentos como o Prêmio Maestro Guerra-Peixe na categoria especial, sendo uma das mais importantes premiações na área de cultura do interior do Estado do Rio de Janeiro. (CMVP. p.75.2018).

A crítica ao golpe, seu autoritarismo e essência de classe no passado e no presente, foi a pauta mais debatida ao longo da II Semana da Memória, Verdade e Justiça, que aconteceu

³⁵Casa da Morte é desapropriada e deve virar museu. Folha de São Paulo. São Paulo.07 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2012/12/1198000-casa-da-morte-de-petropolis-e-desapropriada-e-deve- virar-museu.shtml>. Acesso em: 03/04/2021.

³⁶Prefeitura de Petrópolis autoriza desapropriação da Casa da Morte. Notícias. 07 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/noticias/item/12085-%E2%80%98casa-da-morte%E2%80%99-%C3%A9-considerada-de-utilidade-p%C3%BAblica-para-ser-desapropriada.html>. Acesso em: 14/02/2021.

entre 01 e 08 de abril e contou com a participação de Ivo Lesbaupin, Leonardo Boff e Frei Beto. (Tribuna de Petrópolis, 2017).³⁷

A III Semana da Memória, Verdade e Justiça foi inaugurada pela Comissão em 02 de abril de 2018, com a audiência pública “Dan Mitrione em Petrópolis: um agente da CIA no treinamento das forças policiais brasileiras (1964-1969) ”.

A terceira III SMVJ discutiu o porquê do tema Ditadura Militar ainda não estar inserido no currículo escolar no Ensino Fundamental. Contou com a roda de conversa “Inês Etienne e a Casa da Morte”, mobilizada pelo Coletivo Mulheres da Luta/ Mulheres do Mundo. A pré-estreia do filme “Araguaia Presente”, e o debate “Discutir para resistir”, realizado por Leonardo Boff, do CDDH.³⁸

A CMVP obteve apoio de diversas camadas da sociedade civil como a Associação Petropolitana dos Estudantes (APE), o CDDH, o Movimento 9 de junho, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e sua juventude União Jovem Socialista (UJS), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a Rua Juventude Anticapitalista e os sindicatos dos bancários, vestuários e têxteis e apoio também do CEFET de Petrópolis. (CMVP. p.105.2018).

A CMVP durante seu tempo de existência, elaborou e lançou seu relatório final, realizou várias atividades como palestras nas escolas, semanas de conscientização e buscaram fazer ser conhecida a Casa da Morte, passando a lutar por sua desapropriação, tombamento e transformação em Centro de Memória, Verdade e Justiça. Nesse sentido além de ser um órgão estritamente estatal, ao conversar com alguns membros da CMVP não é difícil enxergá-la como um forte movimento social com objetivo de transformar a Casa da Morte em Lugar de Memória. A seguir a programação da primeira semana de atividades realizada pela CMVP na cidade, já com iniciativas para a desapropriação da Casa da Morte:

2 de abril (sábado)

16 h – “A Cultura Urbana Contra a Ditadura Militar” com a banda Gotam CRU e os Curingas (Praça dos Expedicionários)

20 h – Apresentação da peça “O trombone e o fuzil” (Theatro Dom Pedro)

3 de abril (domingo)

11 h – Ato Religioso em Memória dos Atingidos pela Ditadura (Palácio de Cristal)

4 de abril (segunda-feira)

Manhã e/ou tarde – Atividades nas escolas

³⁷Semana da Memória, Verdade e Justiça Relembra período da Ditadura Militar em Petrópolis. Tribuna de Petrópolis. Petrópolis. 28 de março de 2017. <https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2021/03/31/ato-em-frente-a-casa-da-morte-marca-inicio-da-semana-da-memoria-verdade-e-justica-em-petropolis-no-tj.ghtml>. Acesso em 17/03/2021

³⁸Semana da Memória Verdade e Justiça Relembra período da Ditadura, confira a programação. Tribuna de Petrópolis. Petrópolis. 03 de abril de 2018. Disponível em: <https://tribunadepetropolis.com.br/noticias/semana-da-memoria-verdade-e-justica-relembra-ditadura-confira-a-programacao/>. Acesso em 02/01/2021

À tarde – Exposição “A tortura no regime militar: denúncia e profetismo de Alceu Amoroso Lima” (Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, na Mosela)

À tarde – Exposição “Petrópolis: Ditadura e Resistência” (Centro de Cultura Raul de Leoni)

19 h – Lançamento do livro “Um homem torturado: nos passos de Frei Tito de Alencar”, com a participação de Ivo Lesbaupin, do ISER (Cefet-Petrópolis)

5 de abril (terça-feira)

Manhã e/ou tarde – Atividades nas escolas

À tarde – Exposição “A tortura no regime militar: denúncia e profetismo de Alceu Amoroso Lima” (Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, na Mosela)

À tarde – Exposição “Petrópolis: Ditadura e Resistência” (Centro de Cultura Raul de Leoni)

16 h – Revogação do projeto de cassação dos vereadores do PSB de 3 de maio de 1964 (Câmara Municipal)

19 h – Exibição do filme “O dia que durou 21 anos”. Em seguida, debate com: Maurício Vicente, da UCP; Ricardo Figueiredo de Castro, da UFRJ; e Eduardo Stotz, presidente da Comissão Municipal Petrópolis. (Museu Imperial)

6 de abril (quarta-feira)

Manhã e/ou tarde – Atividades nas escolas

À tarde – Exposição “A tortura no regime militar: denúncia e profetismo de Alceu Amoroso Lima” (Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, na Mosela)

À tarde – Exposição “Petrópolis: Ditadura e Resistência” (Centro de Cultura Raul de Leoni)

18 h – Quarta Cultural no Palácio Itaboraí: depoimentos dos familiares das vítimas da Ditadura. Convidado: Procurador-Geral do Município, Marcus Vinícius de São Thiago

7 de abril (quinta-feira)

Manhã e/ou tarde – Atividades nas escolas

À tarde – Exposição “A tortura no regime militar: denúncia e profetismo de Alceu Amoroso Lima” (Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, na Mosela)

À tarde – Exposição “Petrópolis: Ditadura e Resistência” (Centro de Cultura Raul de Leoni)

17 h – Encerramento da Semana pela Memória, Verdade e Justiça em Petrópolis: Coral Nheengarecoporanga (CDDH); reapresentação da peça “O trombone e o fuzil”; grupo musical com músicas que marcaram a Ditadura – História de Samba; e leitura de carta aberta dos promotores da Semana solicitando à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência o processo de desapropriação da Casa da Morte. (Praça da Liberdade).³⁹

A Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis empenhou-se em fazer a Casa da Morte conhecida. Isabel Moreira (nome fictício) que foi uma das componentes da CMVP, em entrevista cedida a mim, retrata bem um dos principais objetivos da Comissão em sua fala.

O objetivo da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis era desapropriar a Casa da Morte. Hoje a Comissão é sem dúvida herdeira dos movimentos que lutaram na época contra a Ditadura Militar no Brasil. O nosso objetivo era desapropriar, era tornar um Centro de Memória, Verdade e Justiça. Para isso a Comissão trabalhou.⁴⁰

³⁹<https://www.petrópolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/noticias-2/item/4454-bomtempo-empossa-comiss%C3%A3o-municipal-da-verdade.html> Acesso em 14.06.2021

⁴⁰ Trecho de entrevista cedida a mim por Isabel Moreira (nome fictício) em 12 de janeiro de 2021. Petrópolis.

Gláucio Monteiro (nome fictício), um dos membros da Comissão Municipal da Verdade em entrevista prestada a mim, mostra o quanto a Comissão foi importante no apoio aos movimentos sociais na luta pela desapropriação e tombamento da Casa da Morte.

Começamos a fazer eventos na cidade para tentar mobilizar a sociedade e foram até eventos muito bons, ficaram cheios, muita participação, ficamos até surpresos. A Comissão tinha esse caráter oficial, formal de Estado, mas de certa forma nós sempre fomos um movimento social, desde antes de a Comissão ser formada já tínhamos esse caráter de englobar e envolver a sociedade de Petrópolis. Nós vimos exemplos de outras Comissões da Verdade que foram muito verticais vieram de cima para baixo, sem participação da população, restrita ao poder público com resultados muito ruins. As Comissões que tiveram mais êxito foram as que tiveram ampla participação da população. A luta pela desapropriação sempre foi uma bandeira nossa.⁴¹

Uma importante conquista realizada pela Comissão Municipal da Verdade em Petrópolis, durante seu período de atuação na cidade, foi a criação da lei que instituiu no município a Semana da Memória, Verdade e Justiça no calendário oficial de atividades da cidade, como já mencionado, promovendo a realização de atividades entre os dias 31 de março e 07 de abril de cada ano, tornando-se um grande legado deixado pela CMVP.

Art. 1º – Fica instituída a Semana da Memória, Verdade e Justiça no Município de Petrópolis, a ser inserida no calendário oficial da cidade a partir do primeiro dia do mês de abril de cada ano.

Art. 2º – A Semana da Memória, Verdade e Justiça tem por objetivos: I – valorizar a história de luta dos trabalhadores, assim como o legado dos movimentos populares e sindicais, já atuantes no início do século XX em Petrópolis;

II – esclarecer a população sobre os fatos e processos ocorridos, bem como o papel desempenhado pelas instituições na vigência da ditadura militar no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985;

III – resgatar as identidades de luta política na sociedade petropolitana, através da memória e do reconhecimento de ativistas, militantes, figuras políticas e vítimas que defenderam a democracia e os direitos sociais e humanos;

IV – afirmar a importância dos direitos fundamentais previstos nos artigos 5º e 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

V – tornar públicas as omissões e violações aos direitos humanos no Município;

VI – abordar, como tema principal, as prisões, abusos, torturas e assassinatos realizados na “Casa da Morte” e outros aparelhos de repressão no período de ditadura militar. (Diário Oficial do Município, Petrópolis, Ano XXIV, Nº 4895, 27.2.2016, p. 2)⁴²

A conquista mencionada acima em que a Prefeitura de Petrópolis havia decretado o imóvel que abrigou a Casa da Morte durante regime militar, como de utilidade pública para a instalação futura de um Centro de Memória acabou sendo impedida por meio de muitas dificuldades burocráticas, e com a crise do governo Dilma, o projeto se tornou inviável e em 23

⁴¹Trecho de entrevista cedida a mim por Gláucio Monteiro. Em 09 de janeiro de 2021. Petrópolis.

⁴²Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. 2014

de agosto de 2017 passou dos cinco anos de sua data de publicação e perdeu sua validade nos termos do Decreto Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941. (CMVP. p.65.2018).

Nesse cenário de dificuldade de manutenção da luta por Memória da Casa da Morte, em uma conjuntura antiesquerdista (MOTTA,2016) como já discutido acima e ascensão de Jair Messias Bolsonaro a presidência da República, surge em Petrópolis um outro movimento social que também incorpora a batalha por Memória, Verdade e Justiça, sendo esse o grupo que nasce com o intuito principal de tombar, desapropriar e transformar a Casa da Morte em museu e assim preservar a memória dos que sofreram no local, principalmente a de Inês Etienne Romeu, que é homenageada pelo movimento dando nome a ele.

O Grupo Inês Etienne Romeu se mostra um dos grupos mais específicos na luta pela desapropriação e tombamento da Casa da Morte e sua transformação em Centro de Memória, Verdade e Justiça, haja vista, ter sido constituído desse objetivo, sua líder e fundadora em entrevista prestada a mim, afirma ter se mudado do Rio de Janeiro para Petrópolis, justamente com o propósito de fazer memória a Inês e desapropriar e tombar a Casa da Morte.

Este grupo foi criado para pressionarmos o tombamento da Casa da Morte, de Petrópolis, pela sua desapropriação e sua transformação em Centro de Memória, Verdade e Justiça. Lá, morreram e foram torturados e, depois, incinerados em usinas, dizem que até do Açúcar União, aquele que adoça o seu café. Só sobreviveu Inês Etienne Romeu, depois de 99 dias de sevícias e sodomias, e 8 anos de prisão. Petrópolis deve isso ao Brasil. [sic]⁴³

Desde que iniciou em 2018 o grupo tem promovido uma série de atividades tendo como tema a Ditadura Militar, a Casa da Morte e as memórias de Inês Etienne Romeu, realizando plenárias, cineclubes, palestras e muitas mobilizações nas redes sociais, inclusive levanta uma campanha de arrecadação de fundos para a desapropriação da Casa da Morte e sua transformação em Centro de Memória, Verdade e Justiça.

Eu sou uma pessoa importante na briga pela Casa da Morte, assim como o grupo Inês Etienne Romeu. A memória feita pela Casa da Morte chama-se Inês Etienne Romeu, a memória foi feita por ela e por mais ninguém, o resto é falso ou roubado do que ela indicou. Eu vim para lutar e unir forças pela memória e honra da Inês [sic]⁴⁴

Márcilene Aguiar, uma das entrevistadas por mim e componente do Grupo Inês Etienne Romeu afirma que o coletivo foi criado por uma certa divergência e rejeição dos demais

⁴³<https://www.facebook.com/groups/2465758760315872/> Acesso em 10.06.2021. 20:13

⁴⁴Trecho de entrevista cedida a mim por Márcilene Aguiar. Em 09 de janeiro de 2021. Petrópolis.

movimentos em relação a ela, e que inicialmente sua ideia era incorporar-se aos grupos, porém devido a algumas diferenças iniciou o Grupo Inês Etienne Romeu.

Nós somos o grupo que mais fez, antes do grupo Inês Etienne Romeu nada era produzido oficialmente. Os demais grupos tentam boicotar o nosso trabalho, inclusive a Comissão. Nós levamos a luta a nível internacional. O objetivo do grupo é trabalhar para o tombamento, para a desapropriação e para a decretação da Casa da Morte em um Centro de Memória, Verdade e Justiça⁴⁵

Reafirmo que a cidade de Petrópolis se destacou por ter abrigado na visão da própria Comissão Nacional da Verdade um centro de tortura e assassinatos fundamental no funcionamento do aparato repressivo do regime militar a “Casa da Morte”. As informações do relatório final da CNV reforçaram ainda mais a campanha mobilizada por diversas entidades da sociedade, em busca de transformar a “Casa da Morte em local de memória.

Como explicito vários movimentos sociais iniciaram uma verdadeira batalha, com o objetivo de desapropriação da Casa da Morte, é importante destacar aqui a peculiaridade de cada grupo envolvido no processo, cada qual com seus objetivos específicos, o que torna conveniente afirmar que não temos apenas um movimento em torno da Casa da Morte, mas sim movimentos, denotando seus anseios e expressando-se de formas distintas em momentos e espaços diversos.

Os movimentos sociais se empenharam para a realização de seus objetivos em relação à Casa da Morte, porém com muitas divergências e embates com o atual proprietário do imóvel. A perda de validação do decreto da prefeitura em 2017, a posição da prefeitura argumentando não ter dinheiro para comprar o imóvel, tornaram-se em uma situação preocupante para os grupos que se unem em torno da Casa da Morte.⁴⁶

Além dos movimentos sociais, outros atores da sociedade também se dispõem a causa pela luta de desapropriação, tombamento e transformação da Casa da Morte em Centro de Memória, Verdade e Justiça, no próximo tópico busco fazer uma descrição densa (GEERTZ, 2008) de minha experiência vivida com as pessoas que tive a oportunidade de conversar que estão envolvidas com a Casa da Morte em Petrópolis.

⁴⁵Trecho de entrevista cedida a mim por Márcilene Aguiar. Em 09 de janeiro de 2021. Petrópolis.

⁴⁶<https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/decreto-de-desapropriacao-da-casa-da-morte-em-petropolis-rj-perde-a-validade-em-agosto-municipio-inicia-processo-de-tombamento.ghtml>. Acesso em 21.06 de 2021.



Figura 4 Inês e o/a ex-presidentes da República, Lula e Dilma. Acervo Pessoal.

2.3 Uma Imersão No Campo: Observando Os Atores Envolvidos

Aos 5 de janeiro de 2021 iniciei o contato e a busca por pessoas envolvidas com a desapropriação da Casa da Morte, foram inúmeros os indivíduos dispostos a falar, uns por meio de encontros presenciais e outros através dos sistemas online, recentemente muito utilizados devido a pandemia do novo Coronavírus. Inicialmente marquei dois encontros com Miriam Rochedo (nome fictício), uma assídua militante e radialista da cidade e Rafaela Galvão (nome fictício), historiadora, pesquisadora e membro da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis. O local escolhido foi a Câmara Municipal de Vereadores de Petrópolis.⁴⁷

Era um dia nublado na tradicional Cidade Imperial, cheguei ao local com uma hora de antecedência, tamanho o desejo de iniciar a pesquisa de campo, nesse momento aproveitei para tentar contato com o vereador eleito que militou e milita a respeito da questão de desapropriação de tombamento da Casa da Morte, aqui o chamarei de Yan Mendonça.

Optei por usar uma vestimenta formal, fiz questão de preparar um crachá com minha identificação de pesquisador da Unirio. Fui bem acolhido na recepção da Câmara, que

⁴⁷Nesse tópico foram utilizados nomes fictícios para representar as pessoas, em respeito aos entrevistados e a ética da pesquisa.

imediatamente contatou com o gabinete do vereador. Permitiram a minha entrada, para me apresentar aos assessores parlamentares do político. Fui surpreendido com um dos assessores que me atendeu, buscando saber meus anseios. Compartilhei com ele meu desejo de conversar com Yan Mendonça e ele afirmou prontamente que ao certo o vereador me receberia com o maior prazer, devido seu engajamento na luta da Casa da Morte, o então assessor me disse que também havia participado do movimento e eu o convidei para uma conversa, foram anotados dados de contato e retirei-me da sala, na esperança de ser agendado para um encontro com Yan.

Na entrada da Câmara Rafaela e Miriam chegaram quase ao mesmo tempo e começamos a procurar um local apropriado, haja vista, a chuva que lentamente caía. Tentei uma sala vaga na Câmara, o que não foi possível em circunstâncias da pandemia. Então por sugestão das entrevistadas fomos para as escadarias do Centro Cultural que ficava ao lado e tinha cobertura.

Rafaela, membro da CMVP sentou comigo e iniciamos a conversa, sendo gravada em áudio. Interessante lembrar que havia um som infernal ao lado, produzido por um vendedor ambulante com uma caixa de som, não hesitamos e prosseguimos. Deixei Rafaela totalmente livre para falar comigo, as perguntas que preparei ficaram no bolso e busquei compreender o significado da Casa da Morte, para a própria Rafaela e a liberei para dizer o que sentisse.

Rafaela inicia sua fala dizendo que seu trabalho já era voltado para a classe trabalhadora de Petrópolis e que fazendo pesquisas com o professor Eduardo Stotz, que mais tarde seria nomeado presidente da CMVP, acabaram achando o documento de um perseguido político e iniciaram uma busca para saber os acontecimentos em Petrópolis no período do Regime Militar, e a partir disso encontraram um grupo que desejava constituir a Comissão da Verdade em Petrópolis. Desse grupo amplo, houve uma votação de quem continuaria pesquisando a maneira como a Ditadura se deu na cidade de Petrópolis.

Rafaela diz que a luta pela desapropriação e transformação da Casa da Morte em centro de memória, vem desde a década de 1980, quando Inês reconheceu essa casa. Rafaela chegou na luta em 2015, sendo membro da CMVP com o objetivo de lutar pela memória. Busquei saber de Rafaela sua visão pessoal sobre os movimentos sociais que resistiram durante a Ditadura Militar, nesse momento a música do vendedor ambulante parou. Rafaela começa a falar sobre a resistência operária em Petrópolis.

Tento saber de que maneira Rafaela se identifica com o depoimento de Inês e também a atual disputa com o proprietário do imóvel. Rafaela não titubeia e começa a falar sobre uma tentativa de silenciamento nos mais diversos acontecimentos e lembra do período escravocrata no Brasil e uma investida da sobreposição da elite ao narrar o acontecido em uma história oficial.

Os documentos que atestam que a Casa da Morte funcionou naquele endereço começam a ser citados por Rafaela e ela frisa que a luta pelo tombamento continua e acredita que o imóvel tenha uma grande relevância histórica. Não existe a necessidade de bater de frente com o dono do imóvel, de acordo com Rafaela, porém sobre ele não saber do passado da Casa é inviável em seu argumento.

Nesse momento entro no assunto das ações feitas pela instituição (CMVP) e da posição de muitos da sociedade civil contrários e o contexto de uma direita extrema no poder. Pergunto a ela sobre o conservadorismo e se ela percebe isso na cidade. Rafaela lembra da conjuntura do complicado processo de impeachment da presidenta Dilma, o ódio à esquerda e o início do trabalho da CMVP dentro desse contexto.

Rafaela coloca essa luta como uma demanda da sociedade, sendo inviável do contrário, daí a intensa mobilização. Ela diz ser a cidade extremamente conservadora, lembra do pagamento do laudêmio⁴⁸ para o príncipe e da existência de uma elite política e intelectual dentro da cidade.

A entrevistada traz a reflexão que o Instituto Histórico de Petrópolis havia votado contra o processo de tombamento e questiona que memória eles querem para Petrópolis? A imagem de uma cidade imperial é preponderante, a disciplina História, Geografia e Turismo de Petrópolis. (HGTP), aplicada nas escolas de Ensino Fundamental, parece ter uma centralização na figura do Imperador, de acordo, com Rafaela.

Entro na questão de ser provável ter disputas entre os próprios movimentos sociais, Rafaela sorri e diz ser uma pergunta um tanto complexa, ela comenta sobre a peculiaridade da cidade de Petrópolis, porque acaba que todo mundo se encontra e que costumavam ser as mesmas pessoas não chegando ao patamar de ter sido tão clara essa disputa.

Encerrando nossa conversa, faço uma última pergunta, que decidi fazer para todos os entrevistados ao final das conversas. O que é a Casa da Morte para você? Nesse momento Rafaela com os olhos cheios de lágrimas diz que essas pessoas que padeceram os horrores do Regime Militar na Casa da Morte a motivam e impedem que ela fraqueje e que ela está ali por causa dessas pessoas e que existe muita gente por trás dela, para ela parar agora.

Eu não posso nesse momento me enfraquecer. Olha! Pelo que essas pessoas passaram. Nós continuamos por causa delas. Tem muita gente atrás de mim, para eu simplesmente parar agora. A Casa da Morte para mim é exemplo de resistência, de

⁴⁸ O laudêmio, previsto em lei, é uma espécie de aluguel pelo uso de um terreno e que deve ser pago aos descendentes do antigo proprietário. Assim, cada vez que um imóvel instalado nas áreas centrais de Petrópolis é vendido, o comprador deve pagar 2,5% sobre o valor da transação para ter direito à escritura.

conquista. A luta para transformar em Centro de Memória é para todas as pessoas que já não estão mais presentes e que sofreram tudo que sofreram para nós podermos estar aqui, vivendo uma democracia [sic]⁴⁹

Terminada a conversa com Rafaela, Miriam assume o assento duro daquela escadaria, nesse momento a chuva rala, junto a neblina e o frio davam tom a cidade escolhida por Dom Pedro II para passeios e passagem de veraneio.

Com o gravador entre nós dois, deixei Miriam completamente à vontade. Ela inicia falando de seu nascimento em plena Ditadura Militar, seu tio altamente comunista e que seu pai era funcionário da Petrobras e por meio de Código Morse⁵⁰ se comunicava com os russos, sendo considerado um espião, Miriam lamenta que com a morte de seu pai, sua mãe tenha queimado tudo.

Miriam em sua infância participava de constantes reuniões políticas em sua família, feitas por seu tio. Mesmo com ativa participação militante da família ela diz que nos anos de 1980 possuía grande admiração pelos militares como símbolo de ordem e que seu desejo de entrar para a Marinha do Brasil era contagiante, tinha como forte pensamento a ideia de que os errados eram os comunistas e pouco questionava o governo dos militares.

Ela diz que com o golpe de Dilma ingressou em um grupo com três jovens liderados por Diogo Graça, que também prestou entrevista e será apresentado mais à frente. Essa ida para esse grupo foi entre 2008 e 2009, sendo um movimento de atuação política, Miriam diz que não sabia de absolutamente nada e questionava de longe a Ditadura Militar.

Sua prática religiosa kardecista na época, foi de grande influência em sua vida conservadora e que foi Diogo com inúmeras conversas que conseguiu mudar seu olhar sobre o comunismo. Miriam sofreu uma mudança radical e brusca com seu envolvimento nesse grupo e fala que o Comitê Petrópolis em Luta levou sua forma de pensar a outros patamares, e que esse movimento foi crescendo cada vez mais.

Miriam lembra do dia 07 de dezembro de 2012, que foi marcado pelo ato em frente à Casa da Morte, sendo um acontecimento consolidador na luta pela desapropriação.

Fato interessante, foi que durante nossa conversa duas meninas, sentaram ao nosso lado e começaram a prestar atenção no assunto, senti a necessidade de interromper a conversa e perguntar as meninas se elas já haviam ouvido falar da Casa da Morte, ambas nascidas em

⁴⁹Trecho de entrevista cedida a mim por Rafaela Galvão. Em 05 de janeiro de 2021. Petrópolis.

⁵⁰O Código Morse é um sistema de representação de letras, algarismos e sinais de pontuação através de um sinal codificado enviado de modo intermitente.

Petrópolis disseram nunca ter escutado nada a respeito. Tal gancho levou minha imaginação a criar um outro panorama para a pesquisa, decidi que eu deveria ir para a rua tentar descobrir se as pessoas da sociedade de Petrópolis conheciam ou não a Casa da Morte e seu passado tenebroso.

Voltando, Miriam diz que acredita ter um apagamento das vítimas e afirma ter criado um certo desânimo, por conta de um retrocesso cultural com o advento da extrema direita no poder.

O Comitê Petrópolis em Luta se une ao CDDH na luta pela desapropriação da Casa e transformação de um Centro de Memória, Verdade e Justiça. Miriam em sua concepção diz acreditar que Petrópolis já nasceu para uma aristocracia e que o poder público atual não quer mexer nesse assunto.

Começamos a dialogar sobre o proprietário do imóvel e seus laços, ela acredita que a princípio é necessário o tombamento da Casa e não de imediato a retirada do proprietário. Chegando ao final da entrevista pergunto a militante o que significou e significa a Casa da Morte em sua vida.

Miriam responde a minha pergunta dizendo ter sentindo-se absolutamente tocada pelos abusos que Inês descreve ter sofrido e que isso a faz lembrar o que as mulheres passaram, os índios, os negros. E fala com plena convicção que a Casa da Morte transformou a sua vida, porém Miriam se entristece ao entender que esse processo é impregnado por uma história contada por vencedores e faz denotação a um atraso do Brasil em relação aos outros países do Cone Sul⁵¹ na luta pela memória da resistência. Finalizando Miriam ressalta a importância de um memorial que lembre o que aconteceu as futuras gerações e coloca Inês como uma grande heroína e tem no fundo uma esperança de que a luta não pare.

Seria muito importante que existisse esse Centro de Memória em Petrópolis, para que não se repita, não podemos deixar rolar essa falta da memória. Isso precisa ter uma marca na história, para que no futuro as pessoas revejam isso. O poder público não quer mexer no assunto, querem que seja esquecido. Eu me sinto na obrigação de continuar essa luta, por ela, pela Inês, eu também sou mulher. Essa história não pode ser contada pelos vencedores. [sic]⁵²

Fui bem cedo no dia 09 de janeiro de 2021 me encontrar com a jornalista Márcilene Aguiar, que dias atrás havia me chocado por ligação, uma voz grossa, rouca, culta e imperativa

⁵¹Cone Sul é uma região composta pelas zonas austrais da América do Sul, ao sul do Trópico de Capricórnio, formando uma espécie de grande península que define o sul do subcontinente. Geograficamente, o Cone Sul da América é a porção sul do continente americano, cuja forma se assemelha a de um triângulo escaleno

⁵²Trecho de entrevista cedida a mim por Miriam Rochedo. No dia 05 de janeiro de 2021. Petrópolis.

que dizia aos berros pelo telefone “eu sei de toda a verdade, o que os outros andam dizendo é mentira”. Eu já estava em Petrópolis, por isso marcamos uma conversa bem cedo às 09 da manhã, cheguei às 08h30 e interfonei para seu apartamento.

Ao chegar, a porta já estava meia aberta e Márcilene sentada no sofá à minha espera, havia um cachorro com muitos pelos que deitou no meu colo em cima da poltrona em que eu estava sentado. Deixei Márcilene completamente livre para expressar o que ela quisesse e iniciamos a gravação. Ela começou falando de sua experiência com a Ditadura Militar e seu ativismo político nessa época. Seu contexto é interessante, pois ela veio de uma família de jornalistas comunistas e diz ter sofrido exílio por alguns anos na Europa.

Márcilene inicia um tema sensível e lembra de como Inês entrou em sua vida presencialmente, em 1978, sendo Márcilene uma das articuladoras da entrevista que Inês cedeu dentro da prisão de Bangu. Nesse momento ela altera um pouco sua voz e diz não ter ninguém construindo memórias em torno da Casa da Morte e mostra divergências na narração da história de Inês.

Em fala importante ela diz que quem está construindo memórias não é ela e sim o Grupo Inês Etienne Romeu, que tem mais de duzentas pessoas e afirma haver uma diferença entre esse grupo e os outros, Márcilene diz ser uma pessoa muito importante na luta pela desapropriação e tombamento da Casa.

Na concepção da entrevistada a única memória foi construída por Inês Etienne Romeu e que o resto é roubo ou falso. Márcilene largou tudo, inclusive vendeu seu apartamento no Rio de Janeiro e mudou-se para Petrópolis para lutar pela Casa da Morte, faz duras críticas aos demais movimentos sociais, inclusive a CMVP, que nunca a incluíam em nada.

No terceiro aniversário de morte da Inês, Márcilene fez uma plenária pública na praça, com telão, vídeos e diz que isso foi ignorado pela CMVP. Para a entrevistada seu grupo não existe aos olhos da CMVP. “É como se Leonardo Boff do CDDH fosse dono de tudo que é feito em Petrópolis”.

Márcilene fala com tristeza que na época do Governo Dilma, bastava uma simples ligação de Leonardo Boff⁵³ para Brasília e a Casa estaria de imediato desapropriada e tombada, a própria presidenta se encarregaria de levantar um dinheiro para a campanha. Em seu

⁵³Leonardo Boff, pseudônimo de Genésio Darci Boff (Concórdia, 14 de dezembro de 1938), é um teólogo, escritor, filósofo e professor universitário brasileiro. Simpatizante do socialismo, Boff é expoente da teologia da libertação no Brasil e conhecido internacionalmente por sua defesa dos direitos dos pobres e excluídos.

depoimento ela afirma que as pessoas não sabem da verdadeira história de Inês e que não existe movimento algum capaz de lutar pela Casa da Morte.

O Grupo Inês Etienne Romeu virou ONG no final de 2019 e lançou uma campanha na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Márcilene diz que vai permanecer em Petrópolis e lutar para não deixar os outros grupos perderem outra vez a desapropriação e que não permitirá que a Casa pertença ao CDDH. Estão trabalhando em uma campanha de arrecadação, sendo utilizada uma poupança, na qual depois, garantirá que o imóvel pertença a Prefeitura Municipal de Petrópolis.

Ela diz ter certeza que o desejo de muitos é que a casa seja demolida e esquecida. O grupo tem buscado denunciar o que aconteceu na Casa e as pessoas trabalham constantemente, para que o imóvel seja desapropriado e tombado.

Finalizando nossa entrevista fiz a pergunta que acho essencial: O que significa a Casa da Morte para você? Márcilene diz que a Casa da Morte virou sua vida de cabeça para baixo, assim que ela soube de sua existência por meio do depoimento de Inês. Ela acredita que a Casa teve o poder de mudar uma boa parte do conservadorismo da cidade de Petrópolis e por isso junto a seu grupo realiza uma campanha nacional e internacional para que o imóvel seja transformado em Centro de Memória, Verdade e Justiça. Márcilene põe Inês como a pessoa mais importante dos sobreviventes, por sua pertinência, sua coragem e a sua memória. “Não se saberia nada, se não fosse por Inês. ”

Márcilene fecha sua palavra fazendo uma menção ao atual proprietário do imóvel e diz que é impossível ele ter comprado a casa sem saber, “ele ficou lá por que quis”.

A Inês foi a pessoa mais importante dos sobreviventes, de todos do país, pela sua pertinência, pela sua coragem, a sua memória, não se saberia nada da Casa da Morte se não fosse ela. A Casa da Morte mudou a minha vida, saber que era uma casa feita para matar e torturar as pessoas. Nós estamos ralando pesado e a Casa vai ser desapropriada, tombada e transformada em Centro de Memória, a casa deve pertencer ao Estado e não a Instituição privada alguma [sic]⁵⁴

Na terça-feira 12/01/2021 voltei a Petrópolis para visitar a Casa dos Sete Erros ⁵⁵e lá me encontrar com Isabel Moreira, uma das integrantes da CMVP, muito bem recebido, fizemos um passeio pelo prédio, fechado devido a pandemia. Nesse tour Isabel fez um breve comentário

⁵⁴Trecho de entrevista cedida a mim por Márcilene Aguiar (nome fictício). Em 09 de janeiro de 2021. Petrópolis.

⁵⁵ Localizada em Petrópolis, a Casa dos 7 Erros é uma atração turística da cidade, foi erguida em 1884, seu apelido vem da diferença entre o telhado e as janelas do lado esquerdo e direito e de sua fachada.

sobre as particularidades da Casa dos Sete Erros e sua importância histórica, arquitetônica, social e cultural.

Sentamos em uma mesa gigante, antiga e bem trabalhada, ao silêncio da mansão iniciamos a gravação. Isabel dá início a conversa explicando como foi convidada para integrar a CMVP, ela lembra que tinha uma pesquisa particular sobre a presença de nazistas na cidade, frisa que Petrópolis foi a capital do nazismo no Brasil e um terreno de extrema direita, facilitando a implantação da Casa da Morte no município, já com uma forte ideologia predominante.

Isabel faz um levantamento em jornais da época para compreender a Ditadura Militar na cidade e descobre que a Casa da Morte pertenceu a um nazista, assim ela faz associação a uma certa continuidade do pensamento nazista na cidade por meio da Casa da Morte. Diz que Mário Lodders, antigo proprietário do imóvel, era comprovadamente um espião nazista e que existiam comunicações por rádios transmissores que faziam mensagens para a Alemanha nazista na Casa da Morte, sendo o fato de ela ter virado a Casa da Morte muito significativo para o uso que ela já teve em seu passado.

Isabel mostra que o objetivo da CMVP era desapropriar a Casa, e lembra do embate com o atual proprietário do imóvel. A entrevistada concebe a CMVP como uma herdeira dos movimentos sociais que lutaram na Ditadura Militar e que a Instituição sempre teve o desejo de transformar a Casa em Centro de Memória, porém ressalta que não houve interesse do poder público de investir, estando o discurso da cidade imperial o tempo todo sobrepondo-se.

Para a membro da CMVP a Casa não foi comprada sem o proprietário atual saber, por conta de seu histórico pesado. Existe uma restrição do tema ao meio acadêmico e ausência de comunicação a população, o assunto ainda não chegou bem as pessoas, no entendimento de Isabel. Por parte do poder público existe um silenciamento a respeito do tema. A Casa confirmou para Isabel ideias que ela já possuía e um medo de que essas pessoas ainda estão por aí e continuam com seus pensamentos, podendo a Ditadura Militar voltar a qualquer momento.

A Casa da Morte tem uma importância a nível nacional, ela é importante para o Brasil inteiro. Ela confirma que a repressão e a tortura existiram no Brasil. Nosso objetivo sempre foi desapropriar e transformar a Casa em Centro de Memória. Ela cumpre uma função social muito importante de que aquilo não deve se repetir, esse imóvel tem tamanha importância para a consolidação da democracia no país.⁵⁶

⁵⁶Trecho de entrevista cedida a mim por Isabel Moreira (nome fictício) em 12 de janeiro de 2021. Petrópolis.

Terminando a conversa, saí da Casa dos Sete Erros e fui me encontrar com Raniela Machado, em um intervalo de uma hora. Raniela também foi uma importante militante na luta pela desapropriação e tombamento da Casa da Morte. Juntos decidimos ir visitar o imóvel.

Ao chegar na rua observamos uma cancela, câmeras de segurança enormes por todo lado e placas com indicativos de área monitorada 24 horas, aparatos protetivos que até o começo das lutas dos movimentos sociais em prol da desapropriação, tombamento e criação de um Centro de Memória, não existiam. Abandonamos o carro e seguimos a pé pela rua que dá acesso à Casa da Morte. Uma rua extremamente deserta, e com belas casas, de fino acabamento, caracterizando-se por frondosas árvores altas, um bairro um tanto afastado, ideal para prática de torturas na década de 1970.

Subindo o morro para a Casa nesse momento meu coração dispara e Raniela que estava comigo e o motorista que nos levou também disseram sentir o mesmo, um sentimento de medo, dúvida, pavor e condolências dominaram meu peito, chegando na Casa tiramos inúmeras fotos. Raniela sugere que toquemos o interfone, a pergunta me deixou perplexo, porém não resisti a sugestão e fui em frente. Um imóvel fechado e restrito com portões bem intimidadores, ouvi uma voz grossa e de poucos amigos atendendo e aos berros questionando: “Quem é? O que você quer? Estou muito ocupado!” Se quiser falar comigo deixe seu telefone e e-mail por baixo do portão que entro em contato com você. Não aguentei meus impulsos e adiantei o assunto, mesmo sem poder olhar face a face. Quis saber das memórias que o proprietário tinha construído no imóvel, repeti alguns trechos de seu depoimento e deixei bem claro que eu não estava ali procurando o certo ou o errado e sim tentando entender a história. O proprietário disse não haver contundência no relatório final da CMVP e que os ditos de Inês eram duvidosos, a voz foi ficando cada vez mais longe e sem ao menos se despedir desapareceu. Descemos o morro um tanto impressionados e assustados, diga-se de passagem, olhando o tempo todo para trás.

Nos dirigimos para a escadaria do Centro Cultural de Petrópolis e iniciei a gravação da conversa com Raniela. A deixei totalmente à vontade para falar um pouco de sua visão sobre a Ditadura Militar, a Casa da Morte e seu interesse por ela, assim como sua ativa atuação nos movimentos sociais. Raniela ficou um tempo lecionando a disciplina História, Geografia e Turismo de Petrópolis (HGTP), ela fala de uma deficiência muito grande no currículo em relação ao Brasil Republicano e um esforço em contar a Petrópolis Imperial. Ressalta ter sido em Petrópolis um dos maiores centros de tortura da Ditadura Militar.

O que despertou interesse por saber mais da Casa da Morte, foi sua participação no movimento de desapropriação do imóvel. Raniela lembra que todo ano na data do Golpe Militar, faziam vários movimentos, situações que lembrassem a Casa da Morte, vigílias, atos simbólicos em praças e caminhadas até a Casa da Morte. Raniela acredita que o movimento já esteve melhor articulado e que agora não está, até mesmo pelo contexto atual da extrema direita no poder.

Na visão de Raniela a pauta da Casa da Morte é de grande importância para as novas gerações poderem conhecer o que ocorreu ali e que a cidade tende a ganhar com a criação de um Centro de Memória, Verdade e Justiça. A política do esquecimento deve ser combatida.

Mesmo sendo de propriedade privada, Raniela acredita que a Casa um dia foi usada com fins de utilidade pública, não se pode desconsiderar a memória de Renato e sim talvez ganhá-lo para a ideia. A vida privada de Renato em algum momento acabou se confundindo com a história de Petrópolis, no pensamento de Raniela.

Ela finaliza a conversa dizendo que a Casa da Morte para ela extrapola a noção do individual, é um objeto da vida pública que representa a resistência, envolvendo questões coletivas e um compromisso coletivo.

A Casa da Morte representa a vida pública das pessoas, ela extrapola o individual, deixou de ser uma questão privada. A Casa da Morte é sinal de resistência, uma resistência ativa, as pessoas estavam ali por questões coletivas, brigaram e sofreram por nós. A Casa da Morte é isso: resistência, eles deram a vida deles, é compromisso nosso essa luta.⁵⁷

No dia 14 de janeiro de 2021 a partir das 14:00 horas iniciei a gravação com o cineasta Peterson Freitas, que foi selecionado por meio de um edital promovido pela Prefeitura de Petrópolis, para produzir um documentário que tivesse como tema a Casa da Morte e o depoimento de Inês.

Peterson diz que a construção do documentário foi um marco em sua vida, a partir desse momento ele se aprofundou mais nos desdobramentos do Regime Militar, entendendo-o como processo de um país construído em cima da violência de Estado. Ele ressalta a importância da Casa da Morte e que ela deve ser tema nas escolas, principalmente no contexto de Governo Jair Bolsonaro, que nega as torturas durante a Ditadura das Forças Armadas, é necessário um debate maior na Educação.

⁵⁷Trecho de entrevista cedida a mim por Raniela Machado. Em 12 de janeiro de 2021. Petrópolis.

Peterson começou a pesquisar o que aconteceu na Casa da Morte e sobre Inês, seguindo esse caminho ele iniciou uma entrevista com pessoas que estavam na luta para a desapropriação do imóvel. Ele diz que após a elaboração de seu documentário passou a enxergar a necessidade de a Casa da Morte ser transformada em um Centro de Memória, Verdade e Justiça.

Para ele o valor da Casa é bem maior que qualquer outra memória contrária, e que inclusive serviu para alertá-lo, mostrando que Petrópolis e sua história vão muito além da colonização alemã, do Império e uma cidade de veraneio, infelizmente o governo não trabalha contra, mas também não luta a favor do tombamento e desapropriação da Casa da Morte.

O valor que a Casa tem para o país, para os movimentos sociais, para Petrópolis é enorme, maior que para o proprietário. O que aconteceu ali é muito relevante e já foi provado de várias formas. A Casa da Morte me alertou para o fato de que a história petropolitana é muito maior que a história da colonização alemã ou a história da família imperial [sic]⁵⁸

Gláucio Monteiro, membro da CMVP, também foi um dos entrevistados. Ele inicia sua fala salientando o sentido político, econômico e social da Ditadura Militar no Brasil, sendo consequência de um grande passo da burguesia, enriquecendo muitos empresários, assim ele vê o golpe como um caráter de classe.

A Casa da Morte entrou na vida de Gláucio por meio das pesquisas da CMPV, sendo ele um dos convidados para atuar na instituição, Gláucio destaca que mesmo tendo um caráter mais formal, a CMVP sempre teve características de um movimento social e busca por envolver ampla participação da sociedade. Ele revela que com o contexto de ascensão da direita extrema, acabou sofrendo alguns ataques.

Para Gláucio existe o mito de uma cidade europeia, colonizada por alemães, com a presença da família imperial, sede da monarquia, sendo uma imagem vendida. Ele acredita ser a Casa da Morte, um direito coletivo e uma reparação, um reconhecimento com importância nacional e internacional, uma luta por Direitos Humanos, direito à vida, contra a tortura, envolvendo toda a sociedade brasileira.

Gláucio percebe entre os grupos disputas a respeito da transformação em Centro de Memória em como será feito, como será o memorial entre outras. Sendo necessário todo um processo democrático nas decisões.

⁵⁸Trecho de entrevista cedida a mim por Peterson Freitas. Em 14 de fevereiro de 2021. Petrópolis.

Ao término da entrevista Gláucio diz que a Casa da Morte despertou um sentido de admiração muito grande pelas pessoas que fizeram um enfrentamento do regime e defende que a Casa assume um papel pedagógico e uma denúncia da violência de Estado.

Eu vejo a Casa da Morte como um exemplo, um lugar com sentido pedagógico para mostrar a luta contra a Ditadura Militar, para mostrar o que é a violência política. A Casa da Morte ela tem uma importância no sentido de alertar e denunciar a violência do Estado de maneira geral na história do Brasil. E essa violência não termina, ela continua até hoje e a Casa da Morte vem para mostra tudo isso.⁵⁹

Tive também uma conversa curta, devido ao tempo com uma representante do CDDH, que tinha uma reunião marcada e não pôde falar e me atender por muito tempo. Vera Lobão disse em poucas palavras que para ela a Ditadura Militar foi uma imposição de governo. Mesmo sendo nascida e criada em Petrópolis só ficou sabendo da Casa da Morte em 2009, por meio de um encontro sobre debates a respeito da Ditadura.

Uma fala interessante de Vera foi sobre seu encontro com o proprietário do imóvel no Ministério Público, ela disse que Renato confessou já estar saturado com a história toda e que por uma quantia justa abriria mão do imóvel. Vera também em poucas palavras comenta o conservadorismo da cidade e que os movimentos sociais têm sim muitas disputas em relação aos seus objetivos. Ela afirma que a Casa da Morte mudou sua concepção ao perceber as crueldades praticadas pelo poder público e que esses abusos aos Direitos Humanos ainda estão muito presentes na cidade.

O CEFET⁶⁰ é uma importante instituição respeitada na cidade de Petrópolis, e tive a oportunidade de conversar com uma de suas representantes que foi ativa na luta pela desapropriação da Casa da Morte, Felícia Lira, a primeira anfitriã da “Semana de Memória, Verdade e Justiça”, foi quem permitiu que o CEFET sediasse esse evento.

Ao decorrer da luta Felícia foi conhecendo as propostas e afirma ser um tema polêmico e com muitas tentativas de silenciamento e apagamento de memórias da Ditadura Militar e da Casa da Morte, trazendo uma certa dificuldade de discussão. “Fala-se muito pouco ainda”, de acordo com Felícia Lira.

Existe para Felícia um esquecimento da Petrópolis Republicana e uma parada na Petrópolis Imperial. A disputa entre os vários grupos na luta pela desapropriação e tombamento

⁵⁹Trecho de entrevista cedida a mim por Gláucio Monteiro. Em 09 de janeiro de 2021. Petrópolis.

⁶⁰Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro.

da Casa da Morte foi um dos motivos dela não querer participar de nenhum deles oficialmente, mas ela tem afinidade com todos e os recebeu muito bem no CEFET.

A Casa da Morte na vida de Felícia veio como um impacto em sua memória pessoal, ela afirma ter vindo de uma família extremamente conservadora, tradicional de direita, sendo petropolitana confessa, ela vê a Casa da Morte como uma casa acoitada, porque não é pública. Os militares têm ainda muita força na cidade, confirma a entrevistada.

A Casa da Morte teve um grande impacto na minha memória pessoal, eu venho de uma família muito conservadora, muito tradicional, muito de direita. Sou petropolitana e estudo as memórias de Petrópolis e sei a força e o impacto que é você ter uma Casa da Morte na Cidade Imperial, ninguém quer essa imagem para a cidade, a Casa existiu é verídico, é provado, é muito pesado e próximo de todos nós com muitos significados e pessoas envolvidas no meio de uma cidade totalmente tradicional [sic]⁶¹

Diogo Graça, uma das figuras centrais na luta pela desapropriação, líder e fundador do CPL, mesmo morando em outra cidade, fez questão de me ceder uma entrevista, por ferramentas virtuais.

Diogo começa falando de sua primeira experiência na adolescência, em relação ao tema Ditadura Militar, por meio da leitura de variados livros ele descobre que os Estados Unidos da América tiveram participação no golpe e consolidação do regime militar no Brasil. Diogo chorava ao ler “Brasil Nunca Mais” e se aproximava cada vez mais da esquerda política.

Diogo diz que com 13 anos de idade participou de sua primeira manifestação de protesto. Em 2011 fundou o CPL, organização que buscava uma pauta que fosse relevante para a cidade e também com importância nacional, que não se privilegia a Petrópolis Imperial, mas que fosse além disso. Mostrar que a memória da resistência em Petrópolis foi um dos objetivos do grupo, assim tomam para si a luta de desapropriação da Casa da Morte de Petrópolis, que já tinha sido lançada pouco antes pelo CDDH.

O movimento social, liderado por Diogo dá início a uma diversidade de ações em prol da desapropriação e tombamento da Casa da Morte, bancas de rua de esclarecimento, coleta de assinaturas e presença nas atividades que envolviam a questão da Casa da Morte foram desenvolvidas pelo grupo.

Diogo lembra que com articulações feitas pela esquerda foi instaurada na cidade a Comissão da Verdade, com a primeira desapropriação da Casa o processo não andou muito, por conta da falta de verba, perdeu-se ainda um dinheiro na quantia de seiscentos mil reais posta à

⁶¹Trecho de entrevista cedida a mim por Felícia Lira em 16 de janeiro de 2021. Petrópolis.

disposição pela Câmara dos Deputados Federais. Diogo acredita que houve uma certa incompetência do poder público no processo, Dilma Rousseff, por exemplo cita Beto, que foi torturado e morto na Casa da Morte, porém a presidenta não apresentou boa vontade em ajudar na situação da Casa da Morte.

Muitas palestras foram realizadas pelo grupo em escolas. A ideia de tombamento nasce com o objetivo de registrar historiograficamente e oficialmente a Casa em nível de patrimônio.

Diogo fala das muitas disputas que ele observa na cidade, entre os grupos e com o proprietário, sendo a causa do tombamento alvo de muitas resistências, para ele o proprietário do imóvel não é um inimigo, porém a casa tem um caráter coletivo e que são muito fortes as memórias das pessoas que morreram e resistiram a tortura, a Casa não será tomada, mas haverá uma recompensação para o proprietário.

Diogo vê como normais e necessárias as divergências em relação a desapropriação e o que será feito depois ainda não é o mais importante e sim tombar e desapropriar. O papel fundamental do movimento social é pressionar.

Termo nossa conversa perguntando a Diogo qual o significado da Casa da Morte para ele, Diogo suspira bem fundo e diz ser uma pergunta difícil. A Casa foi um ponto de encontro em vários aspectos de sua vida. Ela foi para Diogo uma maneira de projetar seus desejos e convicções na militância, um encontro do seu eu pessoal. Sendo a Casa impregnada de um coletivo muito forte.

A Casa da Morte é um ponto de encontro em vários aspectos da minha vida, uma forma de projetar minha militância e expor minhas convicções, tem sido um momento importante da minha vida me dedicar a ela. Começamos no banco de uma praça e hoje estamos em dimensão internacional, isso é gratificante [sic]⁶²

Uma pessoa também de grande colaboração foi uma sobrinha de Inês, Marilene Gonçalves, que reside na cidade do Rio de Janeiro e me concedeu uma entrevista por meio de plataforma digital. Comecei pedindo a Marilene que falasse um pouco sobre sua visão a respeito da Ditadura Militar, imediatamente lágrimas começaram a correr no rosto de Marilene, que soluçando diz ter lembrado da luta de seu pai e de Inês. “Existe muita relação entre a história da Ditadura e a história de meu pai”, mais uma vez Marilene se emociona tocando no assunto de quando a tia sofreu um atentado.

⁶²Trecho de entrevista cedida a mim, por Diogo Graça, líder do CPL. Em 23 de janeiro de 2021.

Ainda criança Marilene lembra do momento em que Inês reuniu a família para contar os horrores que sofrera na prisão. Uma sociedade justa e igualitária é o anseio da entrevistada, que teme ser vítima da violência de Estado com a ascensão da direita.

Marilene comenta de um grupo de watsapp criado por sua família (VIP), que significa “Vamos Importunar os Petistas”, dessa maneira ela lamenta que sua família tenha trilhado esse novo caminho, haja vista, terem sido tão militantes e guerreiros na resistência à Ditadura Militar no Brasil.

Inês sofreu muito durante a prisão e Marilene afirma que depois disso ela se tornou uma pessoa tímida, retraída, reservada e que nunca se casou, consequência da tortura acredita Marilene.

A Casa da Morte é resumida por ela, como a consolidação de uma memória afetiva e de uma memória política histórica é importante justamente para não passarmos por isso novamente, para que saibam que não pode haver tortura em nosso país. Ela defende que as pessoas precisam ter conhecimento do que foi a história desse país, para poderem escolher o caminho que querem seguir.

A Casa da Morte é justamente para isso, para lembrar as pessoas de que houve tortura e que não pode acontecer mais, todos precisam ter conhecimento do que foi a história desse país, para se situar no campo político, tendo acesso a isso elas vão poder escolher que caminho elas querem seguir. A memória constitui ao sujeito a possibilidade de escolha [sic]⁶³

Chegando ao fim de minha coleta de dados fui surpreendido pelo inesperado, a assessoria do então vereador eleito Yan Mendonça me contatou para agendar uma conversa com ele. No dia 01 de fevereiro foi marcada a entrevista às 18 horas, fui bem cedo para a cidade com o objetivo de ir às ruas do centro de Petrópolis, para saber um pouco da sociedade civil a respeito de suas concepções sobre a Casa da Morte.

Inicialmente fiquei na movimentada Praça Dom Pedro, as pessoas resistiam muito em participar. Preparei cinco perguntas bem objetivas: o sexo, escolaridade, profissão e se já havia ouvido falar da Casa da Morte com SIM ou NÃO.

Ainda na praça D. Pedro dois casos me deixaram perplexo, o primeiro de uma mulher que leu todas as perguntas e disse que não responderia por medo, tive de fazer essa observação em uma enquete em branco. Outro caso nas mediações da praça foi o de uma vendedora de loja de roupas que ouviu alguém responder e me chamou perguntando do que se tratava eu disse

⁶³ Trecho de entrevista cedida a mim por Marilene Gonçalves. Em 29 de janeiro de 2021. Rio de Janeiro.

que era sobre a Casa da Morte, imediatamente a moça em seu horário de serviço mostrou-se muito interessada e curiosa em saber o que era, pois ela ainda não tinha ouvido falar. Essa moça chamou todos os funcionários da loja, em torno de uns cinco ou seis e perguntou se alguém conhecia, ninguém sabia, inclusive uma jovem moradora do bairro Caxambu, local que abriga a Casa. Conversei um pouco com a turma e fui embora para outra localização do centro da cidade.

Tabulando essa pesquisa de rua levantei dados interessantes, de todos os entrevistados 60% nunca ouviram falar da Casa da Morte e outros 40% já ouviram alguma coisa. Mostrar esses dados é fundamental para a compreensão de que mesmo diante dos esforços da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, das mídias e novas tecnologias e dos movimentos sociais, a Casa da Morte ainda permanece em zonas de silêncio, não é de conhecimento de muitas pessoas, inclusive dentro do município de Petrópolis que abriga o imóvel, daí percebe-se a necessidade de um trabalho mais aprofundado que ajude na divulgação e conhecimento da história dos acontecidos na Casa da Morte.

Fui para a Câmara dos Vereadores no horário combinado para conversar com o vereador Yan Mendonça, fiquei umas duas horas em seu gabinete aguardando o parlamentar que estava em uma outra reunião que surgiu às pressas.

Ao chegar bem abafado e com aparência de estar com pressa Yan entra no gabinete cumprimenta a todos e vai para sua sala, mal chegou e já me chamou para conversar, eu disse que ele podia respirar um pouco e resolver suas coisas, quando estivesse preparado era só me chamar, ele não hesita e me atende de imediato, já se desculpando pelo atraso e que foi uma reunião que ele não podia deixar de estar.

Yan permite que a conversa seja gravada e inicia falando como a Casa da Morte entrou em sua vida. Em 2012, ele já era candidato a vereador pelo PT, em 2013 ingressa no curso de História e conhece Diogo Graça, que na época procurava candidatos políticos que tivessem interesse em defender a pauta de desapropriação da Casa da Morte.

Em 2013 Yan se tornou presidente do PT e buscou consolidar algumas lutas, inclusive a da desapropriação da Casa da Morte em prol da memória. Dentro do partido criou-se a Semana da Memória, Verdade e Justiça, surgindo a proposta da instauração da Comissão da Verdade na cidade.

É muito importante ter a Casa da Morte como um centro de memória. Ela é maior que muita coisa, ela abrange gerações. A Casa da Morte é um dever com a história que não foi contada e nós cidadãos petropolitanos e de todo o Brasil temos um compromisso

de honrar a memória da Inês e de todos que padeceram na Casa da Morte em Petrópolis.⁶⁴

Nesse momento a entrevista é interrompida pela equipe do vereador que diz passar da hora, Yan comenta rapidamente sobre a necessidade de se reavaliar a disciplina HGTP, sendo preciso uma reformulação urgente.

Para Yan se a Casa for transformada em Centro de Memória, terá sido um grande avanço. Finalizo a conversa procurando saber o significado da Casa da Morte para Yan, ele lembra que foi por meio do convite de Diogo Graça que foi despertado nele um interesse pela memória, enquanto professor, militante e agora vereador ele consegue entender a importância disso a partir da provocação que lhe foi feita, e diz que foi uma grande contribuição que ninguém vai poder tirar dele, e um dever com uma história que não foi contada. Yan se coloca como um agente dessa memória.

Diante dos fatos expostos em relação a luta e engajamento dos movimentos sociais em torno da Casa da Morte com objetivos de desapropriação, tombamento e transformação em Centro de Memória, Verdade e Justiça muitos fenômenos podem ser analisados sob a ótica dos estudos do campo da memória. Existe nesse caso uma memória política, memórias divididas, e um esforço em lembrar e não esquecer, um medo do esquecimento conforme descrevem os autores a seguir.

Javier Lifschitz afirma que o conceito de memória política leva a ideia de que enquanto alguns querem esquecer, outros não aceitam esse esquecimento. Para o autor uma “cultura de silêncio” comumente se impõe em uma sociedade que atravessou um período violento, assim retornar a esse passado seria uma ação desses resultados. Nesse aspecto a memória relacionada a constituição de “comunidades de rememoração”, também pode ter como consequência o estabelecimento de comissões de verdade e justiça. Lifschitz reflete que Halbwachs (2006), mostra memória social como um fenômeno sociológico, que deve ser diferenciado tanto de uma memória individual como de uma memória histórica. (LIFSCHITZ, 2016).

A memória social se manifesta por meio de experiências vividas por grupos sociais, enquanto que a memória histórica é expressa através de registros textuais e é produzida a partir de uma ótica do poder. Assim a memória social se relaciona com a oralidade, a diversidade e a sociedade civil, ao inverso da memória histórica que está associada com a textualidade, o Estado

⁶⁴Trecho de entrevista cedida a mim por Yan Mendonça. Em dia 01 de fevereiro de 2021. Petrópolis.

e as formas de poder, podendo ser fixa, ao contrário da memória social que está sempre se deslocando. (LIFSCHITZ, 2016).

Os grupos de memória geralmente se articulam e se rearticulam no tempo e no espaço. Halbwachs defende que a memória estrutura uma ligação que compõe vínculos, um desejo em relação ao passado, que surge em grupos e que remete a grupos embora estes não estejam presentes. Nesse sentido a memória começa a ser pensada como forma de agregação social. Halbwachs definiu que a memória social se relaciona a uma espécie de vínculo ímpar, pois os laços sociais que ela gerava sempre eram de origem rápidas e voluntárias. (LIFSCHITZ, 2016).

Os grupos de memória divergem em distintas concepções no que se refere ao passado, se estruturam subitamente e estão em constante deslocamento. A memória não vem de maneira espontânea deve ser estimulada a todo instante. (LIFSCHITZ, 2016).

A memória política na concepção do autor não é puramente uma maneira de representação imagética, ela também remete a uma relação com ligações intencionais. Assim estar inserido em um grupo de memória é o mesmo que exercer ações de comunicação que vão se estabelecendo em uma dinâmica de lembrar e sentir que acabam compondo “Comunidades afetivas, como defende Halbwachs. (LIFSCHITZ, 2016).

A memória política está sempre tentando de alguma maneira influenciar na sociedade, inconformada com leis, com determinações culturais e políticas ela forma confrontos nos mais variados espaços, assim ela busca ganhar potencial chegando a conhecimento público, sendo essa sua grande estratégia de fortalecimento e obtenção de resultados. O objetivo da memória política é o de conquistar e pôr em conflito o lugar das massas, tornando visíveis causas e acontecimentos que até então não estavam disponíveis para as pessoas, suscitando sentimentos de justiça. Seguindo essa forma de raciocínio é possível dizer que a memória se relaciona com categorias de pensamento e ideias de mundo e sociedade de forma ampla e heterogênea, englobando um campo com diversas lutas. (LIFSCHITZ, 2016).

Andreas Hyssen, o pensador contemporâneo da memória em sua abordagem e conceitos consegue de forma intrínseca dialogar com muitos fenômenos apresentados pelos entrevistados durante minha pesquisa de campo. (HYSSSEN, 2014).

Hyssen aponta para o surpreendente nascimento de uma espécie de cultura e de uma política da memória com rápida expansão global a partir da queda do Muro de Berlim. O imaginário urbano e as memórias traumáticas têm, para o autor, um papel decisivo na atual transformação de experiências de espaço e tempo. (HYSSSEN, 2014).

Hyssen mostra em seu trabalho que uma das principais preocupações da atualidade é com uma espécie de volta ao passado, sendo a memória uma emergência central nas sociedades ocidentais. Foi a partir da década de 1980 que o foco se deslocou dos futuros presentes para os passados presentes, novos discursos de memória surgem, principalmente impulsionados pelo debate, cada vez mais amplo do Holocausto. O autor percebe uma globalização acelerada da memória. O Holocausto assume uma metáfora, um exemplo para outras histórias, levando para um fenômeno que Hyssen descreve como uma musealização do mundo, tendo cada indivíduo um papel central nesse processo. (HYSSSEN, 2014).

Em uma tentativa de conseguir uma recordação total, nasce uma cultura da memória, Hyssen aponta que grande parte desse fenômeno é uma comercialização crescente da memória pela indústria cultural do ocidente. A partir de 1989 as questões sobre memória e o esquecimento têm emergido como preocupações dominantes nos países pós-comunistas, surgindo uma obsessão cultural pela memória em todo o planeta. (HYSSSEN, 2014).

Hyssen cita Freud com a ideia de que a memória e o esquecimento estão relacionados e a memória é apenas uma outra maneira de esquecimento e que o esquecimento é uma espécie de memória escondida. O desejo atual pela memória nos debates públicos entra em conflito com um medo público do esquecimento, “estamos construindo museus como se não houvesse amanhã”. (HYSSSEN, 2014).

Dentro das mais diversas realidades e contextos criou-se uma necessidade de sempre lembrar, seja em locais religiosos, de cunho político, cultural entre outros, nesse sentido o esquecimento é entendido como uma visão negativa, malvisto uma figuração da memória, uma falha. (HYSSSEN, 2014).

Hyssen ainda traz a discussão a relação entre a memória e os direitos humanos como movimento social transnacional, tais discursos ganharam força na década de 1980 e explodiram em 1990. Desde o fim da Guerra Fria, as violações dos direitos humanos foram seletivamente invocadas como justificativa para impor sanções debilitantes, invasões militares e governos de ocupação autoritários. (HYSSSEN, 2014).

A memória e o direito são interações complexas, os mortos têm sim direito de ser lembrados sendo essa uma forte marca da civilização humana, desde antes de muitos discursos e crenças. O respeito as vítimas, suas formas de resistência e seu destino devem ser preservados na memória, mesmo nesse pé os discursos de memória e dos direitos humanos não combinam com facilidade. O discurso dos direitos humanos faz duras reivindicações pautadas em normas legais em nome da justiça, porém acaba muitas vezes em uma certa prática de

princípios abstratos, desconhecendo conjunturas históricas e políticas que devem ser reconhecidas e discutidas, para que uma política de direitos humanos tenha efeito em um país em dado momento. (HYSSSEN, 2014).

O autor aponta que as altas inflações das reivindicações da memória e tanto o discurso dos direitos, quanto o da memória são alvos fáceis de abuso como véu político para encobrir interesses particulares, sendo a questão dos direitos humanos uma questão de poder e de relações assimétricas. Em qualquer coletividade são inevitáveis os conflitos e lutas a respeito de memórias, os direitos culturais de grupos são recheados de tradição e memória. (HYSSSEN, 2014).

Nesse processo é possível perceber que a memória é capaz de criar laços sociais e que possui um importante papel na interação dos indivíduos como assinalou Halbwachs (2004). É interessante o elo criado entre a Casa da Morte e os agentes de memória que buscam a sua transformação em museu. Podendo tal trabalho ampliar as visões e conclusões acerca da Casa da Morte de Petrópolis como um lugar de memória.

Os movimentos sociais discutidos acima durante suas ações encontram grandes impasses na luta pela desapropriação, tombamento e transformação da Casa da Morte em Centro de Memória, Verdade e Justiça, com o atual proprietário do imóvel o senhor Renato Firmento de Noronha que se mostra uma pessoa com um perfil que nega a existência de torturas, assassinatos e prisões em seu imóvel adquirido (Casa da Morte), para Noronha, filho de ex-militar o testemunho de Inês é mentiroso e inconsistente.

A Casa da Morte, foi comprada pelo Sr. Renato Firmento de Noronha, em 1980 que se mudou com sua esposa e sua filha Clarisse para o imóvel. Renato até os dias atuais reside no local, na casa teve seu filho Eduardo. Nesse contexto temos um embate, memórias em disputa a serem melhor discutidas ao decorrer do trabalho, principalmente no capítulo III.

Para o proprietário Renato Noronha, a atitude de transformar a casa em museu é desrespeitosa. O engenheiro aposentado pela Petrobras e filho de um ex-oficial da Marinha afirma em entrevista, cedida à mídia local, estar angustiado com a situação do imóvel e que comprou a casa sem a menor ideia de seu passado tenebroso, diz não haver provas contundentes de que funcionava ali, um centro clandestino de torturas. A família Noronha mudou-se do Rio de Janeiro para Petrópolis em 1978, quando a mulher de Renato, a arquiteta Lilian Pitta, conseguiu emprego na prefeitura da cidade. Desde que chegaram à casa, algumas modificações foram realizadas na estrutura da construção. “Tem sentido construir um memorial num lugar

que já foi tão descaracterizado? ”, intervém o segundo filho do engenheiro, o economista Luís Eduardo. “O que vão fazer? Pendurar um pau de arara na sala para mostrar como era a coisa? ”.

Cruzando os relatos de parte a parte, é complexo compreender tal paradoxo impregnado nas paredes de um mesmo lugar. O quarto de onde o filho do senhor Noronha, ainda garoto, admirava a serra ao acordar foi onde Inês, como prisioneira política, sofreu por 40 dias, as consequências do atropelamento ocorrido durante a sua captura, até estar em condições de ser torturada. Na cozinha, era obrigada a ficar nua e preparar a comida de seus algozes, que serviria também a inesquecível lasanha que Renato preparava para os filhos e sobrinhos aos domingos. O quarto, que hoje acolhe a empregada do engenheiro, é o mesmo onde os militares aplicavam choques elétricos e pentacol sódico, o soro da verdade nos interrogatórios da guerrilheira. (CMVP, 2018).

Noronha afirma em entrevista, prestada à imprensa local, que enquanto houver recursos jurídicos a seu favor não abrirá mão de morar no imóvel. Assim temos uma memória dividida⁶⁵ e conflituosa, complexa em seus desdobramentos. Carregada de relações sociais locais, de história, de memórias, de significado público, de sentimentos privados, indo muito além de seu aspecto arquitetônico, a “Casa da Morte” e sua memória, consiste em um objeto para a reflexão e construção do conhecimento histórico com diversificadas características e fatos sociais. Como dito a situação do proprietário do imóvel será melhor discutida no capítulo III.

Foi esboçado no capítulo I como se deu o processo de Justiça de Transição no Brasil, com o fim do Regime Militar e tentativas de esclarecimentos de acontecimentos da época, como o surgimento de Comissões que buscavam investigar, reparar ainda que simbolicamente as vítimas das violações dos direitos humanos. Nessa conjuntura muitas discussões sobre patrimônio, o direito à memória e construção da verdade, a preservação da resistência ao regime militar, o amparo simbólico das vítimas e familiares dos mortos e desaparecidos políticos emergem como necessários ao debate científico da época, assim como a incorporação de políticas públicas para atender a essas demandas, porém como dito acima no caso da Casa da Morte existe um forte impasse e disputa por memórias em relação ao atual proprietário e os movimentos sociais. Desde já adianto que a luta por desapropriação, tombamento e transformação da Casa da Morte em Centro de Memória, Verdade e Justiça sofreu mudanças a partir do novo contexto político e social que se desencadeia no Brasil a partir de uma onda antipetista e atiesquerdista (MOTTA,2016) que busca desvalidar as políticas criadas para a

⁶⁵PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella val de Chianna. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV

manutenção da memória dos que resistiram ao Governo Militar, surge inclusive Jair Messias Bolsonaro afirmando em público que tortura nunca existiu durante o Regime Militar e passa a exaltar figuras de torturadores, ganhando a simpatia de grande parcela da sociedade, levando o Brasil a um conservadorismo. Tais desdobramentos serão trazidos a discussão a partir de agora no capítulo III.

CAPÍTULO III

A Casa da Morte: O Desejo de Um Lugar de Memória E As Disputas em Torno De Um Mesmo Objeto

3.1 Uma Reflexão Sobre a Concepção de Patrimônio

Durante o período que pesquisei sobre os movimentos sociais, no recorte temporal compreendido entre os anos de 2010 a 2019, foi possível diagnosticar o desejo comum de todos os movimentos sociais, incluindo a Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, de desapropriar, tomba e tornar a Casa da Morte um Centro de Memória, Verdade e Justiça, um patrimônio cultural. Esse tópico será composto de uma breve discussão com autores que dialogam com o conceito de patrimônio.

A Casa da Morte é muito importante para a sociedade de Petrópolis e do Brasil, de uma forma geral. Ela merece ter o devido reconhecimento e virar museu, virar um patrimônio da cidade. Não só o CPL, mas acredito que todos estão lutando para isso. É nosso dever, em memória dos que foram torturados e assassinados, principalmente Inês Etienne Romeu. Por isso todo esse alarde, esse barulho nas ruas, na internet em todo lugar.⁶⁶

O termo patrimônio remete a noção de um sistema de propriedades de uma pessoa jurídica e nesse sentido carrega um grande peso na categoria da própria ação e intenção jurídica. O patrimônio cultural pode ser conceituado como um conjunto que reuni bens culturais que devem ser preservados. Os monumentos eram construídos com a função de celebrar e eternizar a memória dos ancestrais para as gerações futuras, um sinônimo de memória. (CHUVA; TEIXEIRA; LEAL,2013).

Preservar a memória de fatos, pessoas ou ideais, por meio de constructos que as comemoram, narram ou representam, é uma prática que diz respeito a todas as sociedades humanas. E, pode-se dizer, um universo cultural e é essa função memorial que está por trás da noção de monumento em seu sentido original. Conceito, aliás, que se encontra vinculado ainda a uma produção simbólica, à instituição de um objeto como monumento por um grupo e à capacidade deste de atuar sobre a memória coletiva. (SANT'ANNA, 2003, p.46)

A noção de monumentos históricos começou a ser constituída a partir da Revolução Francesa⁶⁷ em resposta as ameaças de depredação dos prédios históricos que vinham ocorrendo na França, pode-se dizer que eles acabam ocupando o lugar de testemunhas da história ou até mesmo de celebrações em que estamos inseridos ou nos identificamos de alguma maneira, possuem a forte função de testemunhas da história ou até mesmo de celebrações com as quais possuímos relação, muitos monumentos com aspectos de rememoração, homenagem ou celebração conseqüentemente se transformam em monumentos históricos. Os monumentos

⁶⁶Trecho de entrevista cedida a mim, por Diogo Graça, líder do CPL em 23 de janeiro de 2021.

⁶⁷A Revolução Francesa representa um período fundador essencial, não apenas da história nacional daquele país, mas da humanidade, os acontecimentos de tal revolução criaram o conceito de Antigo Regime para exprimir o corte entre um antes sem volta e um depois. É aberta a concepção de um caminho para a modernidade. Ocorreu entre 1789-1799.) (VOLVELLE,2019).

históricos estabelecem uma separação entre a tradição e a memória, e podem ser concebidos como “filhos da modernidade”. Nem sempre apenas o passado necessita legitimar-se por meio de documentos, o presente por vezes também faz esse apelo e procura conserva-se por meio de documentos escritos. (BELLOTO, 2006).

Na Europa durante o século XVIII, surge uma nova categoria de pensamento em relação a ideia de patrimônio, que passa a ser entendida por meio da prática das coleções, estando ligados a objetos que em algum momento perderam sua utilidade social, porém, ainda possuem algum significado. O conceito de patrimônio possui relação direta com a concepção de monumento histórico e das coleções. (CHUVA; TEIXEIRA; LEAL, 2013).

Existe um processo para que um objeto seja transformado em monumento histórico, por meio de uma seleção necessária influenciada por noções políticas, culturais e sociais ocorre a transformação em patrimônio histórico. Na prática o tombamento seria o ato oficial que atribui valor cultural a um bem. Nessa dinâmica é importante lembrar o conceito de memória coletiva abordado por Halbwachs, que a define como uma representação dos grupos sociais com objetivos de mantê-los coesos e unidos. (CHUVA; TEIXEIRA; LEAL, 2013).

O Decreto-Lei 25/1937, que organizou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dispõe que a União manterá, para a conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, tantos quantos museus forem necessários, devendo providenciar no sentido de favorecer as instituições de museus estaduais e municipais. (Capítulo V – disposições gerais; artigo 24).

O patrimônio material pode ser considerado todo monumento histórico consolidado como prédios, centros históricos, sítios urbanos e arqueológicos, e são enquadrados como bens imóveis. A concepção da ideia de patrimônio está fortemente associada a questão da formação dos Estados-Nação, o patrimônio que se desejava preservar era um patrimônio idealizado em princípios nacionais, para rememoração do passado de uma nação. As primeiras legislações de preservação surgiram na Europa no século XIX e priorizavam os monumentos históricos tidos como importantes que eram os que de alguma forma marcavam e evocavam o passado de uma nação. (CHUVA; TEIXEIRA; LEAL, 2013). Pierre Nora, o historiador dos lugares de memória aponta para a maneira como esse fenômeno ocorre na sociedade:

À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história. O sagrado investiu-se no vestígio que é sua negação (NORA, 1993, p.15).

Com as intensas mudanças ocorridas no mundo ocidental a partir do século XVIII novas noções e concepções passaram a ser atribuídas a categoria de nação e nacionalidade. Alguns acontecimentos foram preponderantes ao longo da História para que tais noções passassem a ser vistas sob uma outra ótica como: a Revolução Francesa, ascensão da burguesia, o ideal liberal, a queda da monarquia e novas formas de classificação social. Nesse contexto o conceito de cidadão ganha peso e o homem passa a ser visto como um indivíduo de direitos e deveres. (CHUVA; TEIXEIRA; LEAL, 2013).

As constantes destruições de monumentos que representavam a monarquia e seu poder estamental, durante a Revolução Francesa, foram uma forte motivação para a elaboração das primeiras formas de defesas teóricas e práticas de monumentos históricos, assim o estabelecimento e criação de museus estariam relacionados a espaços com a função de armazenar tesouros ameaçados da nação. Dessa maneira de forma gradual nascia na França a necessidade de se preservar um legado cultural que devia ser guardado e valorizado como uma espécie de testemunho do passado, uma consciência de se preservar o que havia acontecido no Antigo Regime ganha força a partir de 1795, tendo como forte consequência ações de preservação e a criação dos museus. De acordo com Le Goff (1990):

O papel essencial do museu é, em relação ao patrimônio cultural, de acordo com o Icom (1956), o de proteger os bens móveis incluídos em seu acervo. O decreto do Ibram reafirma o papel dos museus na guarda e proteção dos seus acervos de bens móveis. Os documentos, reunidos em arquivos são a materialização da memória de povos, sociedades e Estados. Nesse sentido, o documento não é apenas uma fonte de informação, mas também um suporte de memória, ou seja, é a base material na qual se registra a memória. (LE GOFF, 1990).

A partir de 1830 a importância de se recordar o passado é retomada através da preservação de materiais, relíquias, monumentos históricos, peças arqueológicas e concepções de proteção de obras e monumentos que representassem o patrimônio de uma civilização. A partir do século XVIII cresceu a noção de necessidade de desenvolvimento e progressão para uma sociedade mais civilizada. A civilização ganha a noção de espaço de maior símbolo de progresso da humanidade. Nessa conjuntura a necessidade de se preservar o patrimônio fica mais forte, por trazer a ideia de homem civilizado e conscientizar sobre uma ruptura com o passado, demonstrando avanço e noções de progresso, formando um homem culto, tolerante, hospitaleiro, urbano e cortês. (CHUVA; TEIXEIRA; LEAL, 2013).

Com a memória se entrelaça o processo de construção das identidades dos grupos sociais e, por conseguinte, dos sujeitos. Respeitar o direito dos indivíduos de se lembrar do seu passado é uma maneira de assegurar a preservação e o fortalecimento de suas identidades culturais, constituindo sua subjetividade (SANTOS, 2007).

No início do século XIX surge a concepção de nacionalismo como forte influência ideológica, incorporando a ideia de nação como fator central para o progresso da humanidade. Nesse contexto a História surgiu como ciência e disciplina, bastante ligada a questão da preservação dos patrimônios, no ano de 1830 a França inaugurou a proteção do patrimônio seguindo a ela grande parte dos países que deram início a atividades de preservação. (CHUVA; TEIXEIRA; LEAL,2013).

3.2 O Patrimônio Cultural No Brasil

No Brasil a necessidade de implementar ações e instituições por parte do poder público, com a finalidade de preservação do patrimônio cultural surgiu nos anos 1920. O estabelecimento e institucionalização do Ministério da Educação e Saúde, criado em 1930, instituiu o Setor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a partir do surgimento de tal órgão o governo assumiu o dever de preservação do patrimônio cultural brasileiro, até 1970 ficou a cargo desse órgão a proteção dos monumentos históricos do país.

No Estado Novo, a institucionalização do patrimônio cultural estava diretamente relacionada as transformações pautadas na ideia de modernidade que se vivia na sociedade brasileira da década de 1920. A adoção de medidas para a proteção de patrimônio histórico e artístico buscou associar modernidade e tradição. Tais convicções eram concebidas pelos intelectuais que pretendiam compreender novas maneiras de ver e entender o Brasil, em uma ampla investida política e intelectual. “Ser moderno era ser autêntico, era valorizar as próprias raízes sem imitações. ” Duas importantes ideias de modernidade influenciam e se opõe na década de 1920. A primeira defendia que para ser moderno a cultura brasileira deveria equiparar-se a alta cultura europeia, outra valorizava justamente a cultura popular e as tradições arquitetônicas do período colonial brasileiro. (CHUVA; TEIXEIRA; LEAL,2013).

O patrimônio pode ser compreendido como referência de identidade de um grupo, assim é importante afirmar que a preservação desses bens materiais sejam edifícios, pontes, ferramentas, louças, móveis entres outros, se tornam vestígios, fontes históricas, documentos passíveis a interpretação, e tem se tornado fundamental nos últimos tempos. (CHUVA, 2013).

Conforme Milton Santos (1994) o lugar seria o lócus do intersubjetivo, do coletivo. É a extensão do acontecer solidário, em que se entende por solidariedade a obrigação de se viver junto. Desta forma na construção da memória de um lugar deve se levar em conta um processo de memória compartilhada, a memória solidária, portanto uma memória que diga respeito a um grupo ou coletividade, nesta direção, uma memória coletiva. (HOFFMAN. p.36.2015).

O acesso aos arquivos contribui para o avanço do processo de construção do conhecimento histórico, ao passo que possibilita aos cidadãos acessar e conhecer as informações neles contidos, que podem auxiliar para esclarecer e aprofundar as lembranças dos indivíduos. Michel de Certeau (2002, p.77) discute que os lugares permitem e restringem as produções da história, possibilitando algumas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas semelhantes e, por outro lado, impossibilitando outras. Somente ampliando esse acesso, se torna possível a construção de um conhecimento histórico-crítico possível e qualificado capaz de trazer maior respeito pelas memórias coletivas de um determinado grupo social. (NORA, 1993).

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. [...] Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história. (NORA.1993, p. 8-9).

Compreendendo o patrimônio dentro de suas muitas atribuições e funções, têm-se que reafirmar seu papel social, político, econômico e obviamente de um documento histórico a ser preservado, objetivando a produção de conhecimento a respeito das sociedades humanas. Em sua lógica mais pública os patrimônios no sentido de lugares se colocam como espaços de apoio ou comemoração de acontecimentos que o sujeito pode ou não ter vivido. Esses lugares acabam ganhando a função de suporte de acontecimentos vivenciados por um grupo ou coletividade a qual se possa pertencer. Lugares distantes ou fora da realidade de espaço-tempo do indivíduo, também contribuem para que ocorra a construção de espaços essenciais para a memória de um grupo. É fundamental compreender que a noção essencial de referência da memória de um dado grupo acaba estando relacionada a durabilidade da materialidade desses espaços. (HOFFMAN. p.64.2015). O pesquisador Ulpiano Meneses faz uma importante reflexão no que diz respeito ao tema de patrimônio material:

Por se tratar de processos cognitivos encarnados (embodied cognitive processes), estão eles [os artefatos] marcados por uma inserção física no universo material. A

exterioridade, a concretude, a opacidade, em suma, a natureza física dos objetos materiais, trazem marcas específicas à memória [...]. Basta lembrar que a simples durabilidade do artefato, que em princípio costuma ultrapassar a vida de seus produtores e usuários originais, já o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente (MENESES, 1998, p.90).

Regina Abreu avança na compreensão em relação à categoria de patrimônio e mostra que os lugares de memória vão além da questão da materialidade e monumentalidade, podendo estar incluídos registros, artefatos dos mais diversos, eventos e comemorações. (ABREU,2010).

Os museus, os memoriais ou centros de memória, são espaços físicos e mantêm características delimitadas, tem consigo um inegável potencial de materialização da memória. Eles auxiliam para que haja a rememoração e a preservação de uma pluralidade de narrativas e também são capazes de estabelecer significados e produzir novas significações no campo da memória. (HOFFMAN. p.64.2015).

Nesse aspecto é preciso discutir os lugares que de alguma forma representaram traumas, dores, torturas, prisões, assassinatos, violência, afecção dos direitos humanos e que se tornam ao longo do tempo verdadeiros patrimônios de uma memória traumática e com fins de se evocar uma memória de resistência, como no caso da Casa da Morte.

3.3 Os Locais Que Representaram O Horror. A Casa Da Morte Em Petrópolis Um Patrimônio da Resistência

Inês Soares (2015) em seu artigo publicado na obra “O direito achado na rua, vol.7. Introdução crítica à Justiça de Transição na América Latina”, faz uma interessante pergunta em seu título: “[...] por que preservar locais que lembram o horror? ” (SOARES, 2015).

Desde o retorno à democracia, o Estado e a sociedade em especial as vítimas sobreviventes e os familiares dos mortos e desaparecidos políticos fazem ações e usam ferramentas para a revelação dos acontecimentos mais cruéis do Regime Militar no Brasil com o objetivo de reparação do sofrimento das vítimas e de seus familiares. (SOARES, 2015).

No cenário brasileiro, mesmo antes do fim da ditadura já havia uma importante movimentação dos familiares e defensores de direitos humanos para denunciar as perseguições, as torturas, os desaparecimentos e os assassinatos dos opositores ao regime exigindo respostas do Estado. As ações continuaram na democracia com bandeiras de justiça, memória e verdade carregadas por grupos de vítimas e de familiares e com o passar dos anos incorporadas na agenda de direitos humanos do Governo. (SOARES, 2015).

Os espaços físicos onde as violências foram cometidas sempre integraram as narrativas das vítimas e de seus familiares, dando ênfase nas políticas públicas e com relevância para o tema dos Lugares de Memória e Memoriais. (SOARES, 2015).

O projeto “Brasil Nunca Mais” (1979/1985) dirigido por Dom Evaristo Arns e pelo reverendo Wright resultou em um rico acervo sobre as práticas de terror cometidas pelo Governo Militar baseadas em documentos do Superior Tribunal Militar (STM) e na publicação do livro homônimo. (SOARES, 2015).

A propositura de ação ordinária na Justiça Federal, em 1982 pela qual familiares de desaparecidos na Guerrilha do Araguaia cobravam a localização e o traslado dos restos mortais de seus entes queridos, a expedição de certidão de óbito e a entrega de informação oficial pelo Ministro da Guerra acerca das atividades militares na região e as circunstâncias dos desaparecimentos, além da identificação pelas vítimas dos locais das práticas de violações aos direitos humanos e o reconhecimento oficial desses mesmos lugares surge juntamente com o funcionamento da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei nº9.140 de 1995) e a Comissão de Anistia (Lei nº10.559, de 2002). (SOARES, 2015).

O acervo produzido por essas comissões permitiu a identificação não apenas dos locais onde ocorreram os crimes, mas também a revelação pública do circuito espacial de horror pelo qual alguns presos políticos eram submetidos. O tópico 28 das recomendações do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade aponta a necessidade de adoção de medidas para a preservação da memória das graves violações de direitos humanos ocorridas na ditadura e dispõe que tais ações devem resguardar entre outras funções: a preservação, restauração, assim como promoção, tombamento ou a criação de traços de memória em imóveis urbanos e rurais em que aconteceram violações de direitos humanos. (BRASIL, 2014, p.974, conforme citado por SOARES, 2015).

No cenário brasileiro, mesmo antes do fim da ditadura, já havia uma importante movimentação dos familiares e defensores de direitos humanos para divulgar as perseguições, as torturas, os desaparecimentos e os assassinatos dos opositores do regime e para exigir respostas do Estado. As ações continuaram na democracia, com bandeiras de justiça, memória e verdade carregadas por grupos de vítimas e de familiares, com o passar dos anos, incorporadas na agenda de direitos humanos do Governo. (SOARES, p.302, 2015).

No âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos a Corte Interamericana de Direitos Humanos entende que a criação e a manutenção de Lugares de Memória são uma maneira de reparação simbólica às vítimas e uma medida de garantia da não repetição, visto

que esses espaços tem o poder de comunicação com as gerações futuras. No Brasil não existem dúvidas de que na visão da Constituição brasileira, especificamente no artigo 16 os Lugares de Memória apresentam elementos constitutivos, traços diferenciados e valores de referência e são locais que se enquadram na categoria de bens integrantes do patrimônio cultural brasileiro, fortemente ligados a identidade, a memória e a ação do povo brasileiro que podem ser tutelados por todos os instrumentos protetivos dos bens culturais, sejam pelos nominados como tombamento, desapropriação, inventário etc., sejam por outras formas de acautelamento inominados. (artigo.216 §1º, conforme citado por SOARES, 2015).

O patrimônio cultural edificado pode ser pensado enquanto suporte da memória social, ou seja, os edifícios e áreas urbanas de valor patrimonial podem ser tomados como um ponto de apoio da construção da memória social; como um estímulo externo que ajuda a reativar e reavivar certos traços da memória coletiva em uma formação sócio territorial. (MESENTIER, 2006: 3)

No Brasil desde o Decreto nº25, de 1937, conhecido por Lei de Tombamento, é possível protegerem-se os bens materiais pela memória que apresentam, inclusive as lembranças vinculadas às graves violações aos direitos humanos. (SOARES, 2015).

A memória é um campo de disputas políticas em que o embate entre lembrança e esquecimento estão sempre presentes, o que lembrar, o que esquecer ou a quem interessa manter determinadas lembranças, ou até mesmo conservar na escuridão dos esquecimentos outras tantas, existe sempre um jogo de forças entre memória e poder. (FERRAZ, SCARPALLI, 2017). “Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento. O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento da sua vulnerabilidade a ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável” (Chagas, 2003:141, conforme citado por FERRAZ, SCARPALLI, p.06, 2017).

O campo do memorável é marcado pela seletividade, seja de maneira consciente ou inconsciente, escolher o que lembrar é antes de tudo uma ação política. A memória não é algo dado, mas construído por sujeitos e grupos em funções de preocupações pessoais e políticas do presente. (FERRAZ, SCARPALLI, 2017).

Um conflito entre a memória individual e a memória dos outros, mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais e particularmente em lutas que opõe grupos políticos diversos. Nesse sentido a memória e o patrimônio também constituem um campo de disputas políticas em que poder e resistência, memória, esquecimento e silêncio tornam-se presentes o tempo inteiro. (FERRAZ, SCARPALLI, 2017).

Nas palavras de José Reginaldo Gonçalves (2003) “patrimônio” está entre os termos que usamos frequentemente no cotidiano e seu conceito deve ser compreendido como uma categoria de pensamento essencial para a vida social e mental seja qual for a coletividade humana, entender o conceito de patrimônio como categoria de pensamento abre um leque de possibilidades. (FERRAZ, SCARPALLI, 2017). “O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir [...] Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas” (GONÇALVES, p.27.2003).

O patrimônio perdeu sua função meramente contemplativa, ele passou a estabelecer uma relação dialógica com os indivíduos e com a sociedade, levanta questões, interroga, problematiza, ou mesmo em silêncio, imóvel ele produz significados e (re) significados. Pode ser considerado um espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos e de inserção das vozes silenciadas ou dissonantes. “O patrimônio cultural serve, assim, como recurso para produzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição de bens”. (FERRAZ, SCARPALLI, p.03 2017).

O conceito de patrimônio torna-se importante para aqueles que até então não possuíam espaço de inscrição de sua fala e de suas memórias. Muitos movimentos sociais têm desenvolvido práticas diferenciadas e destinadas a construir sua memória, preservando registros cheios de significados sob a ótica de sua identidade social e cultural. Arquivos comunitários se proliferam e pessoas transformam-se em verdadeiros guardiões da memória, preocupados em guardar tudo que faça alguma referência ao passado e a história da comunidade. (FERRAZ, SCARPALLI, 2017).

As lutas por reconhecimento da memória dos movimentos sociais foram aos poucos promovendo uma mudança na agenda pública e ganhando espaço nas instâncias de poder. O patrimônio passa a ser pensado como uma relação entre sociedade e cultura, nesses contextos é que nascem museus e centros de memória de grupos. As comunidades acabam apropriando-se do museu utilizando-o para o bem coletivo, o museu assume o papel de instrumento de luta, de reconhecimento de identidades e diferenças. (FERRAZ, SCARPALLI, 2017).

O objetivo central da preservação da memória política da ditadura militar no Brasil deve ser fundamentalmente o de superação de traumas que ainda atingem indivíduos e grupos que experimentaram violências do estado ditatorial, assim tal medida se torna um importante passo para a superação e a reparação moral e jurídica. A manutenção da memória política do período militar também deve exercer a função pedagógica no sentido de ser compreendida como uma

lição para as próximas gerações, para que nunca mais venha acontecer as atrocidades do passado. (FERRAZ, SCARPALLI, 2017).

Essa preservação deve levar em consideração que o significado da memória política é o de luta social. Consagrar o patrimônio que tenha como função apenas ressaltar a presença do Estado opressor, negligenciar as experiências daqueles que se opunham ao Regime ou ofuscar o seu poder político naquela época e hoje, é acentuar apenas o lado frio da memória, desconecta-la de sua representatividade, de sua luta política e das relações sociais que se estabeleceram. É também colaborar para a perpetuação do trauma de centenas de indivíduos que foram vítimas do Regime Militar e cruzar os braços para as centenas de novas vítimas que diariamente surgem. (FERRAZ, SCARPALLI, p.06, 2017).

Joana D' Arc Ferraz e Carolina Scarpalli (2017), defendem que existe uma forma de interesse que vem da elite política conservadora, uma disputa entre a memória oficial ou de maior aceitação e a não oficial ou de conflito. Pode-se dizer que há uma perceptível intenção no grupo que assume a pauta da memória oficial um desejo de não tocar profundamente nesse assunto. A política de preservação da memória do regime militar no Brasil tenta trabalhar com um consenso, que é pautado em interesses das elites políticas conservadoras e estruturalmente estabelecido pelos meios de comunicação, sendo esses meios de massa controlados por grupos elitistas que apoiaram a ditadura e que hoje mudaram de posição e curiosamente defendem a democracia. (FERRAZ, SCAPARLLI, 2017).

A política de consenso não tem o objetivo de aprofundar-se nas questões da reparação moral e jurídica, e também não busca trazer a toda a sociedade os acontecimentos do regime ditatorial. O Brasil é o único país da América Latina que ainda não levou a júri os militares que cometeram crimes de tortura, assassinatos e desaparecimentos, sendo esta uma das grandes lutas dos ex-militantes. (FERRAZ, SCAPARLLI, 2017).

Registrar as memórias dos militantes políticos que fizeram oposição à ditadura militar entre 1964 e 1985 e trazê-las para o espaço público seja no suporte museal, ou na forma de monumento, memorial, seja em seminários, livros didáticos ou sessões públicas da Comissão de Anistia colabora para pensarmos a própria concepção de patrimônio e sua preservação em que o Estado não deve e não pode colocar-se como centro de onde se define e irradia a memória “pois ao fazê-lo, destrói a dinâmica e a diferenciação interna da memória social e política; não pode ser produtor da memória nem o definidor do que pode e deve ser preservado” (CHAUÍ, 1992, p. 45, conforme citado por FERRAZ, SCAPARLLI, 2017).

Por uma ótica democrática a demanda do que é possível de preservação deve vir dos grupos sociais da sociedade para o Estado e não o contrário. Nesse sentido o Estado agiria como mediador, atento às diferenças das memórias, já que o reconhecimento do direito ao passado está ligado a uma concepção mais ampla de cidadania. (FERRAZ, SCAPARLLI, 2017).

“É, portanto, a partir de uma reflexão sobre a função de patrimônio e de uma crítica a noção de patrimônio histórico e artístico, que se passou a adotar – não só no Brasil – uma concepção mais ampla de patrimônio cultural, não mais centrada em determinados objetos – como, por exemplo, os monumentos –, e sim numa relação da sociedade com a cultura” (FONSECA, 2003, p.67).

A reparação moral e jurídica de indivíduos que se opunham ao regime é uma luta que se insere na dimensão da memória, lutas pela abertura de arquivos e pelo reconhecimento oficial do Estado pelas perseguições, torturas, mortes e desaparecimentos, assim como o julgamento de torturadores e a localização dos corpos de inúmeros militantes nunca achados. Pode-se afirmar que a reparação segue a ideia de inscrever uma outra memória social, é desvelar silêncios, tirar o véu do esquecimento, pensar em reparação entra em processo mais amplo, importante para o registro da História. (FERRAZ, SCAPARLLI, 2017).

Pensar na preservação da memória política da ditadura militar é levar em conta que a memória política está diretamente relacionada a luta social, sendo o patrimônio compreendido como um campo de disputas pela memória ou pelas memórias no plural em que o conflito entre lembrar e esquecer estão sempre presentes. (FERRAZ, SCAPARLLI, 2017).

Os lugares de memória são um caminho fundamental para a efetividade dos direitos humanos e, no ordenamento jurídico brasileiro, podem ser conceituados como bens culturais com a função de reparação simbólica das vítimas e a produção de conhecimento para a sociedade. No PNDH³, a Diretriz 24 (Preservação da Memória Histórica e a Construção Pública da Verdade), aponta para a criação e manutenção de museus, memoriais e centros de documentação sobre a resistência à ditadura militar como uma forma estratégica que motive a preservação da memória e a construção pública da verdade sobre períodos ditatoriais. (QUINALHA, SOARES, 2011).

Apenas por meio da conjunção dos vários suportes, ergue-se uma memória coletiva que se torna tanto mais pública e democrática quanto mais envolvente e participativa. A produção de memórias, a preservação de um local como lugar de memória, o estabelecimento de datas comemorativas, a criação de museus com temas que busquem advertir sobre a repetição das atrocidades ou outras maneiras de homenagem de vítimas são iniciativas de memorialização. (QUINALHA, SOARES, 2011).

Os atos de memorialização são fundamentais para a sociedade por trazerem a conhecimento público os atos de violência (ou passado violento). A percepção da importância e necessidade da memória começa a ser sistematicamente incorporada, explorada e destacada após a Justiça de Transição ou o retorno à democracia, nos debates teóricos e no que se refere a políticas públicas, apesar da memória sempre ter sido uma pauta fundamental para os direitos humanos e para os movimentos democráticos. (QUINALHA, SOARES, 2011).

Os chamados Lugares de Memória servem como mecanismos extrajudiciais para reparação simbólica das vítimas da ditadura e da sociedade, possuem potencial que atinge também o Estado que por meio da implantação e gestão desses locais pode expressar pública e oficialmente seu repúdio as violações cometidas por seus agentes e ao negacionismo. Em linhas gerais e uma definição mais aberta, o Lugar de Memória é um espaço para cumprir uma função específica no Estado democrático, com a participação da sociedade, podendo ser considerado um bem cultural, deve exercer objetivos democráticos atribuídos a essa categoria de bens. (QUINALHA, SOARES, 2011).

Os Lugares de Memória têm um sentido mais claro e direto sob a ótica da gestão e uso de instrumentos protetivos dos bens culturais para dar possibilidades de conhecimento da verdade a sociedade brasileira e para a consolidação de uma reparação simbólica das vítimas da ditadura militar. Assim a essência da criação e gestão de um lugar de memória segue a ideia de rompimento com a lógica do silenciamento, valorizando as vítimas e dando abertura para construção de memórias e ações que não aceitem de modo algum que as graves formas de violações aos direitos humanos ocorridas no passado voltem a acontecer. (QUINALHA, SOARES, 2011).

No mais, a menção a um Lugar de Memória facilmente se vincula à previsão constitucional dos espaços destinados à manifestação cultural (art. 216, inc. IV) ou dos sítios de valor cultural ou de interesse arqueológico como bens integrantes do patrimônio cultural brasileiro (art. 216, inc.V). Por isso, o termo Lugar de Memória também delimita com maior clareza o bem que se deseja proteger, permitindo uma atuação administrativa que lhe destine verbas orçamentárias específicas, que caracterize seus elementos constitutivos, seus traços diferenciadores e até mesmo seus valores de referência que o ligam à memória, à identidade e ação do povo brasileiro. (QUINALHA, SOARES, p.08, 2011)

No Brasil o mais destacado exemplo de Lugar de Memória é o Memorial da Resistência em São Paulo capital, integrando a Estação Pinacoteca que se localiza no prédio inaugurado em 1914 que foi ocupado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) durante a ditadura militar, esse espaço é o único do país que participou da Rede Latinoamericana de Sítios de Consciência, recebendo aproximadamente sete mil visitas por mês. O programa museológico

do Memorial tem as seguintes linhas de ação: Centro de Referência, Lugares da Memória, Coleta Regular de Testemunhos, Exposições. Ação Educativa e Ação Cultural. (QUINALHA, SOARES, 2011).

A desapropriação é uma situação de excepcionalidade ao direito à propriedade, sua necessidade decorre da presença de interesse público no bem (móvel e imóvel) que integra a memória coletiva do período referente a ditadura militar. A desapropriação da Casa da Morte somente se justifica se houver uma expectativa fundamentada de que a assunção do bem pelo Poder Público trará rentabilidade para o processo de justiça de transição brasileira, com a multiplicação das ações educativas, informativas e com a valorização da memória, vantagens que não seriam alcançadas com a manutenção da propriedade privada. (QUINALHA, SOARES, 2011).

O tombamento é um procedimento administrativo no qual o Estado reconhece que o bem é portador de valores culturais e determina a preservação de seus elementos, garantindo a não destruição do imóvel. Os regimes autoritários latino-americanos adotaram lógicas repressivas que passavam fundamentalmente pela exclusão, pelo esquecimento e pelo aniquilamento das diferenças e dos grupos ou indivíduos que as personificam. Assim a discussão sobre lugares de memória está relacionada com a pauta dos direitos humanos (por serem locais de inserção para grupos vulneráveis) e também com a responsabilidade da memória da dor como bem cultural imaterial (forma de expressão). (QUINALHA, SOARES, 2011).

No plano jurídico, a sua proteção se justifica não somente porque são instrumentos de direitos humanos, mas porque são bens culturais que se caracterizam como um conjunto formado por espaço geográfico e bens culturais (memória do passado violento) que estão interligados por uma base temporal, que vincula os elementos atuais ao passado de graves violações aos direitos humanos. (QUINALHA, SOARES, p.10, 2011).

Grazielly da Silva (2017) defende que devemos sim prestar homenagens aos que lutaram contra a Ditadura Militar, de forma constante. De acordo com a autora devemos nosso regime democrático a ação dessas vítimas, existindo um dever de memória aos que se posicionaram contra os autoritarismos. Silva ainda faz menção a constante evocação dessas memórias dos resistentes constantemente acompanhadas por um discurso de risco e talvez de medo da volta da ditadura, medo de esquecer, medo do fim das conquistas democráticas alcançadas, sendo esses medos cada vez mais tratados com a ideia de fortalecimento da democracia. (SILVA, 2017).

Recentemente no contexto do governo do presidente Jair Bolsonaro, a partir de 2019, é possível observar um verdadeiro retrocesso e desmonte de políticas públicas de memória ligadas à Justiça de Transição que estavam sendo construídas há pelo menos três décadas, reforçando a incompletude no campo dos direitos humanos. Esse fenômeno vem sendo acompanhado por forte revisionismo ou negacionismo relativo ao período da ditadura militar. (ALMEIDA, ESTEVEZ, 2020).

O patrimônio segue nesse contexto o sentido de possuir um potencial de servir como agente da mudança social em favor da diversidade, da solidariedade e do respeito aos direitos humanos, constituindo-se como um mecanismo educativo, capaz de oferecer lições para o futuro. (ALMEIDA, ESTEVEZ, 2020).

No Brasil a legitimação da construção de lugares de memória voltados para a preservação da memória histórica do período ditatorial ganhou destaque com o PNDH³ que inclusive previu a ação intersetorial de ministérios e secretarias para a construção, preservação e manutenção de memórias, arquivos, datas comemorativas, monumentos públicos entre outros, assim nos territórios brasileiros, organizações e coletivos de direitos humanos retomaram ou alavancaram suas demandas pela construção de memoriais em relação ao período, seja através de pedidos de tombamento ou desapropriação por utilidade pública de antigos centros clandestinos e instalações militares, seja por editais públicos de financiamentos, seja de negociações políticas em diversas escalas da governança. (ALMEIDA, ESTEVEZ, 2020).

O processo de memorialização do período da ditadura militar no país deve ser entendido a partir da reformulação, ao menos em parte, dos termos do debate e da redefinição de posições ocupadas pelos atores envolvidos. Um dos caminhos mais utilizados no Brasil é o de solicitar o tombamento das edificações enquanto patrimônio municipal, estadual ou nacional, para que a partir daí se legitime o valor do bem cultural, sendo possível sua cessão aos grupos que os pleiteiam e a busca por recursos para a realização de seus projetos. (ALMEIDA, ESTEVEZ, 2020).

O processo de tombamento de um imóvel é atravessado por negociações e disputas que envolvem os militantes, agentes de memória, os órgãos de patrimônio, governos locais e nacionais, o Ministério Público Federal e agências internacionais. A articulação da memória política com a esfera pública no que diz respeito a construção dos lugares de memória da ditadura está imbricada com o campo do patrimônio, sendo a partir do trâmite burocrático e da avaliação técnica dos órgãos do patrimônio que o valor do bem a ser tombado é legitimado, seria a “retórica da resistência”, discurso ancorado na cultura dos direitos humanos e da justiça

de transição, buscando o fortalecimento dos valores democráticos do não esquecimento daqueles que resistiram a ditadura ou da verdade sobre a estrutura da repressão. (ALMEIDA, ESTEVEZ, 2020).

O processo de construção de políticas de memória e da justiça de transição por demandas para Lugares de Memória da ditadura não são lineares nem seguem fórmulas e agendas normativas, são processos de disputas e negociações que avançam e recuam a partir da realidade local e da correlação de forças entre os atores envolvidos. O patrimônio ligado a memórias traumáticas outorga valor reflexivo, pedagógico e simbólico aos episódios do passado, contribuindo para a construção de identidades resistentes e a conformação de valores democráticos, sendo esses lugares de memória uma oportunidade de transformação da memória traumática em arte e cultura, ampliando as violações ocorridas no período ditatorial para além do representado, estabelecendo identificação e empatia com os ideais de justiça social, solidariedade e democracia. (ALMEIDA, ESTEVEZ, 2020).

Inês Soares (2014), traz a reflexão o conceito de ação popular que seria o instrumento pelo qual qualquer indivíduo pode “anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural”, ação essa prevista na Constituição de 1988 em que o direito amparado é o da coletividade, mesmo que o autor da ação popular esteja no exercício de seu direito individual de acesso à justiça. No contexto atual a ação popular funciona como um remédio jurídico constitucional que legitima o cidadão como defensor do patrimônio público perante o judiciário. (SOARES, 2014).

A Constituição ampliou o objeto da ação popular para defesa de outros direitos fundamentais, como o patrimônio histórico e cultural. Com isso, há espaço para a intervenção direta do cidadão, em verdadeira possibilidade do exercício da cidadania participativa na correção das disfunções existentes nas tarefas de valorização e resguardo da memória das vítimas da ditadura militar ou dos Lugares de Memória. O autor da ação deve, contudo, caracterizar esses valores ou bens como bens culturais pertencentes à coletividade.⁶⁸

Na defesa do patrimônio público, sob a ótica da justiça de transição o cidadão pode propor a ação popular apontando a lesividade de práticas de diversas instituições públicas ao negar as violações aos direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar. Negar tal prática é uma afronta ao direito a memória e a verdade com dano direto e imediato as vítimas e a

⁶⁸ Ação popular: um exercício da cidadania ambiental? Antônio Herman V. Benjamin e Édís Milaré (coord.), Revista de Direito Ambiental 17, ano 5, jan.-mar., 2000, São Paulo, RT, p. 126-127.

sociedade. Nesse sentido o negacionismo é também uma ferida que atinge o patrimônio público e a moralidade administrativa, sendo primordial o esforço do Estado em cumprir obrigações ao retornar para a democracia. Apesar de sua potencialidade a ação popular não tem sido utilizada para debater o passado autoritário, evitar o negacionismo ou indicar formas alternativas de reparação simbólica. (SOARES, 2014).

Nas eleições de 2014 ano em que o Golpe de 1964 completou 50 anos, foi eleito o Congresso mais conservador desde a redemocratização, em 1985. Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), enquanto o número de parlamentares religiosos, ruralistas, militares e de outros grupos considerados retrógrados aumentou, a bancada de políticos comprometidos com a defesa de trabalhadores e de movimentos sociais foi reduzida. Por não terem sido investigados, muito menos punidos durante anos, os crimes da ditadura militar brasileira continuam desconhecidos e menosprezados por grande parte a população do país. (NEVES, VIEIRA, 2015).

Os lugares de memória na perspectiva de Pierre Nora (1990) são espaços de eternização de uma memória de um grupo que já não consegue mais ser evocada espontaneamente pela memória coletiva. Existe uma grande disputa entre o Estado e os movimentos sociais em relação à preservação do patrimônio histórico que faz alusão ao golpe militar brasileiro (1964-1985) no Rio de Janeiro. (CAMPOS, FERRAZ, 2018).

Os autores apontam para alguns aspectos importantes e necessários para uma possível política de luto e de resistência. Pensar o lugar político da memória do período da ditadura em nossa sociedade sem ignorar o passado é um passo fundamental para reparar as cicatrizes produzidas pelo esquecimento e pelo silêncio, podendo levar a reatualização dos traumas individuais e coletivos. (CAMPOS, FERRAZ, 2018).

As políticas de conciliação, características das políticas estatais da América Latina pautam-se principalmente pelo embate entre as memórias subterrâneas e as memórias produzidas pelo Estado. A coligação⁶⁹ que levou Lula e Dilma ao poder, manteve-se treze anos (2003 a 2016) e reunia mais de uma dezena de partidos, tal coligação conseguiu conduzir de forma articulada a política de preservação da memória da ditadura. (CAMPOS, FERRAZ, 2018).

A política de conciliação tem como principal objetivo produzir esquecimentos e silêncios, mais do que memória, nesse sentido o controle do esquecimento e do silêncio pode

⁶⁹ Os partidos da coligação petista para presidência, no segundo turno, em 2002, foram PT, PL, PCdoB, PPS, PDT, PTB, PSB, PGT, PSC, PTC, PV, PMN, PHS e PCB.

produzir novas tiranias. O grande problema não está em existir ou não memória, de se fazer seleção ou não seleção de memórias, mas sim em o Estado se colocar como o controlador da memória. (CAMPOS, FERRAZ, 2018).

Por patrimônio compreende-se uma multiplicidade de formas que a todo tempo têm seus sentidos reapropriados “Portanto trata-se, ao mesmo tempo, de um reconhecimento dessa pluralidade dos elementos que constituem o patrimônio, e de uma reflexão coletiva acerca dos movimentos das memórias e das identidades.” (JEUDY, 1990, p. 11, conforme citado por CAMPOS, FERRAZ, p.11, 2018).

A política de preservação da memória e do patrimônio deve ser entendida como resultado de uma “prática social e cultural de diversos e múltiplos agentes”. Pode-se dizer que a memória é política por excelência e, portanto, a noção de patrimônio engloba uma discussão ampla em toda a sociedade sobre o que “deve e “pode” ser memorável. (CAMPOS, FERRAZ, 2018).

Inês Soares (2014) afirma que o luto proporciona a possibilidade de dar continuidade a uma vida digna para as pessoas que de alguma forma são ligadas aos mortos e tem a capacidade de transferir as gerações contemporâneas e futuras a responsabilidade não só de estar atento no que diz respeito as práticas que agridem os direitos fundamentais, mas fundamentalmente de exigir do Poder Público o respeito ao direito à vida, aos pilares democráticos que mantêm a vida, aos modos de viver e à verdade. Assim o luto pelos desaparecidos políticos realça o direito coletivo de não repetição da violência e das práticas violadoras dos direitos humanos. (SOARES, 2014).

3.4 Uma Nova-Velha Tendência no Cenário Político, Cultural e Social Brasileiro

É importante abrir esse espaço para discutir a conjuntura contrária ao governo de esquerda que tem começo ainda no governo Dilma (PT), que como dito anteriormente, segundo pesquisas Lula (PT) antecessor de Dilma deixou a presidência com uma aprovação de mais de 80% da população, segundo dados do IBGE. Tal contexto de aversão as esquerdas acabou por favorecer o enfraquecimento da luta dos movimentos sociais pela desapropriação, tombamento e transformação da Casa da Morte em Centro de Memória, Verdade e Justiça, além da ascensão de Jair Messias Bolsonaro em 2018 à presidência da República, com um perfil de ex-componente do Exército Brasileiro, que em momentos claros durante depoimentos e entrevistas na mídia se mostra apoiador da tortura e defensor do Regime Militar, Bolsonaro com seu discurso ganha parcela significativa de apoiadores no Brasil, tais elementos serão melhores

discutidos nesse tópico. E os direitos conquistados pelos que resistiram a Ditadura Militar no Brasil, as políticas públicas de reparação simbólica às vítimas e familiares do terror de Estado entre outras pautas até então defendidas pelo Estado na Justiça de Transição, passaram a ser taxadas por significativa parcela da sociedade brasileira como “mimimi”, um “fricote das esquerdas”, mudando radicalmente o contexto de luta política nacional.

Em julho de 2013 o Brasil foi testemunha de uma grande mobilização popular, que ficou conhecida como as “Jornadas de Junho”, espalhadas em mais de 500 cidades brasileiras, as manifestações defendiam a luta contra a corrupção, a prisão de políticos corruptos independente de seu partido entre outras solicitações. Com participação massiva e grandes atos de rua, apontavam aumentos na tarifa dos transportes públicos, fim da violência policial, maiores investimentos em serviços públicos, assim como reivindicações trabalhistas e denunciavam falhas na democracia, tendo grande repercussão nacional.⁷⁰

Nas palavras de Cláudio de Souza as manifestações de junho de 2013 explodiram como uma forte indignação com os serviços públicos e com o sistema político de uma maneira geral, com considerável tendência no cenário brasileiro após a democratização. O fato dos índices de baixa credibilidade institucional levou a um claro distanciamento da política e de seu funcionamento em relação à cultura política. (SOUZA, 2016).

As manifestações de 2013 contra o PT apresentaram pontos de aproximação, além do que existe um confronto nesse contexto entre dois projetos políticos: o projeto neoliberal e o democrático participativo, tendo como forte efeito a radicalização do antipetismo resumido em um ódio de classe e grande rejeição ao Partido dos Trabalhadores. (SOUZA, 2016).

Consequências surgiram a partir das manifestações de 2013 como desconfiança nas instituições democráticas e grande reprovação dos políticos, reforçando uma guinada conservadora impulsionada pelo antipetismo. Um sentimento de mudança começa a pairar na

⁷⁰ O perfil dos manifestantes das Jornadas de Junho de 2013 foi majoritariamente jovem e de classe média. O índice de manifestantes com idade de 12 a 35 anos chegou a 82% em São Paulo, a 80% no Rio de Janeiro e a 84% em Belo Horizonte. Entre os manifestantes, o nível de escolaridade se demonstrou alto. Em São Paulo, apenas 1% dos manifestantes tinha apenas o Ensino Fundamental, 20% tinha concluído apenas o Ensino Médio, enquanto 78% tinha ensino superior (completo ou incompleto). No Rio de Janeiro, estes dados se mostraram mais homogêneos: 14% com apenas Ensino Fundamental, 52% com apenas Ensino Médio e 34% com Ensino Superior. No que tange à renda familiar, o perfil dos manifestantes das Jornadas de Junho foi o seguinte: no Rio de Janeiro, 34% recebia até 1 salário mínimo, 54% recebia de 2 a 5 salários mínimos e 10% recebia mais de 10 salários mínimos. Em Belo Horizonte, 20% recebia até 1 salário mínimo, 36% recebia de 2 a 5 salários mínimo e 21% recebia mais de 10 salários mínimos. Segundo André Singer, estes dados representam uma nova classe trabalhadora com maior grau de educação formal - fruto das políticas educacionais do governo petista -, mas que, ao fim e ao cabo, continua sob a influência da precarização do trabalho; fato que explicaria, uma alta escolaridade acompanhada por baixas rendas familiares. “Isso reforça a impressão de que havia, sim, um contingente de classe média nas manifestações, mas ele não respondia pelo todo.” (SINGER, 2013).

sociedade. O gigante havia acordado, milhares de jovens que nunca antes tinham participado de atos ou manifestações políticas foram as ruas. Contra “tudo o que está aí”, contra “a política”, contra “a corrupção”, contra “os gastos da Copa”, por melhores condições de saúde e educação. A indignação contra o aumento do preço das passagens de ônibus, metrô e trens em São Paulo transfigurou-se em uma insatisfação generalizada com a ordem política. (SCARTEZINI, 2016).⁷¹

Em 2015 após a reeleição da presidenta Dilma Rousseff (PT) o povo volta a ocupar as ruas, dessa vez com um claro antipetismo, solicitando o impeachment imediato da presidenta da República. As manifestações de 2015 trouxeram novidades no cenário político, pois além do projeto de rearticulação do neoliberalismo e a ocupação das ruas como forma de ação coletiva, esse acontecimento acabou por reforçar o crescimento do conservadorismo e uma culpa do PT de todos os problemas que assolavam o país, mesmo demandas que já se arrastavam desde governos anteriores. (SOUZA, 2016).

Escândalos de corrupção cobertos pela grande imprensa e o forte apoio da oposição das eleições de 2014, deram peso ao antipetismo que culminaram nas mobilizações de 2015. A presença do PT no poder era sinônimo de desconfiança nas instituições públicas. O perfil dos protestos de 2015 levam a crer que existe uma inegável conexão com as narrativas das manifestações de junho de 2013, e as manifestações de 2015, pautadas nas melhorias dos gastos públicos, combate à corrupção entre outros, encabeçada por eleitores que nunca deram apoio eleitoral ao PT, principalmente após a ascensão do lulismo⁷² em 2006. (SOUZA, 2016).

⁷¹ “Surge quase um cartaz por manifestante, o que leva a uma profusão de dizeres e pautas: “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”, “Queremos hospitais padrão Fifa”, “O gigante acordou”, “Ia ixcrever augu legal, maix fautô edukssão”, “Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação”, “Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio”, “Todos contra a corrupção”, “Fora Dilma! Fora Cabral! pt=Pilantagem e traição”, “Fora Alckmin”, “Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar”, foram algumas das inúmeras frases vistas nas cartolinas. Diversos outros temas também compareceram, como a atuação do deputado Feliciano (psc-SP) na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional 37, vetando a possibilidade de o ministério público fazer investigações independentes, o voto distrital e o repúdio aos partidos. Um pouco daquele “que se vayan todos” argentino de 2001 apareceu no ambiente. A depredação de edifícios públicos (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Congresso Nacional, Itamaraty) pareceu ser expressão de um clima de repúdio aos políticos em conjunto. (...)Na terceira e última etapa, que vai do dia 21 até o final do mês, o movimento se fragmenta em mobilizações parciais com objetivos específicos (redução de pedágios, derrubada da pec 37, protesto contra o Programa Mais Médicos, etc.). Por exemplo, em São Paulo, uma passeata contra o Projeto de Emenda Constitucional 37 reuniu cerca de 30 mil pessoas no sábado, 22. Na mesma tarde, em Belo Horizonte, perto de 70 mil pessoas protestaram contra os gastos para a Copa diante do jogo entre Japão e México. Ainda sob o impulso da força liberada na segunda fase, mas já separadas por inclinações diferentes, as manifestações começam a se dividir, como um rio que se abrisse em múltiplos braços no descenso da montanha.” (SINGER, 2013).

⁷² O lulismo em linhas gerais pode ser tido como políticas implementadas pelo ex-presidente Lula que atraiu o apoio dos mais pobres ao PT sem entrar em atrito com os mais ricos. (SOUZA, 2016).

Nesse sentido a erosão do apoio ao lulismo se condensa na baixa capacidade de diálogo do governo Dilma com a sociedade civil e suas ações desastrosas na economia, somando a isso o peso dos escândalos de corrupção no país como um malfeito “estruturalmente” petista. Os protestos de 2015⁷³ consolidam a crise do lulismo e o consequente avanço do projeto político neoliberal. (SOUZA, 2016).

A direita saiu as ruas nos dias 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto, com grandes mobilizações ocorrendo concomitantemente em vários estados do Brasil, esses protestos contaram com mais de duas milhões de pessoas, que exigiam em linhas gerais o fim da corrupção e o impeachment da presidenta Dilma. Palavras de ordem foram bradadas como “Fora PT” e “Lula nunca mais”. Influentes desde o final de 2013, alguns grupos de oposição à direita do governo despontaram em 2015, sendo organizadores das imensas manifestações, movimentos como “Vem pra Rua” (VPR), “Movimento Brasil Livre” (MBL) e “Revoltados Online” lideraram todos os protestos antigoverno. Muitos desses manifestantes favoráveis a intervenção militar, a volta da Ditadura no Brasil e uma extrema preocupação com a “ameaça comunista”, contribuíram para que o pedido de impeachment fosse o mais unânime. A direita organizou-se e avançou, ocupando as ruas promovendo grandes manifestações populares, tomando um espaço que vinha sendo ocupado fundamentalmente pelas mobilizações de esquerda, embora a história mostre ocorrências da direita na rua em diferentes períodos. (SCARTEZINI, 2016). Segundo Diogo Batista (2016)

Elas surgem em contextos históricos específicos, como são os casos do movimento integralista na primeira metade do século XX e dos movimentos por trás da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964, que serviu de base popular para o golpe militar. A novidade nesses movimentos está na defesa de um Estado mínimo, como é o caso do MBL e do VPR, e na forma como eles se apropriam das redes sociais, defendendo seus posicionamentos a partir de uma linguagem bastante acessível. (BATISTA, 2016).

Mateus Torres faz uma interessante reflexão ao dizer que assim como se colocava o governo Goulart como representante do comunismo, os governos do PT não fugiam a regra. (TORRES, 2017).

O Brasil ficou dividido em duas projeções econômicas e sociais, como assinala Sônia Martins (2016), a esquerda e a direita. O conservadorismo reacionário transmutou-se em “antipetismo”, a reeleição de Dilma Rousseff a Presidência da República é marcada pelo

⁷³ Mais de 70% dos manifestantes que saíram às ruas no dia 16 de agosto de 2015 em São Paulo são de cor branca, quase metade tem renda familiar superior a 7 mil reais mensais e cerca de 65% tem ensino superior completo (TRUFFI, 2015).

aprofundamento da crise econômica do país e pela disputa política. O avanço desse conservadorismo foi penetrando toda a vida social e o Estado brasileiro em suas três instâncias de poder: Executivo, Legislativo e Judiciário. E as instituições mais fundamentais da sociedade como religião, educação e a família. Efetivamente contra a esquerda de um modo geral. (LOPES, 2016).

O conservadorismo é um conceito extremamente ligado a processos e contextos históricos específicos, o termo tornou-se comum nos debates públicos brasileiros e mundial. Assim pode-se dizer que o conservadorismo se concebeu em resultantes de diferentes forças políticas atuais da crise brasileira. As manifestações de rua que culminaram no impeachment de Dilma Rousseff, em 2016 passaram por pelo menos três grandes ciclos de protestos: junho de 2013, o ano de 2015 e o ano de 2016. (ALMEIDA, 2019).

A sociedade brasileira está traumatizada e dividida. A sucessão presidencial seria um remédio para sarar os dois flagelos. Mas é improvável que algo seja remediado. São pequenas, muito pequenas, diminutas as chances de as urnas de 2018 produzirem a superação de traumas e a reunificação do país [...]. Em qualquer hipótese, a cizânia nacional sobreviverá à abertura das urnas. (SOUZA, 2018).

As eleições de 2018 elegeram Jair Messias Bolsonaro para a Presidência da República e o general da reserva Hamilton Mourão, que em muitos discursos cedidos a imprensa e nas redes sociais se colocam como apoiadores da Ditadura Militar e anticomunistas. O resultado final desse pleito eleitoral foi a entrada dos militares no centro do poder político por meio do voto popular. A partir de sua vitória Bolsonaro assume pautas dos costumes, agradando sobremaneira as forças cristãs do Congresso Nacional. (ALMEIDA, 2019).

Com um discurso contra a corrupção da velha política, a bandeira do antipetismo consolidou-se na candidatura de Bolsonaro para a presidência da República, sua eleição como tantas outras foi reflexo de situações conjunturais e de processos estruturais, ou seja, de performance individual e de dinâmicas coletivas. (ALMEIDA, 2019).

Criou-se uma veneração a ditadura militar como única forma de segurança e estabilidade econômica no país, passou-se a acreditar que a única salvação seria o retrocesso, nesse contexto as crises econômicas aumentaram a aceitação das ideias do militarismo.

Rodrigo Motta afirma que o anticomunismo voltou a ocupar lugar central no debate político brasileiro, sucedido de inúmeros eventos como quando a caravana do ex-presidente Lula foi recebida em alguns lugares com tiros e gritos “lincha que é comunista”, depois da paralização dos transportes rodoviários de maio de 2018 em que simpatizantes da ditadura

decepcionados por não terem conseguido nova intervenção militar chamaram de comunista até o comandante do Exército, o general Vilas Boas, depois dos votos de certos deputados a favor do impeachment de Dilma Rousseff no primeiro semestre de 2016, tal conjuntura permitiu entender o contexto de 1964 ou a imaginar a força de mobilizações das representações anticomunistas naquele momento histórico. (MOTTA, 2016).⁷⁴

A recusa integral ao petismo, de acordo com Sá Motta (2016), muito se assemelha a tradição anticomunista da qual eles se apropriaram para atacar os governos liderados pelo PT, desde os anos 1930 existe uma forte tradição anticomunista no Brasil, tornando-se perene no cenário da política brasileira. É possível afirmar que os valores anticomunistas tinham sua inspiração em três grandes matrizes distintas: Cristianismo, Nacionalismo e Liberalismo. (MOTTA, 2016).

A crença na ameaça comunista foi o tema mais importante na mobilização golpista, dessa forma o anticomunismo contribuiu para legitimar o novo regime, já que seus líderes usaram o perigo vermelho para convencer a opinião pública de suas ações autoritárias, isso no contexto de 1964-1985. Muitos passaram a partir das ações de 2013 ter repulsa ao Partido dos Trabalhadores e a Lula, um horror as esquerdas, sendo o lulismo psicopata devendo o petismo ser enterrado. O antipetismo bebe nas mesmas fontes do anticomunismo tradicional, nesse contexto os evangélicos de direita assumiram a frente das principais ações. (MOTTA,2016).

Argumentos anticomunistas já circulavam no final do século XIX, porém tornaram-se mais fortes após a Revolução de 1917, quando a Guerra Fria começou no fim dos anos 1940 já existia uma tradição anticomunista enraizada no Brasil, tanto nas leis quanto nas estruturas repressivas. Com a saída dos militares do poder e a redemocratização o perigo vermelho retornou de forma secundária no debate político e apareceu com menor frequência na pauta das manifestações públicas, por isso a força de mobilização anticomunista contra a candidatura de Dilma Rousseff em 2014 foi surpreendente, em certos momentos da campanha eleitoral era possível acreditar que o Brasil retornara a 1964, tamanho discurso contra o comunismo. (MOTTA,2016).

⁷⁴ “A esquerda brasileira — toda ela — é um bando de patifes ambiciosos, amorais, maquiavélicos, mentirosos e absolutamente incapazes de responder por seus atos ante o tribunal de uma consciência que não têm”; “deficientes mentais loquazes que orientam e dirigem o país”. CARVALHO, Olavo. *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. Rio de Janeiro: Record, 2013, p.102; 314; 322. “O embaixador José Osvaldo de Meira Penna certa vez disse: ‘Os marxistas inteligentes são patifes; os marxistas honestos são burros; e os inteligentes e honestos nunca são marxistas’.” CONSTANTINO, Rodrigo. *A esquerda caviar*. Rio de Janeiro: Record, 2013, p.16; 30.

¹⁶ MAINARDI, Diogo. *Lula é minha anta*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007, p.37; 49; 62; 88; 99.

¹⁷ AZEVEDO, *Op.cit.*, p.5; 7; 87;105.

3.5 Os Impasses Na Desapropriação E Tombamento. A Casa Da Morte E Suas Memórias Em Disputa

Como já mencionado, a Casa da Morte foi vendida na década de 1980 ao Senhor Renato Firmento de Noronha, que com sua família vive até os dias atuais no imóvel, fazendo o processo de desapropriação, tombamento e transformação da Casa da Morte complexo, pois Renato não compactua com as ideias e também luta por seus direitos de propriedade privada que tem sobre a casa, essa seção tem como objetivo expor os argumentos do proprietário e as disputas com os movimentos sociais.

No dia 18 de outubro de 2017 a CMVP apresentou ao Conselho Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico uma juntada de documentos atestando a veracidade do funcionamento da “Casa da Morte” como centro clandestino de tortura e terror de Estado na época do Governo Militar, nesse anexo continha os testemunhos de Inês Etienne Romeu, prestados a OAB em 1979 e outras referências.

Alguns fatos confirmam a existência da Casa a Morte, entre eles, o depoimento de agentes que atestaram o funcionamento da Casa da Morte em Petrópolis, encaixando-se com o que Inês disse em seus relatos. O livro “Memórias de uma Guerra Suja”, do delegado do DOPS no Espírito Santo, Cláudio Guerra, que relata sua passagem e função na Casa da Morte. Nessa obra ele descreve as atrocidades, torturas, violações aos Direitos Humanos e nomes de agentes envolvidos. Amílcar Lobo, que usava o codinome Doutor Cordeiro e cumpria o papel de médico do Exército na Polícia do Exército e DOI-CODI em seu livro “A Hora do Lobo, a Hora do Cordeiro” assume ter prestado serviços médicos a Inês Etienne Romeu na Casa da Morte.

Muitos outros agentes inclusive Adyr Fiuza de Castro, fundador do CIE reconhecem em depoimento a existência da Casa Da Morte, um dos principais carcereiros da Casa foi citado por Inês em seu testemunho a OAB, Camarão que até mesmo agentes que serviram a repressão atestam sua relação com o imóvel e a imprensa municipal consegue identificar sua presença constante em Petrópolis e sua relação corriqueira com Mário Lodders.

A Ação Declaratória movida por Inês contra a União em 1999, pleiteando que o Governo reconhecesse publicamente sua captura em 05 de maio de 1971, são também documentos comprobatórios que seguem na juntada enviada ao CMTPHCAP.⁷⁵

No dia 06 de junho de 2018, o atual proprietário do imóvel, o Sr. Renato Firmento de Noronha, também enviou um documento ao Conselho de Tombamento do Patrimônio, Cultural e Artístico de Petrópolis, assinado por seu advogado Marco Aurélio Pachá.

Nesse documento, haja vista, ter sido montado a partir do momento em que Noronha recebeu uma notificação a respeito do tombamento do imóvel (Casa da Morte), são apresentadas diversas razões para que haja uma impugnação do processo que levaria ao tombamento da Casa da Morte.

Renato por meio dos documentos entregues no processo mostra que possui profundos valores sentimentais dele e de sua família com o imóvel.

Assim, foi neste imóvel que o terceiro Impugnante juntamente com sua ex-mulher criaram os seus filhos, estabelecendo com o imóvel uma profunda relação sentimental, nascendo daí valores que constituem um patrimônio imaterial, formado de memórias de vida, hábitos, convivência com os vizinhos, ou seja, uma identificação natural com a casa e o local. (Processo Administrativo, 2018).

Além desse argumento sentimental, o processo defende Renato mostrando que o imóvel sofreu muitas modificações ao longo dos anos, sendo descaracterizado de seu estado original, denotando inviabilidade no tombamento do imóvel.

Em 1979, Renato estava com o objetivo de comprar um imóvel e formar uma família, com esforço financeiro, contando com vendas de bens e empréstimos, pagos durante um bom tempo Noronha compra o imóvel em questão. Sua filha Clarice tinha apenas dois anos de idade na época e Luís nasceu no ano seguinte.

“Com o passar dos anos, o terceiro Impugnante foi fazendo diversas modificações no imóvel em tela, buscando transformá-lo em um lar com conforto e aconchego para sua família.” (Processo Contraditório, 2018. p.02). Renato afirma nesse processo que fez muitas adaptações e mudanças no imóvel, e que foi nessa casa que com sua ex-mulher criou seus filhos, cultivando

⁷⁵Ver. PROVAS DOCUMENTAIS RELATIVAS AO PROCESSO DE TOMBAMENTO DO IMÓVEL CONHECIDO COMO “CASA DA MORTE”, APRESENTADO JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DE TOMBAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARTÍSTICO NA REUNIÃO DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

uma profunda relação sentimental com a propriedade e que junto com sua família experimentou as maiores alegrias de sua vida.

O proprietário vai ainda mais longe em seu depoimento e diz ter como expectativa principal usufruir, naquela casa da companhia de seus netos, para que eles possam sentir a mesma experiência vivida no local por seus pais. Essa história, chamada no documento de bela, construída pelos impugnantes vem sendo demasiadamente ameaçada com a intenção do tombamento.⁷⁶

Os impugnantes do processo de tombamento em sua concepção não veem razão lógica para o tombamento, ainda mais por ter sofrido muitas alterações, até mesmo na estrutura do imóvel. Segundo os escritos no processo a localização da casa também é ruim, situada em um quarteirão suíço, em uma rua estreita, sem saída, de difícil acesso e sem transporte público, distante do Centro Histórico da cidade e sugere que se a intenção é a criação de um Centro de Memória o melhor seria que fosse no prédio do Centro de Cultura, próximo à Câmara de Vereadores.

Diante disso, o processo de tombamento do imóvel em voga deve ser considerado **PREJUDICADO**, face as diversas modificações nele realizadas pelo terceiro Impugnante, usufrutuário do bem, as quais foram, inclusive objeto de regularização na Secretaria de Obras deste Município. (Processo Contraditório, 2018. p.06).

Reúnem informações e dizem que de acordo com estudos da Universidade Federal de Minas Gerais, existem mais de oitenta possíveis locais que serviram de centros de tortura no Brasil. “Porquê com tantos quer-se apenas tomar a Casa da Morte? Somente a família Noronha será “penalizada” por adquirir um imóvel sem ter noção de seu passado? ”. (Processo Contraditório, 2018, p.07

É levantada pela parte que não aprova o tombamento a incerteza de que a casa teria servido de fato como centro de tortura, tornando ainda mais complexo o tombamento. O processo critica o empenho da CNV e do MPF na luta pela desapropriação e tombamento da Casa.

Logo, a versão em que se baseia o MPF e a CNV é inverossímil, eis que parte de uma construção de fatos fantasiosos, na medida em que não há provas robustas que a sustente, com a finalidade de estabelecer e fixar o imóvel pretendido tomar como sendo aquele em que, entre outros tantos, Inês Etienne Romeu foi presa e torturada. (Processo Contraditório. p.15,2018).

⁷⁶Ver Referência: PROCESSO DE TOMBAMENTO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA ARTHUR BARBOSA Nº 50. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29.394/17

A única prova a respeito do funcionamento de um centro clandestino do Governo Militar, para os impugnantes seria o testemunho de Inês, recheado de suposições, fantasias e especulações, sem provas e veracidade.⁷⁷

Pelo visto, a palavra de Inês Etienne é soberana, expressa a verdade e tem mais valor do que todas as demais provas colhidas, algumas delas em instâncias judiciais. Não há qualquer boa vontade em se considerar provas que são contrárias aos interesses de quem defende o tombamento da casa dos Impugnantes. (Processo Contraditório. p.15,2018).

No processo contraditório ao tombamento e desapropriação da Casa da Morte a idoneidade de Inês é colocada em xeque, por meio dos processos pelos quais ela fora acusada durante o Governo Militar.

Dessa forma, Inês Etienne Romeu foi condenada pela Justiça Militar pela prática de crimes de sequestro seguido de morte, bem como de associação e agrupamento, que sob orientação de governo estrangeiro ou organização internacional, exerce atividades prejudiciais ou perigosas a Segurança Nacional. (Processo Contraditório. p.6, 2018).

As testemunhas ouvidas pelo juízo, Gervásio Hermenegildo de Araújo e Neide Cruz Ribeiro de Miranda, jamais presenciaram quaisquer anormalidades.

A testemunha Neide afirmou em seu depoimento que, se alguém gritasse naquela casa, ela poderia ouvir os gritos; que o réu emprestou a garagem da casa para sua nora guardar uns móveis de sua mãe, e que os bens permaneceram lá até no ano de 1971; que retirou os móveis para o casamento de um filho, que se casou em novembro; que sempre caminhava próximo à casa, dirigindo-se à fonte d'água; que nunca notou nenhum fato estranho na casa, como alguém sendo torturado, preso etc.; que nunca ouviu nenhum lamento, grito ou gemido. (Processo Contraditório.p.56, 2018).

Entrevistas com vizinhos também são utilizadas no processo, com afirmações de moradores das proximidades que dizem nunca terem visto nada de mais na casa. Os impugnantes defendem que não será um tombamento que conscientizará a população, com relação ao tema e que a Casa da Morte funcionava em outro lugar.⁷⁸

Sendo assim, pretendem aqueles que defendem o tombamento da casa, com a perpetuação na memória do município, de algo que se confunde com o imaginário, mas convenientemente, busca-se, de todas as formas, tornar verdadeira, que a preservação dos direitos humanos seja lembrada e representada por uma mera e simples edificação, como se isso pudesse substituir o senso de responsabilidade dos nossos governantes e das pessoas quanto a isso. (Processo Contraditório, p.20.2018).

⁷⁷Ver Referência: PROCESSO DE TOMBAMENTO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA ARTHUR BARBOSA N° 50. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 29.394/17

⁷⁸Ver Referência: PROCESSO DE TOMBAMENTO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA ARTHUR BARBOSA N° 50. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 29.394/17

Em 17 de outubro de 2018 outro documento é enviado para o Conselho de Tombamento do Patrimônio, Cultural e Artístico de Petrópolis, seria uma resposta ao envio contraditório produzido pelos impugnantes do processo de tombamento. Nesse documento elaborado pela CMVP, são respondidos os argumentos debatidos pelo contraditório.

De forma que chega a ser desrespeitoso para com a memória de Inês Etienne Romeu, que acertou com precisões tantas características da “Casa da Morte” localizado no imóvel nº 50, o argumento de que todo esse processo de identificação poderia ser resultado de uma ação deliberada de terceiros (outra vez: quem e por quais motivos?), como se esta estivesse não só facilmente manipulável como ainda não fosse, na verdade, a principal interessada em descobrir a real localização do imóvel onde foi tão barbaramente torturada que chegou a pesar pouco mais que trinta quilos num sofrimento que lhe fez tentar suicídio, entre outras questões. (Processo de Resposta ao Contraditório, 2018).⁷⁹

Diante de mais esse impasse, que é o caso de a Casa da Morte ser uma propriedade privada, pertencente ao Senhor Renato Firmento de Noronha, que também faz suas argumentações para manter-se no imóvel, os movimentos sociais analisados trazem opiniões diversas sobre a circunstância do atual dono da casa, divergindo também a respeito dessa situação.

Claro que ele sabia do passado da casa que comprou, todo mundo pesquisa antes de morar em um lugar. Comprou porque quis, não me interessa ele, a Casa da Morte revelada por Inês tem mais importância do que ele e a família. Vai ter que sair e pronto! Além do mais ele já está cansado dessa guerra toda e gente sempre no portão fazendo manifestação. Nós vamos lutar até o fim. Não me interessa o passado dele na casa e sim a memória das mais de vinte pessoas assassinadas e torturadas lá. [sic]80

Eu me importo muito com o dono da casa e também respeito a posição que ele ocupa, pois criou toda sua família ali, a vida deles está toda ali. Entende? E perder assim de repente não é fácil. Mas eu sei que ele não vai sair de mãos abanando, ele será ressarcido. Acho que a gente deve lutar para ganhar ele na ideia. Mostrar a importância e relevância da Casa da Morte, que extrapola a vida individual dele, que em um momento acabou se confundindo com a história de Petrópolis e do Brasil. Ele não é nosso inimigo, temos sim que ganhá-lo para a causa. A história tem que ser contada e passada para as outras gerações. Não pode prevalecer o negacionismo e apagamento do passado da Casa da Morte e da política brasileira. Os vencedores não podem ser protagonistas nesse contexto pesado que foi o da Casa da Morte de Petrópolis. [sic]81

Existe sim essa disputa entre os movimentos sociais e o atual proprietário, é uma situação complexa, difícil, na realidade nada é homogêneo temos diferenças entres os próprios movimentos sociais e dentro de cada um também. Ninguém pensa igual, fico até sem jeito de dizer, mas no caso do Firmento ele infelizmente vai ter que abandonar o imóvel em favor dos brasileiros, a causa não é só petropolitana, é nacional. E ele é

⁷⁹ Ver Resposta ao pedido de impugnação do referido processo, realizado pelo advogado Marco Aurélio Pachá em nome de Clarisse Pitta de Noronha, Luis Eduardo Pitta de Noronha e Renato Firmento de Noronha (em 06 de junho de 2018).

⁸⁰ Trecho de entrevista cedida a mim por Márcilene Aguiar. Em 09 de janeiro de 2021. Petrópolis.

⁸¹ Trecho de entrevista cedida a mim, por Diogo Graça, líder do CPL em 23 de janeiro de 2021.

brasileiro, é um de nós, tenho certeza que ele vai refletir e abrir mão da casa para um bem maior, será um herói por isso, temos que mostrar isso a ele e usar as medidas cabíveis, aliás a Justiça já aprovou tudo. A Casa da Morte tem que ser tombada, desapropriada e transformada em um Centro de Memória, Verdade e Justiça, isso ultrapassa a questão afetiva e de memórias individuais da família Noronha. [sic]⁸²

O contexto discutido acima de ascensão da direita ao poder e uma onda conservadora no Brasil, acabaram por fortalecer os argumentos de Renato Firmento de Noronha e dificultar a luta dos movimentos sociais por desapropriação, tombamento e transformação da Casa da Morte em Centro de Memória, Verdade e Justiça. Um forte negacionismo tomou conta da sociedade, e Petrópolis mostrou-se conservadora em relação ao tema, preferindo não tocar no assunto. E a Casa Morte segue de propriedade privada nas mãos de Renato Noronha e sua família.

Walter Benjamin em sua proposta de trabalho defende que o “passado faz um apelo ao presente”, nesse sentido nasce a ideia de uma história a partir do ângulo dos excluídos, recusando a tradição dos vencedores. A história para o autor é da classe dominante, dos “vencedores”, que nunca cessam de vencer” (BENJAMIN,1940).

A História é entendida na concepção de Benjamin como um cortejo triunfal dos vencedores, sendo necessário organizar o pessimismo e a melancolia a serviço das classes dominadas, isso quer dizer que se deve alertar para o perigo da História e sua escrita estar a serviço de uma classe que domina. Escovar a História a contrapelo, ou seja, a História em sentido contrário, “às avessas”. Buscando a contra narrativa dos vencidos, daqueles cuja a existência fora marcada pela violência e exploração, tornando visíveis silêncios e esquecimentos. (BENJAMIN,1940).

Em suas reflexões sobre o esquecimento Jô Gondar, aponta que o esquecimento é necessário, não apenas para se evocar a lembrança, pois só “lembramos porque esquecemos”, mas para a própria construção da memória. A autora traz a discussão Nietzsche, que mostra um embate entre memória e esquecimento. A memória é um forte instrumento de poder o que implica admitir que não há poder político sem controle da memória e dos arquivos e que a questão do próprio esquecimento é meramente política. (GONDAR, 2016).

A política na concepção de Gondar não se reduz a dimensão do Estado, mas abrange todas as dimensões onde se verifica um embate entre forças, um jogo de poder. Nesse sentido a relação das forças entre memória e esquecimento implica admitir o quanto essa grande

⁸²Trecho de entrevista cedida a mim por Gláucio Monteiro, um do membros da CMVP. Em 09 de janeiro de 2021. Petrópolis.

abstração chamada “identidade” é ficcional, sendo consequência de uma escolha política ou orgulhosa, traduzindo interesses práticos. (GONDAR, 2016). Assim é possível refletir sobre a relação entre a Casa da Morte, os movimentos sociais que lutam por sua transformação em Centro de Memória, Verdade e Justiça e a intervenção constante do poder público e de agentes civis na busca seja por conciliação, negação ou esquecimento dos acontecimentos que ocorreram no imóvel. A memória também é do tempo presente e pode imbricar em consequências de interesses políticos, econômicos e sociais, assim apaziguar ou mesmo omitir a representação simbólica que traz a Casa da Morte seria uma forma trágica de tentativa de esquecimento de um passado que deve ser contado, conhecido e também retratado e compreendido dentro de perspectivas de resistência no contexto do imaginário social.

A Casa da Morte até a data de elaboração desse trabalho continua de propriedade privada, em minha última visita ao imóvel vi que sua rua ainda está protegida por uma cancela e monitorada por câmeras de segurança vinte e quatro horas, com sinalizações de afaste-se. O movimentos sociais com dificuldades na rearticulação da luta, o poder público em silêncio sobre a questão, o que nos leva a crer que a Casa da Morte em Petrópolis talvez levará tempo para que seja transformada em um patrimônio da resistência como demanda solicitada por grupos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Beatriz Sarlo o passado é sempre conflituoso, estando em constante disputa a memória e a História, pois nem sempre a História consegue acreditar na memória e a memória questiona uma reconstituição que não privilegie em sua essência os direitos da

lembrança. Nesse sentido a lembrança não permite ser mudada, pelo contrário ela é constituída por uma decorrente perseguição, por nunca estar completa. (SARLO, 2007).

A lembrança está sempre persistindo, pois não deixa de estar no cerne das experiências do indivíduo e acaba sobrepondo-se a qualquer outro tipo de fonte, necessitando sempre do presente, que é o seu tempo próprio para lembrar. O tempo passado, de acordo com Sarlo não pode ser eliminado e é um perseguidor capaz de escravizar ou libertar. (SARLO, 2007).

A memória não está ligada apenas ao passado, mas também ao futuro, sendo sua compreensão como uma espécie de dispositivo, fonte de nossa subjetividade, assim estudar o presente também é um campo da memória social. Compreender a memória como relação, como rede, tem sido alvo e um dos principais objetivos dos pesquisadores atuais. (DODEBEL, GONDAR, FARIAS, 2016).

A memória ocorre em uma relação com a diferença, nesse sentido só há memória quando existe a experiência com o diferente, podendo ser considerada uma ação de dinâmica entre o ato de lembrar e o ato de esquecer. Nessa categoria a memória se põe como “plástica, maleável, sujeita a interferências”, a memória é pensamento, reflexão, imaginação, não é espontânea sendo preciso uma vontade de memória”. Existem “suportes de memória” de diferentes especificidades, materiais e imateriais, sendo o patrimônio um lugar de referência em que se dá a memória social, dessa maneira é possível defender que existem referências materiais e imateriais que estão diretamente ligados a memória social. (ABREU, 2016).

Durante regimes ditatoriais, é comum ocorrer a destruição de arquivos, documentos, monumentos, prédios e vestígios que relembrem as atrocidades dos acontecimentos de natureza traumática. De acordo com Farias e Pinto, a essência do debate sobre a memória social traumática está em compreender as possíveis formas de construção de memória em uma situação paradoxal na qual, de um lado parece haver a vitória do esquecimento, encobrindo as atrocidades humanas, e de um outro lado o advento de mobilizações de combate com o objetivo de produzir uma escritura da experiência vivida. (FARIAS, PINTO, 2016).

O acontecimento traumático pode ser compreendido como um encontro do homem com uma situação de choque ou catástrofe, podendo ser concebido como trauma social, situações em que a catástrofe supera o individual, assim é possível dizer que a experiência traumática pode ser associada com a ação de violência. Nesse aspecto a produção de memória por indivíduos que sobrevivem a catástrofes tem fins de negociação entre os interesses de uma sociedade. “A experiência traumática é um furo produzido nas teias da memória.” (FARIAS, PINTO, 2016).

Freud procurou compreender a memória como um “arquivo aberto” sempre passando por interferências e tendências da vontade, existem situações que desejamos saber e coisas que não queremos lembrar. Estamos em constante contato com memórias do presente, integradas, vivas e em processos de transformação, e também com memórias do passado registradas e armazenadas em arquivos, assim a memória está fortemente relacionada a dinâmica entre o esquecer de modo casual ou intencional. (DODEBEI, 2016).

A Casa da Morte em Petrópolis funcionou como um espaço em que os horrores da tortura e repressão do governo vigente foram incisivos, o que levou a Casa a ser apontada como um dos piores lugares da Ditadura Militar. O depoimento de Inês Etienne Romeu, a única sobrevivente dos presos que passaram pelo imóvel, assim como o reconhecimento da casa feito por ela foram fundamentais na descoberta da Casa da Morte em Petrópolis.

A partir de 2010 com a intensa luta dos movimentos sociais reivindicando a desapropriação e tombamento do imóvel fortalece a construção de memórias em torno da Casa da Morte, muitos fenômenos do ponto de vista social podem ser levados em consideração, como à “vontade de memória”, o desejo de lembrar e preservar essa memória que resistiu durante a Ditadura Militar e essa criação de grupos na luta pela instituição de um Centro de Memória, Verdade e Justiça, atestam a grande necessidade de se lembrar discutida por Hyssen (2014) na contemporaneidade.

Quando esses grupos vão para a frente da Casa da Morte, defendendo a legitimação de uma memória e a necessidade da transformação da Casa em museu, eles mostram que a memória é capaz de resistir a tortura, ao tempo e de atravessar gerações, sendo evocada no presente.

Com esses atos, manifestações e lutas em torno da Casa, a metodologia de História Oral foi essencial para identificar dentro dos próprios movimentos sociais que vão para as ruas, a existência de divergências da própria causa que esses grupos lutam, provando que a memória política pode ser composta por disputas em diferentes momentos e lugares, assim muitos entrevistados levam a crer que não existe um movimento em torno da Casa da Morte e sim movimentos com suas particularidades e desejos de memória, podendo ser essas pessoas consideradas agentes de memória com pontos de vista diferentes em torno de um mesmo objeto, cada qual com suas aspirações e visões a respeito da Casa da Morte e sua transformação em museu.

Esses movimentos passam por conflitos com o proprietário do imóvel que não crê que a Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis tenha levantado um trabalho verídico, Renato

Firmento de Noronha nesse sentido, traz uma reflexão de uma política de esquecimento e apagamento de memórias, bem como uma tentativa de silenciamento, defendendo a noção de uma propriedade privada, em que ele comprou, ele pagou, ele financiou, sem saber de seu passado de violência. Nessa propriedade Renato afirma também ter constituído memórias, o que pode ser visto no processo enviado por ele, trazendo mais uma complexidade nas memórias em torno da Casa da Morte de Petrópolis.

A essa altura a CMVP pode ser considerada mais um dos movimentos sociais em prol da memória da Casa da Morte, haja vista, a CMVP ter sido uma instituição de Estado ela mostra-se o tempo todo, por meio de eventos, pareceres na mídia da região e posicionamentos de seus membros em entrevista prestadas a mim, um importante agente na luta por memória. Tais conclusões foram possíveis graças a um caminho composto pela pesquisa documental e etnográfica.

Os demais movimentos como o CDDH, CPL, Grupo Inês Etienne Romeu, Partido dos Trabalhadores, Grupo Pró-Comissão da Verdade estão em constante luta para que a Casa da Morte seja desapropriada, tombada e transformada em um Centro de Memória, Verdade e Justiça e ali na Casa da Morte sejam rememoradas as vítimas que sofreram os horrores das violações aos direitos humanos da Ditadura. Por meio de conversas com os membros e lideranças desses movimentos pude perceber memórias em disputa entre os próprios grupos e também um outro lado da sociedade petropolitana descrita por eles como muito conservadora e em busca da manutenção da ideia de Cidade Imperial.

O conservadorismo que os entrevistados apontam haver na cidade de Petrópolis levantam um outro polo de discussão que são as pessoas contrárias a desapropriação e tombamento da Casa, incluindo o atual proprietário e sua família, denotando assim uma memória dividida. (PORTELLI, 1996).⁸³

Cheia de complexidades a Casa da Morte e os atores envolvidos em sua narrativa tornam-se palco de grandes desejos, expectativas, disputas, divisões, ideologias, políticas, sentimentos, deslocamentos, agrupamentos e divisões que levam a Casa da Morte a abrigar uma vasta complexidade em suas memórias.

Essa pesquisa para a elaboração de dissertação de mestrado teve o intuito de buscar compreender e descrever as memórias em torno da Casa da Morte, com o auxílio das metodologias empregadas foi possível expor tais argumentos, responder certas perguntas e

⁸³PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella val de Chianna. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996

ampliar os horizontes de questões e problemas, o que me leva a crer na necessidade de um aprofundamento futuro para um maior entendimento do tema.

As pessoas que participaram das entrevistas apontaram a grande tentativa de silenciamento e um negacionismo da existência da Casa da Morte como um centro clandestino de tortura, pude perceber indo às ruas que muito da sociedade petropolitana não conhece a Casa da Morte, nem tampouco sua história, o que motiva a necessidade de uma futura ampliação desse tema.

Sendo uma discussão extremamente longa e exaustiva, não podendo ser trazidos todos os pontos dentro desse trabalho, por meio das técnicas de pesquisa, consegui responder a uma outra pergunta que era a de compreender a existência de memórias em disputa, aspiro também que esse trabalho possa contribuir para a ampliação de políticas públicas de Direitos Humanos, que foi um dos objetivos secundários a que me propus.

Com o uso da técnica de entrevistas junto a um aporte teórico, pude perceber o engajamento desses movimentos sociais e a maneira como a Casa da Morte, o depoimento de Inês Etienne Romeu e a história do contexto de torturas acabou por desencadear fortes mudanças na concepção das pessoas envolvidas nesse processo.

Concluí esse processo percebendo que a memória é capaz de criar laços sociais e que possui um importante papel na interação dos indivíduos como assinalou Halbwachs (2014). Nesse sentido torna-se interessante o elo criado entre a Casa da Morte e os agentes de memória que buscam a sua transformação em museu. Tal trabalho pode ampliar as visões e conclusões acerca da Casa da Morte de Petrópolis como um lugar de memória.

Os movimentos sociais analisados nesse trabalho que lutam pela desapropriação, tombamento e transformação da Casa da Morte em Centro de Memória, Verdade e Justiça estão ligados nas relações e ideias de uma memória política (LIFSCHITZ, 2016) com um sentimento notório de busca por lembrar, assim essas “comunidades de rememoração” se unem em diversos momentos, ainda que com divergências para lutar por memórias em torno da Casa Morte e que ela seja efetivada como um patrimônio cultural do Brasil, ligados em torno de um passado confrontam o espaço público e buscam exercer seus direitos de cidadania em relação ao Estado e as políticas públicas, principalmente no quesito patrimônio. Assim por meio de diversas ações sociais, esses movimentos incumbem-se de transformar a Casa da Morte em Lugar de Memória da Resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. **Museus no contemporâneo: entre o espetáculo e o fórum**. In: Loures Oliveira, A.P.P. e Monteiro Oliveira, L. (org.) *Sendas da Museologia*. Ouro Preto, UFOP. 2012.

ADORNO, T. W. **O que significa elaborar o passado**. In: ADORNO, T. W. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995b. p. 29-49.

ALBIEIRO, Cleci Eliza, ARISTÓTELES, Ana, HUK, Mayara, LOBO Isabela. O conservadorismo da extrema direita na contemporaneidade. Caderno Humanidades em Perspectiva. n.2.n.2. 2018

ALMEIDA, Priscila Cabral. THIESEN, Icléia. Lugares de Memória da Ditadura e Patrimonialização da experiência política. Revista PPGCC. 2015

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro Presidente. Conservadorismo, evangelismo e crise brasileira. Novo Estudo SEBRAP. São Paulo. 2019

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. **História de uma década quase perdida**. PT, CUT, Crise e Democracia no Brasil: 1979-1989. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ALMEIDA, M .P. **Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1987.

ASSMANN, Jan. **Das kulturel legeda chtniss**. Munich: C. H. Beck, 1992.

AUGÉ, Marc. **Los no lugares: Espacios del anonimato, una antropología de las obremodernidad**. Barcelona: Gedisa, 2002 (1992).

ALVES, Maria Helena M. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Ed. Vozes: Petrópolis, 1985. BNM, BRASIL NUNCA MAIS. *Um relato para a história*. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BARETTA, Jocyane Ricelly. **A importância da Materialidade dos Centros Clandestinos de Detenção e Tortura para contar histórias da Ditadura no Brasil**. Aedos, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 109-131, Dez. 2017

BARETTA, Jocyane Ricelly. **Arqueologia e a construção de memórias materiais da Ditadura Militar em Porto Alegre/RS (1964/1985)**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2AMGdND>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BAUER. Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. Porto Alegre. 1990

BAUER. Caroline Silveira. Um lugar de memória no esquecimento: o monumento aos mortos e desaparecidos políticos em Porto Alegre. Revista Memória em Rede.v.7. Pelotas. 2015

BARROS, J. C. D. **Os historiadores e o tempo: a contribuição dos Annales**. Cadernos de História, v. 19, n. 30, p. 182-210, 29 jul. 2018.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes. Tratamento do documental**. RJ: FGV,2006

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito da História**. In: . **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-232. (Obras escolhidas, v. I)

BRANDÃO, André Augusto. **Liberalismo, neoliberalismo e políticas sociais**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.36, ano 12 ago.,1991.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**: volume I. 2014.

BRITO, Leonardo Leonidas. **História do Brasil III**. v.2/ Leonardo Leonidas de Brito, Vera Lúcia Bogéa Borges –Rio de Janeiro: Fundação Cecierj,2013.

BRITO, Ana Paula. A recuperação dos lugares de memória no cone sul: Um estudo de caso, Anais do segundo simpósio Internacional Pensar e repensar a América Latina. São Paulo.2018.

CAMPOS, Lucas Pacheco. FERRAZ, Joana Darc Fernandes. Os lugares de memória da ditadura: disputas entre o poder público e os movimentos sociais. Caderno de Sociomuseologia. Nº11.2018

CARVALHO, Aloysio. **Geisel e a liberalização do regime autoritário (1974-1985)**. vol.48.Rio de Janeiro.2005.

CARVALHO, A. **Características da transição no Brasil**. In: LINHARES, M, Y. História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 376-379.

CODATO, Adriano Nervo. **Uma História Política da transição Brasileira: Da Ditadura Militar Democracia**. Curitiba.2005.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Apresentação sobre torturadores e carcereiros identificados por Inês Etienne Romeu ante a Comissão Nacional da Verdade**. Acesso em 15/03/2014. Disponível em:
http://www.cnv.gov.br/images/pdf/petropolis/torturadores_carcereiros.Pdf>

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório preliminar de pesquisa sobre a Casa da Morte de Petrópolis*. 2014. Disponível em:
 <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/petropolis/Versao_final_-_Casa_da_Morte_-_relatorio_preliminar_revisado.pdf>

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERTEAU. Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

CICILIO, Tiago da Silva. GOMES, Daniel Machado. **335**. Anais XIII Semana Acadêmica de Teologia e Humanidades. Petrópolis. 2019

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

CORRÊA, Maria Letícia. **História do Brasil IV**.v2 /Maria Letícia Corrêa, Mônica Piccolo Almeida –Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2013.

COSTA, Edwaldo. TAKAHANA, Suélen Keito Hara. Impeachment e Intervenção Militar – Similitudes que marcaram a história recente de um país redemocratizado há 50 anos. *Recôncavo*. V.5, nº9. 2015.

CUNHA, Magali do Nascimento. A “memória é subversiva”. A Comissão Nacional da Verdade, a memória dos anos de chumbo e os processos de comunicação no Brasil. São Bernardo do Campo. 2014

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Editora Moderna, 1997

CHAUÍ, Marilena. Brasil. **Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHUVA, Marcia. “**Intelectuais e Estado: disputas em torno da noção de patrimônio nacional**” in: ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Vol. 37 (2005), pp. 41-51.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação liberdade: Editora UNESP, 2001.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011.

DANTAS. Altino. **A reorganização da UNE após o golpe de 1964**. In Santos Nilton (org.). História da UNE v.1 depoimentos de ex-dirigentes. Coleção história presente v.4: São Paulo: editorial Livramento, 1980.

DOSSE, François. História do Estruturalismo, v.2: **O Canto do Cisne de 1967 aos Nossos Dias**. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

ELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017.

FAUSTO, B. (2003). **História do Brasil**. São Paulo, EDUSP (Col. Didática 1).

FEBVRE, L. (1946). **Sur le livre La Paix Armée de Roubaud**. *Annales ESC*, v. 1, n. 3. p. 282-284, Paris.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FILHO, Manuel Ferreira Lima. **Cidadania Patrimonial**. Revista Antropológicas. p-134-155.2015.

FOUCAULT, M. “**Nietzsche, a genealogia e a história**”. In: MACHADO, R. (Org.). Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.15-37.

FERRZA, Joana Darc Fernandes. SCARPELLI, Caroline Delamore. A memória da ditadura brasileira enquanto patrimônio cultural. 26º Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro. 2016

FERRAZ, C. P.; ALVES, A. P. **Da etnografia virtual à etnografia online. Deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital**. 41º Encontro Anual ANPOCS, 2017, Caxambu. Anais do 41º Encontro Anual ANPOCS, 2017, p. 1-25.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; MARCHI, Darlan de Maman; POLONI, Rita Juliana Soares. **Patrimônio, mudanças e memórias traumáticas: a Arqueologia da Repressão e da Resistência** Estudos Ibero-Americanos, vol. 45, núm. 3, pp. 51-62, 2019. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**. Ed. Record, São Paulo, edição 9, 2005.

GROSSI, Diego. NETO, Roberto Schiffler. **A Casa da Morte de Petrópolis. A importância da (re) construção de uma memória além da “Cidade Imperial” para a consolidação da democracia**. Acesso Livre n. 2 jul./dez. 2014.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

HABERT, Nadine. A década de 70: **Apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 1994. HERKENHOFF, João Baptista. Direitos Humanos: A construção universal de uma utopia. Aparecida. SP: Editoria Santuário, 1997. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar,. 2000. _____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004 JELIN, E. 2002. Los trabajos de la memoria. Madrid: Siglo XXI. LE GOFF, J. 1994. História e memória. 3. ed., Campinas, SP: Ed. Unicamp.

HARTOG, F. **Régimes d'historicité: Présentisme et expériences du temps**. Paris: Le Seuil, 2003

HOFFAMN, Felipe Heleotério. **O espaço construído na produção de lugares de memória. Reflexões sobre museus e lugares de memória do trauma, estudo de casos em Belo Horizonte**. 2015.

HOMOFÂNIA, Felipe E. **Museus e revitalização urbana: o Museu de Artes e Ofícios e a Praça da Estação em Belo Horizonte**. Cadernos Metrôpole. São Paulo, v. 16, n. 32, Nov. 2014. p.537-564.

IZQUIERDO, Iván; BEVILAQUA, Lia RM; CAMMAROTA, Martín. **A arte de esquecer. Estudos avançados**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 289-296, 2006.
<https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000300024>

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria. España**: Siglo Veintiuno editores, 2001.

JUNIOR, Boito Armando. **Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil**. UEC. IFCH. São Paulo. 1998. Revista de Economia Política, v.8, nº3, julho/setembro/1988.

LE GOFF, J. 1994. História e memória. 3. ed., Campinas, SP: Ed. Unicamp. NORA, P. 1993. **“Entre memória e história: a problemática dos lugares”**. Projeto História, n. 10, p. 7-28.

LEITE, Isabel Cristina. Fragmentos da Vida de Inês Etienne Romeu: O encarceramento no presídio Talavera Bruce (1972-1979). Rio de Janeiro. 2019

LEMOS, Caroline Murta. **Arquitetando o terror: Um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da ditadura civil-militar do Brasil. (1964-1985)**. Universidade Federal de Sergipe. PPA. Sergipe. 2019

LEMOS, Caroline Murta. SOARES, Inês Virginia Prado. Ela lembrava do que não ninguém devia esquecer: o valor jurídico da denúncia de Inês Etienne sobre a Casa da Morte. São Paulo. 2019

LIMA JUNIOR. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Loyola, 1993.

LOPES, Josefa Batista. Acirramento da luta de classes no Brasil com o PT na presidência: O avanço do conservadorismo reacionário transmutado em antipetismo e a incidência no serviço social. Eixo movimentos sociais e serviço social. Maranhão. 2016

KOERNER. Andrei. Assumpção. San Ramanelli. A lei de anistia e o Estado democrático de direito. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Volume 04, nº69. 2020.

MATTOS. Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. Revista Brasileira de História. v.28, nº55 p.245-263. São Paulo. 2008

MARTINS, Sônia Regina. Por que se fala tanto do golpe militar de 1964 na atual conjuntura brasileira? Revista de Geografia. São Paulo. 2016

MIRANDA, Ana Paula Mendes. Movimentos Sociais, a construção de sujeitos de direitos e a busca por democratização do Estado. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UCP. Petrópolis. 2018.

MELO. Demian Bezzerra. Ditadura “civil-militar”? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Espaço Plural. Ano XIII. nº27. 2012

MEYER, Emilio Peluso Neder. Justiça de Transição em Perspectiva Transnacional. Initia Via. Brasil. 2017

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **O museu na cidade X a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v.5, n. 8/9, p.197-205. 1985. MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p. 89-103, 1998.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **O museu de cidade e a consciência da cidade.** In: Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades. Org. Afonso Carlos Marques dos Santos; Carlos Kessel; Cêça Guimaraens. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. 2004

MOTTA, Rodrigo. O anticomunismo no Brasil: ontem e hoje. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. 2015

MOTTA, Rodrigo. Anticomunismo e antipetismo na atual onda direitista. Pensar as direitas na América Latina. Editora Alameda. 2019

MUTZEMBERG, Remo. Movimentos Sociais. Entre Aderências, Conflitos e Antagonismos. Revista Eletrônica Ciências Sociais. Edição n.9.v1.p.127-143. Vitória. 2011

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do regime militar brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, P. 1993. “**Entre memória e história: a problemática dos lugares**”. Projeto História, n. 10, p. 7-28.

NEVES, Deborah Regina Leal. O desafio da preservação da memória da ditadura: o patrimônio histórico em questão. Simpósio Nacional de História. São Paulo.2011

OLIVEIRA, M. (2007). **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes CELLARD, A. (2008). A análise documental. In: POUPART, J. (Ed.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes.

OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves. Retrato das manifestações de rua no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff: a construção da opinião pública privada pela mídia privada brasileira. Revista Pauta Geral. v.3. Ponta Grossa. 2016

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). Processo nº F-CDH-017/80. Rio de Janeiro:Conselho Federal – Comissão de Direitos Humanos, 1980.

PADRÓS, Enrique; et all. **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964-1985: História e Memória. Conexão repressiva e Operação Condor.** vol. 3. 2º ed. Ver. e Ampl. Porto Alegre: Corag, 2010.

PICOLOTTO, Everton Lazaretti. Movimentos Sociais: Abordagens Clássicas e Contemporâneas. Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Edição n.2.Ano I. 2007

POLLAK, Michael. **A gestão do indizível; WebMosaica** Revista do Instituto Judaico Marc Chagall v.2.n.1, p.9-49, 2010.

POLLAK, Michael. **“Memória, Esquecimento e Silêncio”**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, vol. 2, nº3, 1989, 3-15.

PRESTES, Anita Leocádia. O PCB e o golpe civil-militar de 1964. Estudos Ibero-Americanos. Rio de Janeiro. 2014

QUINALHA, Renan Honório. **Com quantos lados se faz uma verdade?** Nota sobre a Comissão da Verdade e a “teoria dos dois demônios”. Revista Jurídica da Presidência. Brasília. v.15, nº105. p.181 a 204. 2013.

QUINALHA, Renan. Lugares de Memória no Cenário Brasileiro da Justiça de Transição I. Revista Internacional de Direito a Cidadania. 2011

QUINALHA, Renan Honório SOARES. Inês Virginia Prado. A memória e seus abrigos: Considerações sobre os lugares de memória e seus valores de referência. Artigos Acadêmicos. São Paulo. 2015

RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **O Golpe e a ditadura militar. 40 anos depois**. Bauru. Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2004.

REIS FILHO, D.A. **O partido dos trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas**.2014.

ROLLEMBERG, Denise. Exílio. Entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record; 1999.

SARLO, BEATRIZ. **Tempo Passado: cultura de memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA, Graziely. Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da ditadura civil-militar no Brasil. Artigos e. São Paulo. 2017

SILVA, F. C.T. **Brasil, em direção ao século XXI**. In: LINHARES, M.Y. História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SKIDMORE, T. **De Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra. 2008.

SKIDMORE, T. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SCARTEZINI, Natalia. **A fascistização da indignação: As manifestações de 2015 no Brasil.** São Paulo. 2016

SOARES, Inês Virginia Prado. **Memória Democrática e desaparecidos políticos.** São Paulo. 2007

SOARES, Inês Virginia Prado. **Depois da Ditadura Brasileira (1964-1985): o filme Batismo de Sangue como partida para reflexões sobre direito à memória e a verdade.** São Paulo. 2015

SOARES, Inês Virginia Prado. **Justiça e Verdade: alternativas penais para lidar com o legado da ditadura brasileira.** São Paulo. 2016

SOUZA, Cláudio André. **Antipetismo e ciclos de protestos no Brasil: uma análise das manifestações ocorridas em 2015. Dossiê Novo comportamento político e eleições presidenciais.** Belo Horizonte. 2016

TELLES, Janaína de Almeida. **Ditadura e Repressão: Locais de Recordação e Memória Social na cidade de São Paulo.** Lua Nova. São Paulo. 2015

TORRES, Mateus Gamba. **Dois marchas, um objetivo: os movimentos golpistas de 1964 e 2016 em imagens.** Religacion. V.II. 2017

VALCAREGGI, Mardjoli Adorian. **A Lei nº6.683 e a invalidade jurídica da autoanistia frente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e ao Direito Internacional de Proteção aos Direitos Humanos.** Direito e Justiça. V32, n.2, p.98-122. 2011.

VIEIRA, Antônio Tostes Baêta. **Os cassinos trio de luxo do Rio de Janeiro: Atlântico, Copacabana e Urca.** Rio de Janeiro. 2013